



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ANDERSON SARTORELLI

**OS MEIOS E AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS AGRICULTORES
FAMILIARES PRODUTORES DE TABACO FRENTE À CONVENÇÃO
QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO – UM ESTUDO NO
MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL/PR**

LARANJEIRAS DO SUL - PR

2014

ANDERSON SARTORELLI

**OS MEIOS E AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES
PRODUTORES DE TABACO FRENTE À CONVENÇÃO QUADRO PARA O
CONTROLE DO TABACO – UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO
SUL/PR**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul-PR, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Anelise Graciele Rambo

Laranjeiras do Sul – PR

2014

ANDERSON SARTORELLI

**OS MEIOS E AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES
PRODUTORES DE TABACO FRENTE À CONVENÇÃO QUADRO PARA O
CONTROLE DO TABACO – UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO
SUL/PR**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas na Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul-PR.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Anelise Graciele Rambo

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Anelise Graciele Rambo - UFFS

Prof.^a Dr.^a Janete Stoffel – UFFS

Prof.^o Me. Luiz Claudio Krajevski - UFFS

Dedico este trabalho a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para que o mesmo se concretizasse. Principalmente a minha família, aos meus pais, Ivanildo e Ivanete, que sempre me incentivaram e me apoiaram ao longo deste percurso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido perseverança e sabedoria ao longo de todo o caminho percorrido, com certeza sem a fé que nele deposito não seria capaz de realizar trabalho algum.

Quero também agradecer a minha família, em especial a minha Mãe Ivanete, ao meu pai Ivanildo e minhas irmãs Andrielli e Danielli, pelo apoio nos momentos de angústias e incertezas e dizer que todo o esforço realizado foi pensando em vocês. Sou muito grato também a minha namorada Patrícia pelos momentos em que soube compreender minhas ausências e meus estresses, só tenho a agradecer a todos e dizer com certeza que sem apoio de vocês tudo seria mais difícil.

Agradeço também aos meus colegas e em especial aos amigos que tive a oportunidade de conhecer ao longo desses quatro anos de graduação. Wilian, Wislan, Jonas e Gerson, quero dizer-lhes que as noites de estudos, as discussões, as festas e as bagunças, deixarão saudade. Faço votos de que o caminho de todos seja de muito sucesso, conquistas e realizações, um forte abraço!

Não poderia deixar de agradecer aos professores do curso de Ciências Econômicas da UFFS, pelos ensinamentos e pelo esforço engendrado em sempre buscar o melhor a cada aula ministrada. Um agradecimento especial a professora Anelise Graciele Rambo, pela competente orientação durante todo o processo de construção deste trabalho, passando pelo projeto de iniciação científica que depois virou tema desta monografia, obrigado por fazer parte desta história.

Por fim queria agradecer aos agricultores familiares produtores de tabaco, pela estadia e confiança durante a pesquisa de campo, com certeza sem a colaboração de vocês esta pesquisa jamais seria concretizada.

RESUMO

Este estudo objetiva caracterizar e problematizar os meios e as condições de vida dos agricultores familiares produtores de tabaco no município de Laranjeiras do Sul/PR, considerando o cenário da Convenção Quadro para o Controle de Tabaco (CQCT). Sendo assim, conhecer a maneira como os agricultores sobrevivem no meio rural, torna-se importante, sobretudo para orientar ações ou políticas de diversificação que contribuam para o desenvolvimento rural. A pesquisa está baseada na abordagem das capacitações de Amartya Sen e na perspectiva dos meios de vida de Frank Ellis. As hipóteses que embasaram este estudo consideram que, por um lado, as condições de vida dos agricultores familiares produtores de tabaco são influenciadas pela diversificação de seus meios de vida e, por outro lado, que o tabaco contribui para ampliar o capital financeiro das famílias, o que não necessariamente se reverte em melhores condições de vida. Para tal, foram aplicados dois questionários a quarenta famílias produtoras de tabaco no município. O primeiro buscou levantar os meios de vida das famílias, o que estas possuem para sobreviverem. O segundo questionário procurou levantar as condições de vida destas famílias, objetivando captar as percepções das mesmas acerca destas condições. A pesquisa ainda contou com um roteiro de entrevista com questões abertas referentes às opiniões e aos anseios dos agricultores sobre a produção de tabaco. Além disso, foi criada uma tipologia quanto ao grau de diversificação dos meios de vida. Desta forma, foi possível observar e analisar as condições de vida das famílias diversificadas, pouco diversificadas e especializadas do referido município. Com relação aos resultados, pode-se dizer que a hipótese inicialmente levantada foi confirmada, sendo que as famílias diversificadas possuem melhores meios e condições de vida em relação às demais. A outra hipótese referente à contribuição do tabaco para a ampliação do capital financeiro das famílias, se confirmou em parte, uma vez que se observou que a renda do tabaco não se reflete propriamente no capital financeiro, sendo os efeitos maiores que o próprio capital. Pode-se depreender, portanto, que o tabaco garante os intitamentos/meios para as famílias produtoras, porém não necessariamente garante a capacidade para funcionar no meio rural. Essa capacidade fica condicionada ao cultivo do tabaco, ou seja, as famílias só conseguem realizações se continuarem a produzi-lo. Evidenciou-se também que os produtores não possuem a liberdade de alcançar bens e recursos tal como desejam, pois mesmo eles dispendo de capitais, estes são decorrentes da produção de tabaco, ou seja, há uma falta de liberdade de escolha para as famílias, todas as suas ações são voltadas e dependentes do tabaco. Observou-se durante o trabalho de campo, que ainda faltam ações que possibilitem às famílias obter as condições necessárias para que estas deixem de produzir tabaco e/ou diversifiquem suas propriedades, passando a produzir outros cultivos, sobretudo aquelas que se mostram propensas a isso. Esta situação ficou clara durante as entrevistas: a maioria dos entrevistados relatou que deixaria de produzir tabaco se fosse possível produzir outro cultivo tão rentável quanto o atual.

Palavras-Chave: Agricultura familiar. Meios de vida. Condições de vida. Desenvolvimento rural. Diversificação.

ABSTRACT

This study aims to characterize and discuss the means and the conditions of life of family farmers tobacco producers in Laranjeiras do Sul/PR, considering the scenario of the Framework Convention for Tobacco Control (FCTC). Therefore, knowing the family farmers way survive in the countryside, becomes important, especially to guide diversification actions or policies that contribute to rural development. The research is based on the capabilities approach of Amartya Sen and the livelihoods perspective of Frank Ellis. The hypothesis that supported this study consider, on the one hand, the living conditions of farmers tobacco producers are influenced by diversifying livelihoods, on the other hand, the tobacco contributes to enlarge the financial capital of the families, what do not necessarily if reverts in better living conditions. Thus, two questionnaires were applied to forty tobacco producing families in the municipality. The first survey the livelihoods of families, what they have to survive. The second questionnaire captured the living conditions of these families, aiming to capture the perceptions of the same about these conditions. The survey also included an interview script with open questions regarding the opinions and desires of farmers on the production of tobacco. In addition, a typology was created about the livelihoods diversification degree. In this way, it was possible to observe and analyze the living conditions of the diversified, less diversified and specialized families. With respect to results, we can say that the hypothesis initially was confirmed: the diversified families have better livelihoods and living conditions in relation to the other. The other hypothesis regarding to tobacco contribution to the expansion of financial capital for households, was confirmed in part, because we observed that income tobacco is not properly reflected in the financial capital, being the major effects that the itself capital. We can be inferred, therefore, that tobacco guarantees entitlements/means for producing families, but not necessarily guarantee the capability to function in rural areas. This capability is subject to tobacco growing, i.e., families can only accomplishments if they continue to produce it. It was also that producers do not have the freedom to achieve goods and resources as they wish, because even they providing capital, these are resulted by tobacco production, i.e., there is a lack of freedom of choice for families, all your actions are dependent on tobacco. We observed on the fieldwork that still have stocks that offer families the necessary conditions to ensure that these cease to produce tobacco and/or diversify its properties to produce other crops, especially those who are minded to it. This situation became clear during the interviews: most respondents reported that they would no longer produce tobacco if it were possible to produce another crop so profitable as the current.

Keywords: Family farming. Livelihoods. Living conditions. Rural development. Diversification.

LISTA DE SIGLAS

AFUBRA - Associação do Fumicultores do Brasil
ACT - Aliança de Controle do Tabagismo
INCA - Instituto Nacional do Câncer
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina
COP - Conferência das Partes
CQCT - Convenção – Quadro para o Controle do Tabaco
DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
CONICQ - Comissão Nacional para Implementação da Convenção Quadro para Controle do Tabaco
IMV - Índice dos Meios de Vida
ICV - Índice das Condições de Vida
IPARDES - O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
PNUD - Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IDS - *Institute of Development Studies*
DFID - *British Department For International Developmen*
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
PNDACT - Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Proposta de diversificação sustentável do PNDACT com base em Schneider (2009)	32
Quadro 2 - Capitais, Efeitos e seus Componentes	53
Quadro 3 - Grau de diversificação e suas dimensões de capital e efeito	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Produção de tabaco nos principais países produtores na safra 2011/12 (em mil toneladas).....	25
Figura 2 - Mercados compradores do tabaco do Brasil - 2009 (% do volume total exportado)	26
Figura 3 - Consumo per capita mundial de cigarros – 2010.....	27
Figura 4 - Evolução da produção mundial de tabaco e a participação (%) dos países desenvolvidos e em desenvolvimento	28
Figura 5 - Evolução da produção de tabaco nos principais países produtores no mundo - 2000 a 2009	28
Figura 6 - Número de estabelecimentos agropecuários produtores de tabaco - 2006.....	29
Figura 7 - Meios de vida rural sustentável: um diagrama de análise	46
Figura 8 - Diagrama dos meios de vida sustentáveis do DFID	47
Figura 9 - Relação entre a abordagem de Sen e Ellis	51
Figura 10 - Grau de diversificação ou especialização das famílias produtoras de tabaco	54
Figura 11 - Localização do município de Laranjeiras do Sul no estado do Paraná.....	55
Figura 12 - Comparação em valores de produção e rendimentos por hectare – milho/soja/tabaco.....	58
Figura 13 - Grau de diversificação das famílias entrevistadas em Laranjeiras do Sul.....	60
Figura 14 - Biogramas representativos do IMV e do ICV em Laranjeiras do Sul	60
Figura 15 - Comparação entre IMV e ICV dos produtores de tabaco de Laranjeiras do Sul/PR.....	61
Figura 16 - Comparação quanto ao grau de diversificação e capitas – Laranjeiras do Sul/PR	62
Figura 17 - Comparação quanto ao grau de diversificação e efeitos – Laranjeiras do Sul/PR.....	63
Figura 18 - Comparação entre capital e efeito quanto ao grau de diversificação do produtores - Laranjeiras do Sul/PR	65
Figura 19 - Percepção dos entrevistados em relação a renda gerada pelo tabaco – Laranjeiras do Sul/PR.....	66
Figura 20 - Percepção dos entrevistados em relação ao futuro dos filhos na produção de tabaco – Laranjeiras do Sul/PR	67
Figura 21 - Percepção dos entrevistados em relação ao futuro dos filhos na agricultura – Laranjeiras do Sul/PR.....	67

Figura 22 - Imagens da diferença entre as condições de moradia e de infraestrutura dos agricultores produtores de tabaco em Laranjeiras do sul	70
Figura 23 - Imagem da Produção de leite como alternativa de diversificação produtiva	73

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CONVENÇÃO QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO (CQCT)	19
3	CENÁRIO MUNDIAL E NACIONAL DA PRODUÇÃO DE TABACO	24
3.1	A POLÍTICA DE DIVERSIFICAÇÃO EM ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO.....	30
4	ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E ABORDAGEM DOS MEIOS DE VIDA	35
4.1	OS MEIOS E FINS DO DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE	35
4.1.1	Abordagem das capacitações: intitulentos, funcionamentos e a capacidade para funcionar	39
4.1.2	Argumentos e contra-argumentos às críticas feitas à abordagem de Amartya Sen	42
4.2	ABORDAGEM DA DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA DE FRANK ELLIS	44
4.3	A RELAÇÃO ENTRE A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E A ABORDAGEM DOS MEIOS DE VIDA.....	50
5	MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	53
6	OS MEIOS E AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES PRODUTORES DE TABACO DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL/PR	55
6.1	O MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL E A PRODUÇÃO DE TABACO ...	55
6.2	A PRODUÇÃO DE TABACO EM LARANJEIRAS DO SUL: ANALISANDO A DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA E AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES	59
6.3	ANALISANDO A LIBERDADE DAS FAMILIAS E SUAS CAPACITAÇÕES A PARTIR DOS DEPOIMENTOS DOS ENTREVISTADOS	68
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS	82
	APÊNDICE A: Instrumento de apreensão dos meios de vida	87
	APÊNDICE B: Instrumento de apreensão das Condições de Vida	92
	APÊNDICE C: Roteiro de questões relacionadas ao cultivo do tabaco (percepções qualitativas)	96
	APÊNDICE D: Lista das famílias entrevistadas em Laranjeiras do Sul/PR.....	97

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER, 2010), o Brasil é o maior exportador de tabaco do mundo. Grande parte dessa produção é oriunda da agricultura familiar. Segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra)¹, são aproximadamente 165.170 famílias produtoras de tabaco no país, as quais se valem do uso intensivo de mão de obra, baixo nível de mecanização, em sistemas de integração com as empresas de tabaco, que negociam os preços a serem pagos no final de cada safra, com a associação de representação dos produtores (INCA, 2012).

Na perspectiva de Zotti (2010), o cultivo do tabaco é bastante controverso, pois de um lado tem-se a grande importância econômica dessa atividade, tanto para os agricultores familiares, que estão na base do processo, quanto para os atravessadores, as indústrias, e os empregos nelas gerados, bem como para o Estado, através dos impostos recolhidos desde a produção até a comercialização do produto final. Entretanto, por outro lado o tabaco apresenta sérios problemas ao bem estar das pessoas, afetando desde os agricultores que se dedicam à atividade, até os consumidores ativos e passivos, ocasionando sérios riscos à saúde humana (INCA, 2012).

Com relação a esse cenário envolvendo o cultivo do tabaco, Schneider (2010a) corrobora enfatizando que as condições de produção do tabaco expõem os agricultores familiares a situações paradoxais. De um lado, praticam uma atividade altamente rentável e lucrativa, que apesar de demandar uso intenso de mão de obra, pode ser realizada em pequenas áreas de terra, dado o volume total produzido por área plantada. Por esta razão, a maximização do fator trabalho representa uma vantagem comparativa frente aos demais sistemas de cultivo ou criações, gerando e/ou conferindo competitividade incomum aos estabelecimentos de pequeno porte voltados à produção do tabaco. Por outro lado, esta produção gera uma situação de dependência e de vulnerabilidade, que fragilizam estas famílias e geram situações de pobreza e risco.

No entendimento de Schneider (2010a), a dependência decorre do fato de que a produção intensiva de tabaco demanda elevada mobilização de recursos (insumos, sementes, adubos e defensivos), os quais são fornecidos pelas empresas que compram o tabaco por meio

¹ A Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) foi fundada em 21 de março de 1955, no município de Santa Cruz do Sul/RS e atua nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A entidade se propõe a representar interesses dos fumicultores, pequenos agricultores que têm no cultivo do tabaco a principal fonte de renda para manutenção e viabilidade da propriedade rural (AFUBRA, 2013). Importa ressaltar que apesar de não serem dados oficiais, estes são utilizados em alguns momentos do presente trabalho, por se tratar da fonte mais atual no que se refere à produção de tabaco no Brasil.

da produção integrada. Uma vez integrado, o agricultor fica comprometido a entregar à empresa a produção mediante contratos. Outra vulnerabilidade decorre da exposição da saúde humana a situações de risco pela produção do tabaco ser intensiva no uso de agroquímicos e pelas plantas concentrarem altas taxas de nicotina que, quando manejados de forma intensiva, podem ser nocivas à saúde humana.

O cultivo do tabaco, na visão de Zotti (2010), torna-se uma “faca de dois gumes”, em que, por um lado é economicamente importante para o país, para o Estado e para os produtores de tabaco ao mesmo tempo em que, por outro, confere sérios problemas ambientais e de saúde tanto para quem planta, quanto para quem o consome.

De acordo com Zotti (2010), é com essa “faca de dois gumes” que os agricultores familiares produtores de tabaco convivem diariamente, em suas diferentes realidades. Alguns agricultores sentem prazer em cultivar tabaco, pois delegam a ele algumas importantes conquistas que obtiveram e grandes oportunidades de melhorar suas condições de vida. Outros, porém por não encontrarem outra maneira de se manter viáveis no campo, continuam sentindo-se obrigados a cultivá-lo. Entre outras, essas duas distintas realidades descritas, podem ser observadas no município de Laranjeiras do Sul/PR.

A preocupação com as condições de produção dos agricultores que cultivam tabaco e os efeitos danosos do tabagismo sobre os consumidores, trouxe um ponto de consenso a favor de sua restrição. Este posicionamento foi reforçado a partir do momento em que cientistas da área de saúde passaram a demonstrar e comprovar não apenas os malefícios do tabaco aos seus consumidores diretos (os fumantes), mas também àqueles denominados de usuários passivos, entre os quais os indivíduos que comungam ambientes com fumantes e os próprios produtores de tabaco (SCHNEIDER, 2010a)

Na medida em que pesquisas científicas passaram a demonstrar os efeitos causais negativos do uso contínuo do tabaco sobre a saúde humana, bem como a influência da dinâmica do livre comércio na expansão da epidemia do tabagismo, passaram a ser criados mecanismos de controle ao consumo e à produção. Foi este cenário que levou à implementação, em 2005, da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), um tratado internacional no âmbito da Organização Mundial da Saúde (OMS) que prevê que os países signatários passem a adotar medidas multisetoriais para reduzir a demanda e oferta de produtos do tabaco (SCHNEIDER, 2010a).

De acordo com Schneider (2010a) uma das principais metas da Convenção Quadro consiste em diminuir as cinco milhões de mortes anuais decorrentes do uso do tabaco que,

segundo estimativas, tendem a aumentar em 100% nos próximos 10 ou 20 anos, caso as tendências de expansão do consumo de tabaco sejam mantidas de acordo com a OMS.

Conforme a Aliança de Controle do Tabagismo (ACT)², a CQCT conta atualmente com a participação de 168 países assinantes do tratado e 173 que o ratificaram junto a OMS. A referida Convenção prevê em nível mundial a união de esforços para a adoção de um conjunto de medidas a fim de deter a expansão global do consumo de tabaco e por consequência, suas implicações negativas sobre a saúde das pessoas.

A implementação da CQCT pela OMS em 2005, cujo principal objetivo remete a reduzir substancialmente o consumo e a produção de tabaco no mundo, traz à tona uma situação preocupante para os produtores. Muitos destes têm no tabaco sua principal fonte de renda. Portanto, decisões tomadas pela CQCT poderão influenciar diretamente as condições de vida e a estabilidade econômica dos agricultores familiares.

Com base no cenário acima exposto, bem como nos trabalhos já realizados por diferentes autores e instituições, como os estudos realizados por Schneider (2010b), Perondi (2007) Zotti (2010), Brasil (2011), Conicq (2012), Rudnick (2012), OMS (2013), dentre outros, indaga-se como problema de pesquisa neste trabalho: *Como se caracterizam os meios de vida dos agricultores familiares produtores de tabaco e como se expressam suas condições de vida no município de Laranjeiras do Sul/PR?*

Sob esta perspectiva, a fim de melhor compreender a realidade vivenciada pelos agricultores familiares produtores de tabaco, procurou-se entrevistar as famílias produtoras com o objetivo de conhecer os meios e as condições de vida e como estas famílias vivem no meio rural ao qual estão inseridas.

Sendo assim o principal objetivo deste estudo é *caracterizar e problematizar os meios e as condições de vida dos agricultores familiares produtores de tabaco em Laranjeiras do Sul, considerando o cenário da Convenção Quadro para o Controle de Tabaco (CQCT)*.

Dessa maneira, especificamente buscar-se-á: a) caracterizar os meios de vida e as condições de vida dos agricultores familiares produtores de tabaco no município de Laranjeiras do Sul/PR, considerando dimensões como a econômica, social, físico, humana e natural; b) levantar o Índice dos Meios de Vida (IMV) e o Índice das Condições de Vida (ICV) das famílias

² A Aliança de Controle do Tabagismo (ACT) é uma organização não-governamental voltada à promoção de ações para a diminuição do impacto sanitário, social, ambiental e econômico gerado pela produção, consumo e exposição à fumaça do tabaco. É composta por representantes da sociedade civil comprometidos com o controle da epidemia tabagística (ACT, 2013).

produtoras de tabaco de Laranjeiras do Sul/PR e c) analisar em que medida os meios de vida mais diversificados implicam em melhores condições de vida.

O estudo visa comprovar duas hipóteses. A primeira considera que a *produção de tabaco contribui, sobretudo para ampliar o capital financeiro das famílias produtoras de tabaco, o que não necessariamente se reverte em melhores condições de vida*. O pressuposto é que a renda gerada pelo tabaco não necessariamente vem sendo capaz de ser revertida em melhorias na vida das famílias.

A segunda hipótese, que complementa a primeira considera que as *condições de vida dos agricultores familiares produtores de tabaco passam a ser influenciadas pela diversificação de seus meios de vida, o que, por sua vez, amplia sua liberdade em optar por diferentes estilos de vida*. Aqui pressupõe-se que quanto mais diversificada for a propriedade, maiores serão as oportunidades da família de melhorar sua vida no meio rural e escolher que tipo de vida desejam levar.

Considerando o cenário acima e as indagações levantadas, seguem alguns elementos que justificam a realização da pesquisa junto aos agricultores familiares produtores de tabaco em Laranjeiras do Sul/PR. O primeiro elemento que justifica esta pesquisa diz respeito às diferentes concepções em torno da ideia de desenvolvimento.

Essas questões acerca do desenvolvimento provocam debates acirrados entre diferentes pensadores ao longo da história, principalmente na ciência econômica. Esta discussão originou-se e desenvolveu-se por meio de várias correntes ou, as chamadas escolas do pensamento econômico, que buscavam explicar o desenvolvimento através de elementos que acreditavam ser os mais apropriados para promovê-lo. Por exemplo, para o pensamento mercantilista, o crescimento e o desenvolvimento econômico eram decorrentes do acúmulo de metais preciosos. Já para a escola fisiocrata do pensamento econômico isso ocorria através do uso dos recursos naturais.

Outros autores se destacam trazendo diferentes abordagens econômicas e importantes contribuições para a sociedade na busca do entendimento do processo de crescimento e desenvolvimento econômico das nações. Pode-se destacar alguns desses autores como, Adam Smith (1723-1790), para o qual a riqueza das nações se determinaria pela produtividade do trabalho produtivo, que produz excedente de valor sobre o custo de produção, o que seria alcançado pela livre iniciativa, pela mão invisível do mercado. Já John Maynard Keynes (1883-1946) questiona a ideia de que a mão invisível do mercado levaria ao equilíbrio da economia e ao pleno emprego e defende a intervenção do Estado na economia (FEIJÓ, 2007).

Perspectivas distintas podem ser mencionadas por meio de referências à Alfred Marshall (1842-1924), e Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), dentre outros. Enquanto o primeiro defende os distritos industriais (indústrias de pequeno porte trabalhando de forma solidária e em cooperação) como forma organizada de regiões e/ou países obterem crescimento e desenvolvimento socioeconômico, o segundo trata de explicar o desenvolvimento através do papel inovador e/ou empreendedor dos empresários e/ou capitalistas no mercado (FEIJÓ, 2007). Para Schumpeter o desenvolvimento estaria intimamente ligado ao conhecimento e as inovações tecnológicas, à existência de instituições eficientes e ao espírito capitalista, ou empreendedor do empresário (DALLABRIDA, 2010).

Pode-se destacar ainda os autores da corrente estruturalista Latino-Americana, dentre os quais se destacam o argentino Raul Prebisch e o brasileiro Celso Furtado, ambos vinculados à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Esta corrente representou uma alternativa à teoria econômica ortodoxa na interpretação do desenvolvimento das economias periféricas, ao propor que a industrialização incentivada pelo Estado seria a forma básica de superação do subdesenvolvimento latino-americano (COSTA, 2011).

Apesar de mencionar apenas alguns pensadores, fica evidente que o debate sobre o desenvolvimento não chegou a uma conclusão hegemônica sobre a melhor forma de alcançá-lo e inclusive, sobre o que alcançar, ou seja, o que afinal é o desenvolvimento. É nessa discussão dos desafios contemporâneos do desenvolvimento que se inserem as contribuições do economista Amartya Sen. Este aborda o desenvolvimento como liberdade, ou seja, o autor sustenta que o desenvolvimento humano em sua plenitude somente é alcançado na medida em que as pessoas de uma determinada sociedade passam a ter a liberdade de escolha e opção, e passam a dispor de capacidades e meios para realizarem seus desejos (SEN, 2010).

Já a relevância desta pesquisa para a Ciência Econômica decorre do fato de se buscar compreender aspectos de uma determinada produção e suas implicações para os indivíduos e a sociedade que nela estão envolvidos. Como argumento para isso, podemos nos remeter a essência dos estudos da ciência econômica. Sabe-se que em economia se procura estudar a produção e a distribuição de bens e serviços entre os indivíduos e as sociedades. Portanto, este estudo na economia se justifica por analisar essa relação de produção para o mercado e a distribuição ou não dos ganhos obtidos entre os indivíduos em uma sociedade, mais especificamente, dando ênfase a como os agricultores familiares estão inseridos nesse processo.

Estudos sobre o cultivo do tabaco e seus aspectos e/ou implicações econômicas, sociais, ambientais, sobre a agricultura e as famílias produtoras são relativamente recentes no Brasil. O

debate ganha maior ênfase em torno das discussões acerca dos malefícios causados pelo consumo do tabaco para a saúde humana e para o meio ambiente.

Portanto, o tema se torna relevante e merece uma atenção maior por parte de pesquisadores, para que soluções mais adequadas sejam encontradas, aliviando os impactos sobre os integrantes desse mercado, desde os consumidores, ativos e/ou passivos até os produtores que muitas vezes ficam à margem do processo de discussão, no qual, estão entre os principais interessados. Desta forma, conhecer como os produtores de tabaco estão organizados e a maneira como sobrevivem no meio rural pode ser importante inclusive para orientar políticas ou ações voltadas para o desenvolvimento rural.

Assim sendo, fica evidente a relevância deste estudo, uma vez que se preocupa e procura compreender determinados aspectos referentes a uma região que é caracterizada por ser altamente dependente do setor agrícola, principalmente da agricultura familiar, a qual muitas vezes encontra dificuldades por não conseguir ter acesso a novas alternativas de produção que lhes permitam obter uma melhor qualidade de vida.

Com relação à agricultura em geral e a agricultura familiar produtora de tabaco em especial, entende-se que esta pesquisa também pode trazer contribuições. A produção de tabaco no Brasil é realizada principalmente por agricultores familiares, proprietários ou não de terras, com uso intensivo de mão de obra e baixo nível de mecanização, por meio do sistema integrado de produção com as empresas de tabaco, numa jornada de trabalho de praticamente o ano inteiro por parte dos produtores (DESER, 2010).

Portanto, a relevância desta pesquisa, além dos poucos estudos referentes ao tema na região, está no fato de buscar uma compreensão da situação socioeconômica dos agricultores familiares produtores de tabaco de Laranjeiras do Sul e na análise da vulnerabilidade e da dependência destes a um único cultivo. O qual vem sendo alvo de constantes discussões mundiais e projetos ligados à área da saúde para sua diminuição ou até extinção.

Há um relativo consenso sobre a importância da diversificação, da pluriatividade³ e mesmo da multifuncionalidade⁴ na agricultura familiar e sua contribuição para o desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2009; CAZELLA, BONNAL, MALUF, 2009). Entretanto pouco se conhece sobre os meios e as condições de vida dos agricultores familiares

³A pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. Resulta ainda da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas (SCHNEIDER, 2009).

⁴A noção de multifuncionalidade refere-se a um 'novo olhar' sobre a agricultura familiar no Brasil, incorporando questões que vão além de aspectos econômicos para os agricultores, como a produção de matérias-primas e alimentos. Incorporando a geração de bens públicos relacionados com o meio ambiente, a segurança alimentar e ao patrimônio cultural (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

produtores de tabaco, de modo que isto possa orientar ações e políticas de diversificação dos meios de vida na produção de tabaco, e também encontrar alternativas economicamente sustentáveis à cultura, como abordam os relatórios de Schneider (2010) e a exemplo do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (BRASIL, 2010). Nesse sentido, o presente estudo adquire importância por sua tentativa de caracterizar e compreender a realidade vivida pelos produtores de tabaco, muito embora esteja restrito a um pequeno recorte espacial, qual seja, Laranjeiras do Sul.

Optou-se por realizar o estudo no referido município, pelo fato de se ter um conhecimento prévio do mesmo e pela proximidade com os produtores, o que facilitou o acesso aos entrevistados. O outro fator que motivou a pesquisa neste município foi o fato do cultivo do tabaco ser representativo em relação à produção do território da Cidadania Cantuquiriguaçu⁵.

Isso exposto, importa mencionar que o presente estudo encontra-se estruturado em sete capítulos. Além deste introdutório, no segundo capítulo trata-se da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, abordando seus principais aspectos e objetivos. O terceiro capítulo aborda o cenário mundial e nacional da produção de tabaco, bem como, as políticas de diversificação em áreas que o produzem. No capítulo quatro é abordado o referencial teórico que permeou o estudo, com as contribuições de Amartya Sen e sua abordagem das capacitações e a ideia do desenvolvimento como liberdade, bem como a abordagem de Frank Ellis referente aos meios de vida. No quinto, aborda-se os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. No capítulo seis são apresentados os resultados e as análises da pesquisa em Laranjeiras do Sul/PR. E por fim, na última seção, são apresentadas as considerações finais da pesquisa, destacando propostas de estudos futuros ligados ao tema pesquisado, seguido das referências e apêndices.

⁵O Território Cantuquiriguaçu situa-se na porção centro-oeste do Estado do Paraná e é formado por 20 municípios: Campo Bonito, Cândói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond (CONDETEC, 2011).

2 CONVENÇÃO QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO (CQCT)

Nas últimas décadas tem se intensificado a luta contra o tabagismo ao nível nacional e mundial. Contudo, o tabaco tem resistido a leis e campanhas que o combatem. O Instituto Nacional do Câncer (INCA) estima que mais de 30 milhões de brasileiros fumam, e que em todo mundo esse número chega a 1,3 bilhão. O Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco) aponta que são consumidos anualmente cerca de 140 bilhões de cigarros no Brasil. A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera que o tabagismo é a principal causa de morte evitável em todo o mundo (SOUZA, 2009).

Reconhecendo a expansão do consumo do tabaco como um problema global, em 1996, a 49ª Assembleia Mundial da Saúde (órgão diretor supremo da OMS, composta pelos representantes de 190 países membros) adotou uma resolução buscando junto ao diretor geral, uma iniciativa no sentido de elaborar uma Convenção Quadro para controlar a expansão do tabaco. Esta Convenção Internacional foi a primeira adotada na história da OMS e tem como objetivo central o controle da expansão global do consumo de tabaco e de suas consequências para o ser humano (SCHNEIDER, 2010a).

Dessa forma, em concordância com o amplo reconhecimento dos graves danos sanitários, sociais e econômicos decorrentes do tabagismo teve início a discussão da chamada Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), assinada pelo Brasil em 2005 e ratificada no final do mesmo ano. A CQCT é o primeiro tratado internacional de saúde pública, negociado por mais de 190 países durante apenas quatro anos (1999 – 2003), sob orientação da OMS (SOUZA, 2009).

De acordo com Souza (2009) mencionando a OMS (2005), a Convenção Quadro determina padrões internacionais para o controle do tabaco, prevendo a adoção de ações relacionadas à propaganda e patrocínio, política de impostos e preços, rotulagem, ao comércio ilícito e ao tabagismo passivo, a dependência da nicotina, além de cooperação nas áreas científica, educacional e sanitária, dentre outras. É portanto, composta por medidas intersetoriais e abrangentes, e tem como objetivo principal a preservação das gerações presentes e futuras das consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas do consumo e da exposição à fumaça do tabaco.

Contudo, os impactos a médio e longo prazos da entrada em vigor da Convenção Quadro poderão implicar em importantes mudanças, tanto nos hábitos dos fumantes quanto na cadeia produtiva do tabaco no Brasil e no mundo (SOUZA, 2009).

Conforme descreve Schneider (2010a), a preocupação com as condições de produção dos agricultores que cultivam tabaco e os efeitos danosos do tabagismo sobre os consumidores, trouxe um ponto de consenso a favor de sua restrição. Este posicionamento foi reforçado a partir do momento em que cientistas da área de saúde passaram a demonstrar e comprovar não apenas os malefícios do tabaco aos seus consumidores diretos (os fumantes), mas também àqueles denominados de usuários passivos, entre os quais os indivíduos que comungam ambientes com fumantes e os próprios produtores de tabaco.

Na medida em que pesquisas científicas passaram a demonstrar os efeitos causais negativos do uso contínuo do tabaco sobre a saúde humana, bem como a influência da dinâmica do livre comércio na expansão da epidemia do tabagismo, passaram a ser criados mecanismos de controle ao consumo e a produção. Como já citado, foi este cenário que levou à implementação da CQCT, que prevê que os países que dela fazem parte passem a adotar medidas para reduzir a demanda e a oferta de produtos do tabaco (SCHNEIDER, 2010a).

De acordo com texto oficial da CQCT, o artigo terceiro do mesmo relata que:

O objetivo da presente Convenção e de seus protocolos é proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, proporcionando uma referência para as medidas de controle do tabaco, a serem implementadas pelos governos nos níveis nacional, regional e internacional, a fim de reduzir de maneira contínua e substancial a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco (FCTC, 2003, p.5. Tradução livre).

As medidas adotadas pela Convenção têm como base alguns princípios norteadores expressos no seu artigo 4º, que são: o direito das pessoas à informação sobre a gravidade dos riscos decorrentes do consumo de tabaco; o direito de acesso aos mecanismos de prevenção e de apoio para cessação de fumar; além da proteção de toda pessoa contra a exposição involuntária à fumaça do tabaco (BRASIL, 2011).

No que tange à questão da produção de tabaco, a Convenção Quadro sugere ações a serem realizadas pelos países signatários para uma futura redução na demanda do produto. Entretanto, o cumprimento dessas metas ocasionará uma possível instabilidade econômica no médio e longo prazo para aqueles agricultores que dependem principalmente da renda gerada pelo cultivo do tabaco para sobreviverem (SOUZA, 2009).

Buscando prevenir as consequências de uma possível redução de produção e renda dos produtores de tabaco, a própria CQCT assume compromissos de incentivo e proteção à reconversão dos produtores de tabaco, expressos pelos artigos 17 e 18 da referida Convenção.

Conforme o texto oficial, o artigo 17 trata do *apoio a atividades alternativas economicamente viáveis* à cultura do tabaco. O referido artigo prevê que:

As partes em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte (BRASIL, 2011, p. 44).

Já o artigo 18 trata da *proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas*, neste sentido:

Em cumprimento às obrigações estabelecidas na presente Convenção, as Partes concordam em prestar devida atenção, no que diz respeito ao cultivo do tabaco e à fabricação de produtos de tabaco em seus respectivos territórios, à proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas em relação ao meio ambiente (BRASIL, 2011, p. 44).

O Brasil ratificou sua participação na Convenção Quadro em 2005 e assumiu o compromisso de implementar as ações previstas em relação à regulação do consumo e na apresentação de alternativas economicamente viáveis a produção de tabaco (SCHNEIDER, 2010a). Com a ratificação da CQCT, o governo Federal também assumiu no mesmo ano o compromisso de implementar o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (BRASIL, 2011).

De acordo com Deser (2006) durante a primeira Conferência das Partes (COP⁶ 1) - encontro dos países que ratificaram a CQCT- ocorrida em 2006, o Brasil liderou as negociações, juntamente com outros países produtores e propuseram a criação do Grupo de Trabalho (*Ad hoc study group on alternative crops – decision FCTC/COP1 – 17*)⁷ que atua no âmbito da implementação dos artigos 17 e 18 da Convenção Quadro para discutir alternativas ao cultivo do tabaco.

Deste modo, o Brasil se tornou país facilitador, lhe cabendo maior protagonismo na proposição e implementação de ações em prol da CQCT. Em linhas gerais, o Grupo de Trabalho tem como objetivos: a) avaliar o *status* das alternativas economicamente viáveis existentes para a produção de tabaco; b) recomendar mecanismos para avaliar o impacto da Convenção Quadro sobre os trabalhadores da indústria e agricultores c) avaliar políticas efetivas para apoiar o processo de transição, levando em consideração as pesquisas sobre diversificação; d) recomendar iniciativas rentáveis de diversificação (DESER, 2006).

⁶ COP é o órgão executivo da Convenção e é formada pelos países que a ratificaram, aceitaram ou aprovaram. O principal papel da COP é tomar decisões necessárias para a efetiva implementação da Convenção, promovendo, facilitando e monitorando todo o processo executado pelos Estados Partes (BRASIL, 2011).

⁷ O Grupo de estudos *Ad hoc* foi criado na primeira Conferência da Partes (COP 1), ocorrida em Genebra em fevereiro de 2006. As partes consideradas são os países signatários da Convenção-Quadro.

Por estes compromissos assumidos, o Brasil ganhou importante papel como liderança internacional no debate para a implementação da Convenção Quadro e seus desdobramentos. Este reconhecimento do país foi confirmado através da realização da primeira reunião do Grupo de Estudos *Ad hoc*, ocorrida em fevereiro de 2007, que se tornou a instância de discussão e elaboração de propostas aos cultivos alternativos ao tabaco (SCHNEIDER, 2010a).

De acordo com Schneider (2010a), na segunda Conferência das Partes (COP 2), ocorrida em Bangkok em julho de 2007, os países signatários da Convenção Quadro decidiram manter as atividades do Grupo de Estudos *Ad hoc* e solicitaram a apresentação de estudos e pesquisas que pudessem oferecer perspectivas viáveis e sustentáveis de diversificação à produção de tabaco. Foi esse o motivo que levou a realização da segunda reunião oficial do Grupo de Trabalho *Ad hoc*, em 2008 na cidade do México.

Esta reunião destacou que, para implementar alternativas bem sucedidas e economicamente sustentáveis para o cultivo do tabaco, seria necessário abordar não somente a renda do agricultor e a rentabilidade das culturas, mas entender também todos os aspectos relacionados aos seus meios de vida. A abordagem dos meios de vida foi identificada como mais apropriada para orientar a implementação dos artigos 17 e 18 da Convenção Quadro (SCHNEIDER, 2010b).

Como já citado neste trabalho, a CQCT congrega um conjunto de medidas multissetoriais para reduzir a demanda por produtos de tabaco e as doenças e mortes relacionadas ao mesmo. Por outro lado, a Comissão Nacional para Implementação da Convenção Quadro para Controle do Tabaco – CONICQ (2012)⁸, alerta para a necessidade de ações e medidas para resguardar os meios de vida dos agricultores de possíveis impactos econômicos que a redução na procura pelo tabaco possa ocasionar na sua renda.

Neste sentido, a primeira ação no intuito de atender as demandas dos artigos 17 e 18 da CQCT consistiu na realização de uma pesquisa piloto no município de Arroio do Tigre (RS) a qual foi realizada por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e demandada pela CONICQ, do MDA e Ministério da Saúde (MS). Esta demanda consistia em elaborar um instrumento capaz de orientar políticas e ações de diversificação dos meios de vida em áreas produtoras de tabaco, tal como sugeriu o Grupo de Trabalho *Ad hoc*.

⁸ A CONICQ foi criada em 1999 com o objetivo de subsidiar o Presidente da República nos posicionamentos e decisões do Brasil durante as rodadas de negociação da Convenção-Quadro que ocorreram em 1999 e 2003. Também é responsável por articular a implementação da agenda governamental para cumprimento dos artigos do tratado. É presidida pelo Ministério da Saúde e composta por representantes de 18 ministérios (CONICQ, 2013).

Para tal, era necessário elaborar um instrumento de pesquisa que fosse rápido quanto a sua aplicação e que fosse possível de ser aplicado em diferentes áreas produtoras de tabaco nos países signatários da Convenção Quadro. Os resultados desta pesquisa piloto foram apresentados na terceira reunião do Grupo de Trabalho *Ad hoc*, em Genebra na Suíça, em fevereiro de 2012. Sendo assim, este trabalho vem no sentido de dar continuidade ao estudo piloto, por meio de uma pesquisa de iniciação científica e deste trabalho de conclusão de curso. Buscou-se aprimorar e qualificar os instrumentos de pesquisa, com base em desafios apontados pelo estudo piloto, bem como aprofundar os referenciais teóricos incorporando ainda, pesquisas qualitativas.

Diante do exposto, para dar sequência à discussão, tratar-se-á na próxima seção de questões acerca da produção do tabaco a nível mundial e nacional, destacando a importância do Brasil dentro do setor.

3 CENÁRIO MUNDIAL E NACIONAL DA PRODUÇÃO DE TABACO

Dos 193 países reconhecidos pela ONU, o tabaco é cultivado em pelo menos 124, ocupando 3,8 milhões hectares de terras agrícolas. Há apenas 5 países em que se sabe que o tabaco não é cultivado⁹. No mundo, a produção de tabaco atingiu seu pico em 1997, mais de 9 milhões de toneladas e, desde então, diminuiu quase um quarto, passando para 7,1 milhões de toneladas em 2009 (ERIKSEN, MACKAY, ROSS, 2012).

De acordo com Eriksen, Mackay e Ross (2012), o tabaco é cultivado principalmente em países de renda média e baixa. Nestes, o tabaco contribui para a desnutrição das pessoas, uma vez que a terra é utilizada para cultivar o tabaco em vez de produzir alimentos. Em 2009, seis dos dez maiores produtores de tabaco apresentavam taxas de desnutrição entre 5% e 27%. Em 2008, o Malawi, um país no topo mundial na produção de tabaco, apresentava uma desnutrição de 27%.

Os mesmos autores destacam que cada hectare de terra dedicado ao tabaco produzia uma tonelada de tabaco em folha. Em comparação, um hectare de terras que cultivava batatas produzia 14,6 toneladas no mesmo ano. O cultivo de tabaco afeta negativamente o meio ambiente, entre outros, pelo monocultivo e pelo desmatamento resultante de madeira necessária ao processo de secagem das folhas. A cada ano, 20 mil hectares de florestas são derrubadas para a secagem do tabaco (ERIKSEN, MACKAY, ROSS, 2012).

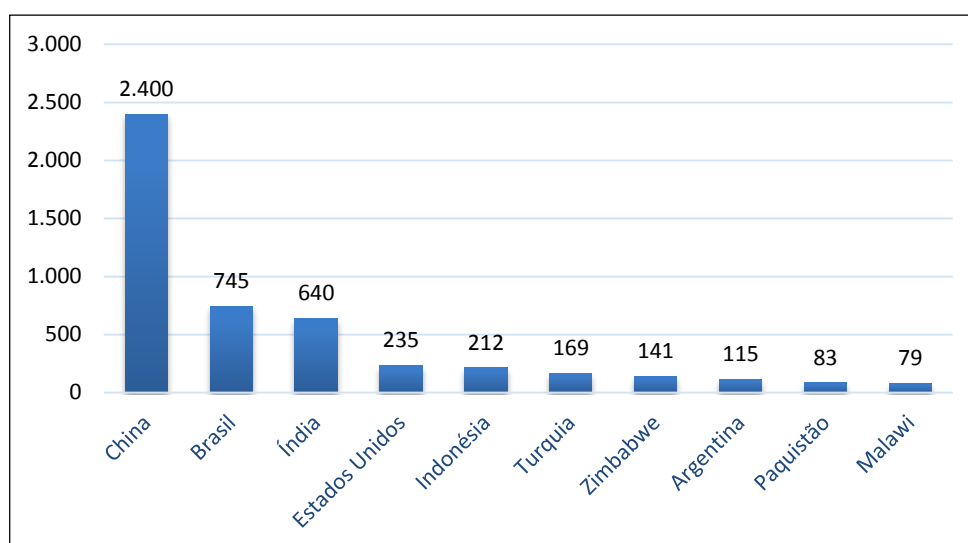
Para os autores, o tabaco lixivia o solo de muitos nutrientes, pois em sua produção são utilizados fertilizantes e pesticidas que degradam o meio ambiente. Estes produtos químicos colocam em perigo os agricultores e criam enxurradas que prejudicam ainda mais o ambiente. Não importa onde os produtores de tabaco trabalham, estes indivíduos sujeitos a doenças por meio de sua exposição a pesticidas (que causa danos neurológicos) e a nicotina (o que resulta na doença da folha verde). Além dos impactos de saúde, muitos produtores de tabaco estão presos a um ciclo de pobreza, pois eles são obrigados a comprar equipamentos e infraestrutura a altos custos, sendo pequeno o lucro remanescente. Em 2003, os produtores de tabaco nos EUA receberam menos de 1% dos gastos que os consumidores tiveram com o tabaco. (ERIKSEN, MACKAY, ROSS, 2012).

Em 2008, o tabaco foi cultivado em cerca de 3,6 milhões de hectares, apresentando um rendimento médio de 1.860 kg/ha e produção total de 6,8 milhões de toneladas. (DESER, 2010). No cenário mundial, como apresentado no figura 1, a China destaca-se por ter produzido 36,7%

⁹ Nos demais países não há informação, acerca do cultivo ou não do tabaco.

do tabaco, ou seja, de toda a produção mundial na safra 2011/12 (6.525.990 toneladas), este país produziu cerca de 2.400.000 toneladas, sendo desta forma o maior produtor mundial de tabaco. Entretanto, merecem destaque também neste cenário, o Brasil, a Índia e os Estados Unidos que estão entre os países que mais produziram tabaco no mesmo período. Juntos foram responsáveis por mais de 60% da produção total de tabaco no mundo na safra analisada (AFUBRA, 2013).

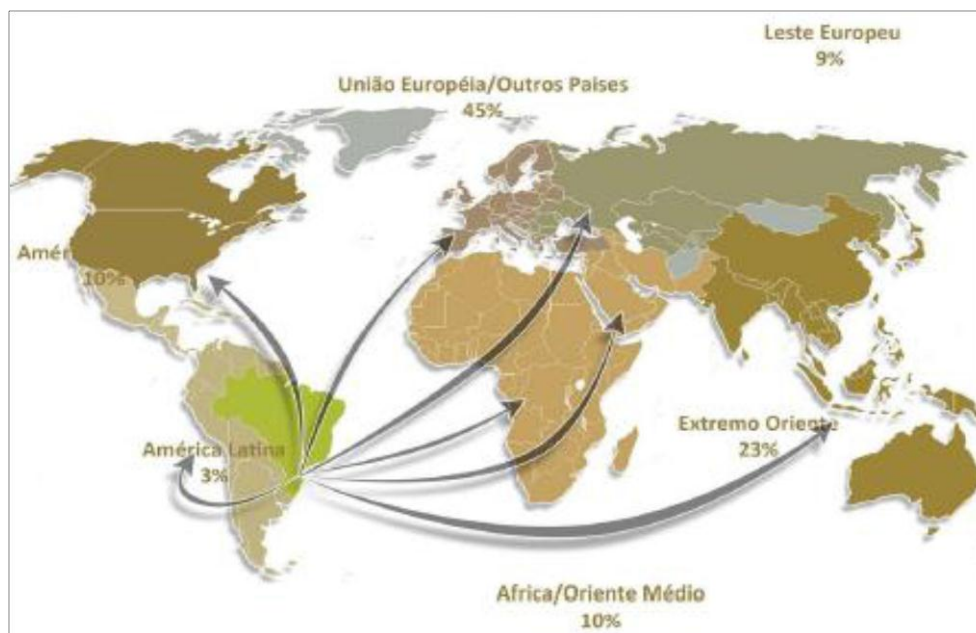
Figura 1 - Produção de tabaco nos principais países produtores na safra 2011/12 (em mil toneladas)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Afubra (2013).

Apesar de ser o segundo maior produtor mundial de tabaco, o Brasil é o líder em exportação do produto desde 1995, e segundo dados da FAO, o país, em 2008, exportou 89,4% de toda a produção nacional, principalmente para a União Europeia e para o Extremo Oriente. Essa exportação movimentou mais de US\$ 2 bilhões para o país neste mesmo ano. Esses dados podem ser visualizados na figura 2 referente aos principais mercados compradores do tabaco brasileiro na safra 2009 (DESER, 2010).

Figura 2 - Mercados compradores do tabaco do Brasil - 2009 (% do volume total exportado)

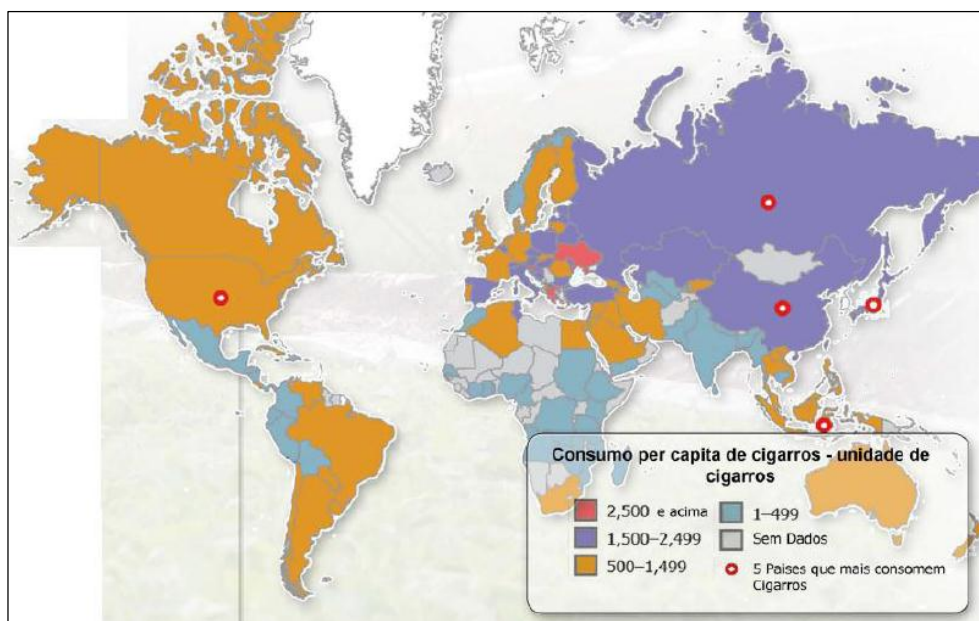


Fonte: DESER (2010, p.41).

De acordo com a figura 2, observa-se que o principal mercado brasileiro em 2009 foi a União Europeia com 45% do total dos embarques, seguida pelo Extremo Oriente (23%), América do Norte (10%), Leste Europeu (9%), África/Oriente Médio (10%) e América Latina (3%) (DESER, 2010). Das 710 mil toneladas produzidas na safra 2011/12, mais de 85% foram destinadas ao mercado externo. O tabaco em 2012 representou 1,34% do total das exportações brasileiras, com US\$ 3,26 bilhões embarcados (SINDITABACO, 2013).

O mercado da produção de tabaco está diretamente ligado ao aumento mundial ou a diminuição do consumo do produto. Entre os principais países consumidores estão a China (líder mundial), seguida pela Índia, Estados Unidos, Rússia e Indonésia. Vale destacar que a China, Estados Unidos, Rússia, Japão e Indonésia destacam-se também entre os cinco países que mais consomem cigarros no mundo. Merece destaque, a Ucrânia, onde o consumo per capita de cigarros é superior a 2.500 unidades por ano. Estes dados podem ser observados na figura 3 (DESER, 2010).

Figura 3 - Consumo per capita mundial de cigarros – 2010

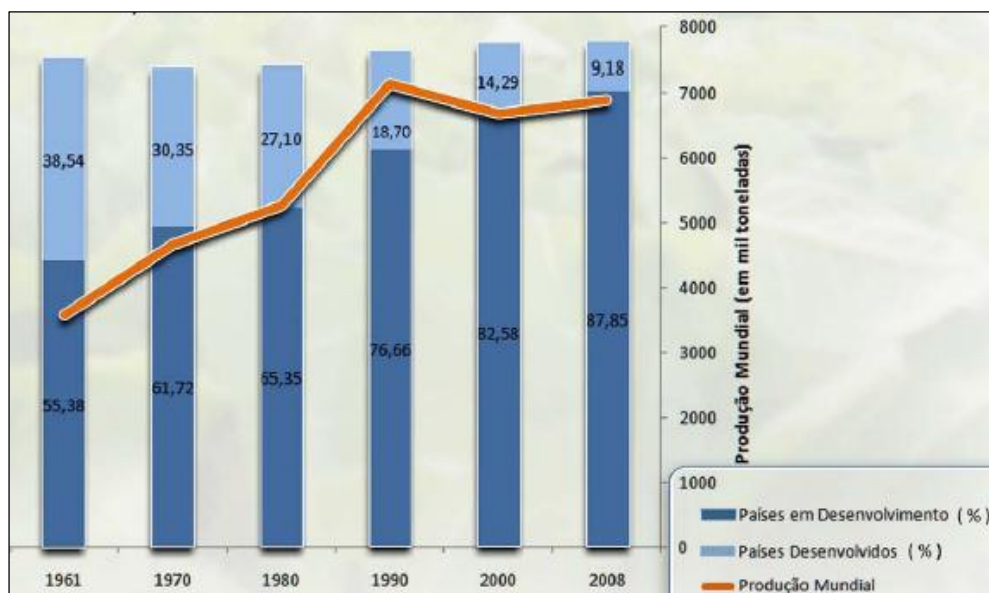


Fonte: DESER (2010, p.19).

A produção de tabaco ao longo das últimas décadas sofreu alterações bastante significativas e perceptíveis. Por um lado, a área cultivada elevou-se no período de 1961 a 2008 em apenas 8,8%, enquanto, por outro lado, a produção apresentou uma variação de 92,5%, decorrente principalmente de avanços tecnológicos e melhoramentos genéticos realizados pelas empresas ligadas a produção de tabaco (DESER, 2010).

Em toda a cadeia produtiva do tabaco são envolvidas mais de 100 milhões de pessoas no mundo, grande parte destas oriundas de países em desenvolvimento (caso do Brasil), que obtiveram nas últimas décadas um crescimento de mais de 300% na sua produção. Ao mesmo tempo em que países em desenvolvimento tiveram este aumento, alguns países desenvolvidos apresentaram um decréscimo de 50% na sua produção. Mesmo com esta queda de 1968 até 2008 a produção mundial quase dobrou, o que pode ser verificado na figura 4 (DESER, 2010).

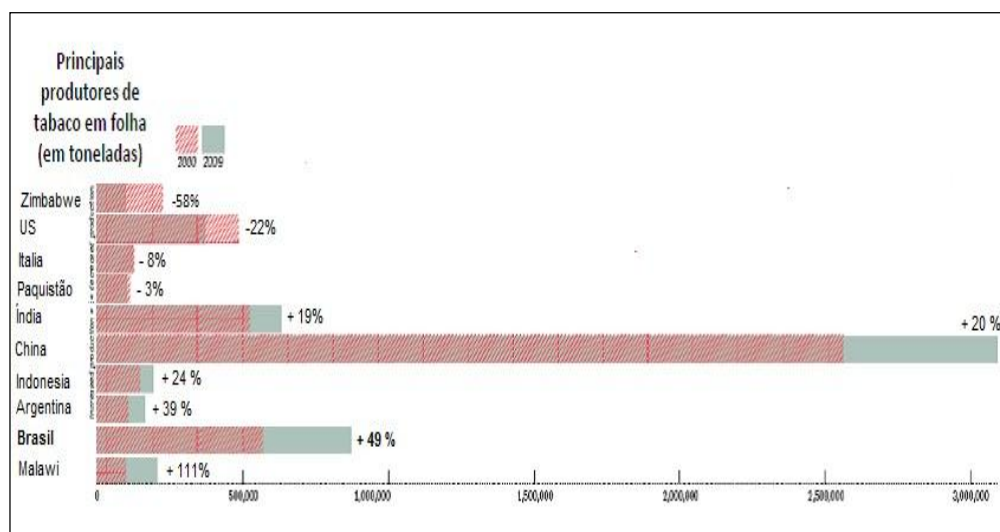
Figura 4 - Evolução da produção mundial de tabaco e a participação (%) dos países desenvolvidos e em desenvolvimento



Fonte: FAO (2008) apud DESER (2010, p.17).

Ademais, é possível observar que a produção de tabaco evoluiu de forma diferenciada nos países, como pode ser visto na figura 5. Apresentando dados de, 2000 a 2009, é evidenciado que em alguns países a produção de tabaco diminuiu significativamente, enquanto em outros essa produção mostrou considerável incremento, chegando a aumentar em mais de 100% seu volume produzido.

Figura 5 - Evolução da produção de tabaco nos principais países produtores no mundo - 2000 a 2009

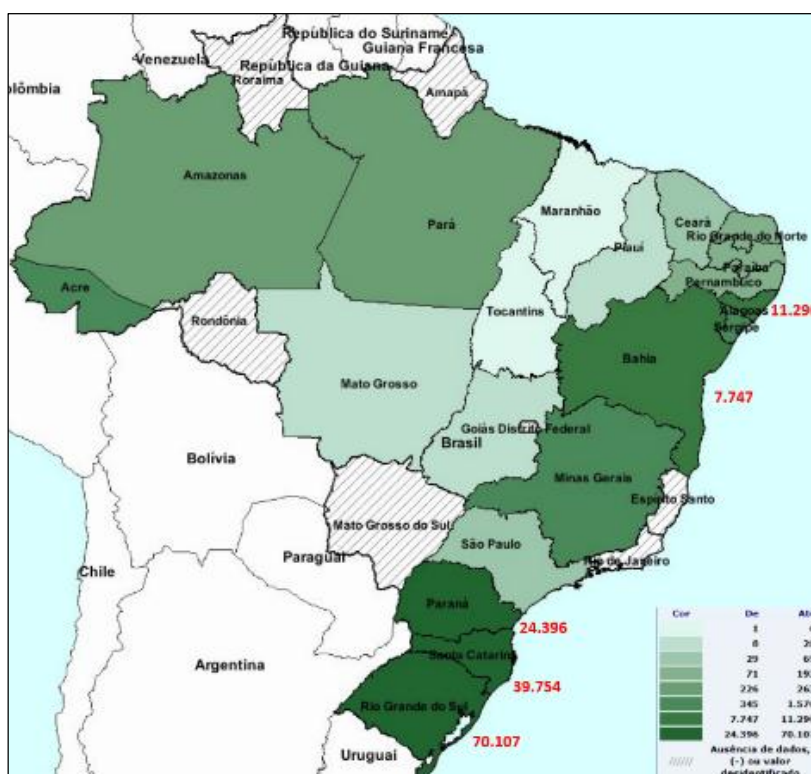


Fonte: adaptado de ERIKSEN, MACKAY, ROSS (2012).

Como pode ser visto e reforçado na figura anterior, os dois maiores produtores de tabaco do mundo são China e Brasil, os quais tiveram um aumento de 20% e 49%, respectivamente na produção de tabaco ao longo da década de 2000. Destaca-se também o Malawi com um incremento de 111% na produção de tabaco no mesmo período.

Por sua vez, a produção brasileira de tabaco está concentrada na região Sul do País. Esta região apresenta características de solo e clima adequados para o cultivo e concentra grande número de pequenas unidades familiares que encontram nessa atividade uma maneira de se viabilizar no meio rural. Além da região Sul, a segunda região que mais cultiva tabaco, conforme ilustra a figura a seguir, é a nordestina, em quantidade menos expressiva, porém especializada na produção de tabacos escuros para a confecção de charutos. No nordeste destacam-se os estados de Alagoas, Bahia e Sergipe. Enquanto na região Sul a produção aumentou nos últimos anos, na região nordeste essa produção diminuiu em virtude da queda na demanda por tabacos escuros (DESER, 2010).

Figura 6 - Número de estabelecimentos agropecuários produtores de tabaco - 2006



Fonte: IBGE (2013a).

O Brasil, como já mencionado, é o segundo maior produtor de tabaco do mundo com 454.521 hectares colhidos em 2011 e com uma produção de 951.933 toneladas (IBGE, 2013a). É o principal exportador do produto desde meados da década de 1990. Com relação a essa

produção, algumas características podem ser destacadas: a) a região Sul enquanto principal região produtora do país foi responsável na safra 2011/12 por 97,6% do total produzido; b) o tabaco é produzido principalmente por pequenos produtores familiares (com área média de 16,7 hectares) e c) utilização de mão de obra familiar com pouca mecanização das atividades/tarefas (AFUBRA, 2013).

O tabaco na região Sul, na safra 2011/12 era produzido em 656 municípios, com 327 mil hectares plantados, e envolvendo aproximadamente 626 mil pessoas no meio rural (SINDITABACO, 2013). Foram produzidos na safra 2011, 933.068 toneladas de tabaco, as quais geraram um valor de produção de R\$ 4.745.294.000,00 na região (IBGE, 2013a).

O estado do Rio Grande do Sul, na safra 2011/12 contava com 272 municípios produtores, em um total de 175 mil hectares plantados, envolvendo 86 mil pequenos produtores e um total 326 mil pessoas no meio rural (SINDITABACO, 2013). Em 2011 foram colhidas 499.455 toneladas de tabaco, totalizando um valor de produção de R\$ 2.599.899.000,00 para o estado (IBGE, 2013a).

Em Santa Catarina, na safra 2011/12, eram 223 municípios produtores, com 95 mil hectares plantados, envolvendo aproximadamente 48 mil pequenos produtores e um total de 182 mil pessoas no meio rural (SINDITABACO, 2013). Em 2011 foram produzidas 134.248 toneladas de tabaco, totalizando um valor de produção de R\$ 1.297.417.000,00 para o Estado (IBGE, 2013a).

Já no Paraná, na safra 2011/12 eram 161 municípios produtores que plantaram nesta safra 57 mil hectares, envolvendo 31 mil pequenos produtores e um total de 118 mil pessoas no meio rural (SINDITABACO, 2013). Foram produzidas em 2012, 171.837 toneladas de tabaco, as quais geraram um valor de produção de R\$ 847.976.000,00 para o Estado (IBGE, 2013a).

3.1 A POLÍTICA DE DIVERSIFICAÇÃO EM ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO (PNDACT)

A partir da criação e ratificação da Convenção Quadro o MDA assumiu compromisso de implementação de um programa nacional que contemplasse as demandas e os propósitos da referida Convenção, expressos nos seus artigos 17 e 18. Para tal, foi criado o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT). Este programa está baseado nos princípios do desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, diversificação produtiva e participação social (MDA, 2014).

Quanto a esses princípios, o documento “Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e rendas em áreas cultivadas com tabaco no Brasil” aborda o desenvolvimento sustentável enquanto implementação de alternativas produtivas e geradoras de renda em propriedades que produzem tabaco comprometidas com a sustentabilidade ambiental, com a qualidade de vida das famílias e com a transição agroecológica dos sistemas produtivos (BRASIL, 2010).

As ações da referida política estão baseados em três princípios: segurança alimentar, diversificação produtiva e participação social. No princípio da segurança alimentar, está o compromisso do Governo Federal com o desenvolvimento de ações e políticas públicas que incentivem a produção limpa e diversificada nas pequenas propriedades familiares produtoras de tabaco. O princípio de diversificação produtiva aborda que a sustentabilidade econômica, social e ambiental das propriedades acontece na medida em que o tema estratégico da diversificação de produtos e atividades passa a fazer parte das políticas e programas direcionados à agricultura familiar. E por fim no que tange ao princípio da participação social, são os agricultores familiares produtores de tabaco que devem definir de forma autônoma as alternativas produtivas, com informações e orientação técnica que permitam a construção de conhecimentos no campo, respeitando as questões de gênero, geração, raça e etnia (BRASIL, 2010).

De acordo com o documento anteriormente citado, o principal objetivo do PNDACT é:

Apoiar a implementação de projetos de extensão rural, formação e pesquisa para desenvolver estratégias de diversificação produtiva em propriedades de agricultores familiares que produzem fumo e criar novas oportunidades de geração de renda e qualidade de vida às famílias (BRASIL, 2010 p.9).

Este programa de diversificação Nacional é coordenado pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do MDA e atua na articulação das suas ações públicas para o setor familiar a fim de subsidiar o processo de diversificação da produção em áreas que produzem tabaco. A gestão do PNDACT é realizada pela Rede Temática de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. Foi criada em 2008 e é formada por:

Representantes de 25 instituições parceiras do MDA na implementação das ações de diversificação em áreas de fumo. Esta reúne-se periodicamente para debater as ações do programa, apresentar as experiências dos projetos em andamento, planejar e propor atividades assim como definir as demandas para se avançar na implementação dos artigos 17 e 18 da CQCT. Realiza a interface com as políticas públicas, as intersetorialidades e as medidas para o controle do tabaco no âmbito da Convenção-Quadro (BRASIL, 2010, p. 28).

Com a implantação do PNDACT, o governo pretende que o agricultor familiar não dependa da agroindústria de tabaco para suas atividades agrícolas, voltando a valorizar o conhecimento acumulado ao longo dos anos e que vem se reproduzindo pelas gerações, por exemplo, decisões do que plantar, quanto plantar, que tecnologia utilizar e como comercializar a produção. Diferente do individualismo produtivo provocado pelo sistema de integração do tabaco, bem como na suinocultura e avicultura, o programa ratifica a importância de apoiar as ações coletivas de agricultores familiares. A política evidencia que não basta substituir o tabaco por outro produto, se o modelo de produção continuar sendo o mesmo (BRASIL, 2010).

O PNDACT propõe trabalhar na perspectiva da diversificação da produção e não na substituição de cultivos, conforme recomendado pelo Grupo de Trabalho *Ad doc*. A diferenciação de substituição de cultivos e diversificação sustentável que norteia o programa está apresentada no quadro 1 e constante no documento da SDT/MDA.

Quadro 1 - Proposta de diversificação sustentável do PNDACT com base em Schneider (2009)

Substituição de cultivos	Diversificação sustentável
<ol style="list-style-type: none"> 1) Reduz a dependência da indústria; 2) Busca aumentar rendas agrícolas; 3) Preconiza intensificação no uso de recursos (terra, água, trabalho) na produção; 4) Mantém a base tecnológica assentada sobre o uso de agroquímicos; 5) Contribui para reduzir a fertilidade solos e da biodiversidade; 6) Privilegia economias de escala e crescimento setorial; 7) Traz risco à saúde (doenças) e ao trabalho dos produtores; 8) Atende aos objetivos da indústria: manter produção e oferta tabaco. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Maior potencial de gerar autonomia; 2) Diversifica as rendas agrícolas e não agrícolas; 3) Menor intensidade no uso de recursos produtivos; 4) Base para a transição à produção orgânica e agroecológica; 5) Recupera fertilidade e preserva biodiversidade; 6) Gera externalidades positivas sobre a economia; 7) Mais comprometida com qualidade de vida; 8) Atende aos objetivos da saúde pública: reduzir oferta e consumo de tabaco

Fonte: BRASIL (2010, p.8).

Segundo documentos oficiais, desde o lançamento do programa em 2005, foram aproximadamente 30 mil famílias beneficiadas, 80 mil pessoas envolvidas, 600 municípios abrangidos, 60 projetos de assistência técnica e extensão rural, capacitação e pesquisa, e mais de 12 milhões de reais investidos. Sua implementação daria em parceria com organizações governamentais e da sociedade civil, universidades, centros de pesquisa e representações dos agricultores familiares (BRASIL, 2010)¹⁰.

¹⁰ Apesar de ter-se buscado informações mais objetivas sobre estas ações, como por exemplo, que tipo de projetos foram implementados, em quais municípios, poucos dados foram encontrados.

A respeito da implementação do programa, o Governo Federal informa que vem adotando e incentivando ações ou políticas para dar sustentação ao PNDACT. São destaques dentre estas ações: a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – (Pnater), como forma de incentivar e fortalecer a agricultura familiar com sustentabilidade. Esta política pretende uma ação articulada entre os governos estaduais, as organizações governamentais e não governamentais e os movimentos sociais do campo (BRASIL, 2010).

Outra ação do Governo Federal para dar suporte ao PNDACT são os programas de incentivo à agricultura familiar, a produção e a comercialização de alimentos. Dentre estes destacam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Estes programas são ações mais amplas e direcionadas para o fomento e a manutenção da agricultura familiar do país. Contudo, podem ser consideradas importantes instrumentos voltados para a diversificação produtiva, principalmente em áreas cultivadas com tabaco (BRASIL, 2010).

Entretanto, a execução do PNDACT vem encontrando alguns desafios considerados importantes e que podem influenciar diretamente a eficácia do Programa ao longo de suas próximas ações. Segundo documentos oficiais, alguns dos grandes desafios a serem compartilhados por gestores do Programa é: a) ampliar o número de agricultores contemplados com ações e políticas para a diversificação; b) ampliar parcerias municipais e estaduais para a diversificação nos temas de Ater, capacitação e pesquisa; c) dar continuidade no acompanhamento das famílias em processo de diversificação; d) obter a convergência de políticas públicas em prol da diversificação, e) realizar o acompanhamento, monitoramento e avaliação qualificada dos projetos de Ater da Chamada Pública da Diversificação 2011 e 2013, bem como para os demais projetos em execução; f) acompanhar o cenário e as projeções para a cadeia produtiva do tabaco; g) consolidar o grupo de pesquisa que subsidie o Governo na implementação dos artigos 17 e 18 da CQCT (CAVALCANTE et al., 2013).

Torna-se importante destacar que o Brasil recentemente - em outubro de 2013 - foi sede da IV Reunião do Grupo de Trabalho para os artigos 17 e 18 da CQCT, que foi realizada no município de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Esta reunião contou com a participação de representantes da China, Turquia, Nicarágua, Itália, Grécia, Colômbia, Tanzânia, Zâmbia e África do Sul. Foram discutidas e apresentadas as experiências de diversificação da produção de tabaco brasileira e também algumas ações que o governo brasileiro vem adotando para contribuir com essa diversificação (MDA, 2013).

No evento foi ressaltado que desde 2012, a SAF/MDA tem um contrato de serviço de extensão rural para mais de 10 mil famílias produtoras de tabaco. Estas foram atendidas com assistência técnica e extensão rural (Ater). Com relação a essa ação, o coordenador do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) da SAF, Hur Ben da Silva, relatou que: “se conseguiu analisar a situação dessas 10 mil famílias sobre vários ângulos, que geraram dados que vão ajudar a elaborar políticas e saber como podemos trabalhar com essas famílias” (MDA, 2013)¹¹.

O objetivo principal do encontro, além de apresentar aos convidados dois projetos de diversificação da fumicultura em São Lourenço do Sul (RS), foi a discussão e aperfeiçoamento de um documento que sistematiza os métodos de diversificação produtiva, a ser apresentado na 6ª COP (Conferência das Partes, reunião dos países signatários da Convenção Quadro) que ocorrerá na Rússia em 2014 (CEPAGRO, 2013).

Como resultado dessa reunião do Grupo de Trabalho sobre os artigos 17 e 18, obteve-se aprovação de um documento com propostas metodológicas para processos de diversificação da produção de tabaco, resumidas a partir dos seguintes passos: 1) mobilização da comunidade em geral; 2) entendimento da situação da realidade da produção de tabaco; 3) compartilhamento e planejamento junto com as famílias produtoras; 4) implementação participativa através de grupos de agricultores aderentes ao programa e 5) um novo ciclo. Este último, é considerado o estágio em que as iniciativas passam a ser autônomas e quando os meios de vida e de renda são consolidados (CEPAGRO, 2013)¹².

Ademais, para oferecer o arcabouço teórico desta monografia, tratar-se-á na próxima seção da abordagem das capacitações de Amartya Sen e da abordagem da diversificação dos meios de vida de Frank Ellis.

¹¹ Tal como mencionado acima, como esta ação é recente, e em razão do tempo de realização desta pesquisa, poucas informações adicionais foram encontradas acerca das 10.000 famílias atendidas.

¹² Apesar das informações superficiais sobre a PNDACT, é possível observar que ainda há desafios consideráveis a serem enfrentados para que a referida política incorpore, na implementação de suas ações, a abordagem das capacidades e dos meios de vida.

4 ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E ABORDAGEM DOS MEIOS DE VIDA

Nesta seção aborda-se a fundamentação teórica com conceitos-chave que darão sustentabilidade ao estudo. O referencial que permeará toda a pesquisa, se refere à abordagem das capacitações desenvolvida pelo economista Amartya Sen. Este autor trabalha a ideia de desenvolvimento como liberdade, destacando que há uma confusão entre meios e fins do desenvolvimento. Normalmente os meios são considerados fins, ou seja, para Sen (2010, p. 28) “A utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer – as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter e não nela mesma”. Nesta perspectiva o autor desenvolve seus estudos com base nos conceitos de *entitlements* (intitamentos) e *functionings* (funcionamentos).

De modo a operacionalizar as ideias de Sen no contexto rural, da agricultura familiar e produção de tabaco foi utilizada a abordagem dos meios de vida (*livelihoods*) do economista Frank Ellis¹³. Esta, diz respeito às opções e estratégias de trabalho, renda e produção das famílias rurais com o objetivo de diminuir sua vulnerabilidade em relação a crises, choques e instabilidades de mercado. O autor defende a importância da diversificação dos meios de vida. Defende-se aqui que esta diversificação possibilita a ampliação das liberdades.

4.1 OS MEIOS E FINS DO DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

O economista Amartya Kumar Sen nasceu na Índia em 1933, estudou na escola Visva-Bharati, lecionou na *Delhi School of Economics* e na *London School of Economics*, de 1971 a 1982. Foi professor de filosofia e economia em Harvard por mais de uma década. Recebeu seu Ph.D. em 1959 no *Trinity College (Cambridge University)* com a tese sobre as escolhas de técnicas nas economias em desenvolvimento. Pode ser considerado o principal autor no mundo em teoria da escolha social e Economia do Bem-Estar (SEN, 2012). No ano de 1998 foi apreciado com o prêmio Nobel de Economia devido fundamentalmente à sua mensagem de alerta quanto à importância das considerações morais necessárias à Economia do Bem-Estar. Sen também é um dos formuladores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado por ele juntamente com o também economista Mahbub ul Haq em 1990 e vem sendo usado desde 2003 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no seu relatório anual (SEN, 2012).

¹³ Frank Ellis é bacharel em Economia Agrícola pela University of Reading, mestre em Economia pela London School of Economics e doutor em Economia University of Sussex.

Como acima mencionado, Sen (2010) compreende o desenvolvimento enquanto expansão das liberdades e assim propõe uma distinção entre os meios e os fins do desenvolvimento. Afirma que estes meios e fins devem ser estudados e analisados minuciosamente para uma compreensão mais plena do processo de desenvolvimento. Para o autor, o desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhoria da vida e com a expansão das liberdades que as pessoas desfrutam. Expandir as liberdades que se tem razão para valorizar, não só torna a vida das pessoas mais rica e mais desimpedida, como permite que sejam seres sociais mais completos, ou seja, que interajam com o mundo em que vivem e influenciem esse mundo.

Com base na proposta apresentada por Sen (2010) as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. É preciso entender a relação empírica que vincula as diferentes liberdades. A eficácia da liberdade como instrumento reside no fato de que diferentes tipos de liberdades apresentam inter-relação entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir para promover liberdades de outros tipos.

Neste contexto, as liberdades políticas (sob a forma de livre expressão e eleições) contribuem para promover a segurança econômica. As oportunidades sociais (sob a forma de serviços de educação e de saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (sob a forma de oportunidade de participar no comércio e na produção) podem ajudar a gerar tanto riqueza pessoal como riqueza pública destinada para os serviços sociais. Portanto, liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras (SEN, 2010).

Na análise de Sen, o papel das liberdades dos indivíduos aparece fortemente fundamentado como a grande chave para uma sociedade alcançar o seu desenvolvimento pleno. Ou seja, o direito das pessoas em escolher o tipo de vida que desejam levar e a não privação das oportunidades que lhes aparecem pode ser considerado como a chave da análise seniana.

De acordo com Santos (2007), a expansão das liberdades é vista como principal fim e principal meio do desenvolvimento. A liberdade como fim corresponde ao seu papel constitutivo, enquanto a sua importância como meio equivale ao papel chamado de instrumental. O papel constitutivo está associado às liberdades substantivas, incluindo a capacidade de evitar a fome, a subnutrição, doenças que podem ser evitadas, morte prematura, bem como as liberdades associadas à educação, à participação política, à liberdade de expressão entre outras (SANTOS, 2007).

De acordo com Sen (2010) podem ser consideradas dois tipos de liberdades na análise do desenvolvimento: a liberdade individual e a liberdade substantiva. As liberdades substantivas devem ser consideradas importantes independente do interesse individual de fazê-

las ou não, mesmo que uma pessoa não tenha vontade de exercer sua liberdade de expressão, por exemplo, seria uma privação se ela não pudesse ter a escolha por manifestá-la ou não.

Por sua vez, Sen (2010), explica que existem duas razões distintas para a importância crucial da liberdade individual no conceito do desenvolvimento, relacionadas respectivamente a avaliação e eficácia. A primeira, na abordagem normativa usada na ideia de desenvolvimento como liberdade, as liberdades individuais substantivas são consideradas essenciais. O êxito de uma sociedade deve ser avaliado, nesta visão primordialmente segundo as liberdades substantivas que os membros dessa sociedade desfrutam. [...] Ter mais liberdade para fazer as coisas que são justamente valorizadas é (1) importante por si mesmo para a liberdade global da pessoa e (2) importante porque favorece a oportunidade de a pessoa ter resultados valiosos. Ambas as coisas são relevantes para a avaliação da liberdade dos membros da sociedade e, portanto, cruciais para a avaliação do desenvolvimento da mesma (SEN, 2010).

A segunda razão para considerar crucial a liberdade substantiva é que ela não é apenas a base da avaliação de sucesso e fracasso, mas também o determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social. Desta maneira para o autor, ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo. Essas seriam as questões centrais do processo de desenvolvimento (SEN, 2010).

Para Santos (2007) esse potencial das pessoas corresponde a condição de *agente*¹⁴ na sociedade. Esta atuação dos indivíduos é essencial no combate às diferentes formas de privação de liberdade. Desta maneira, está diretamente ligada às oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos, não dependendo exclusivamente da iniciativa individual para agir. Ainda segundo o autor, existe um expressivo encadeamento entre a condição de agente e as disposições econômicas, políticas e sociais vigentes: quanto mais inseridas as disposições institucionais, maior a chance de o indivíduo desempenhar sua condição de agente, e quanto maior o número de pessoas exercendo esta condição, melhores serão as disposições nas instituições na promoção do bem estar social.

Mostra-se pertinente também expor algumas formas de privação de liberdades, sobretudo frente ao sistema econômico vigente de aumentos sem precedentes da riqueza global. O mundo hoje presencia, a negação de liberdades elementares a um extraordinário contingente de pessoas, o que acirra ainda mais as desigualdades sociais (SANTOS, 2007).

¹⁴O *agente* é as vezes empregado na literatura tradicional na economia em referência a uma pessoa que está agindo em nome de outra. Entretanto nesta abordagem usa-se o termo *agente* não nesse sentido, mas em sua acepção mais antiga – e mais grandiosa – de alguém que age e ocasiona mudança na sociedade (SEN, 2010).

Neste sentido, tentando elucidar com mais clareza as principais formas de privação de liberdade, Sen (2010), identifica essencialmente, três fontes consideradas como sendo estas privações: i) pobreza econômica, ii) carência de serviços públicos e assistência social e iii) negação de liberdades políticas e civis. Segundo o autor, apesar de serem distintas, existe uma forte correlação entre estas formas de privação de liberdade. “A privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica” (SEN, 2010, p. 23).

A pobreza econômica, é com certeza a mais conhecida de todos, e se manifesta através da fome, da subnutrição, da incapacidade de tratar doenças, da impossibilidade de vestir-se de modo adequado ou de ter uma moradia digna, dentre outras formas de privação. A carência de serviços públicos e assistência social apresenta-se sob forma de acesso limitado ou inexistente a serviços de saúde, educação, saneamento básico, seguro desemprego e previdência, bem como a ausência de serviços para manter a ordem e a segurança no local onde reside. A negação de liberdades políticas e civis está associada às restrições de liberdades de participar da vida social, política e econômica na comunidade, impostas por regimes autoritários (SANTOS, 2007).

A identificação das diferentes formas de privação de liberdade permite diferenciar que a liberdade é limitada às vezes por processos inadequados, como a violação de direitos políticos e civis, e as vezes por oportunidades inadequadas, como um sistema de educação precário ou a fome involuntária (SANTOS, 2007).

Segundo a mesma autora, mencionando Sen (2000), os processos inadequados estão relacionados à privação de liberdades formais, aquelas determinadas por lei, enquanto oportunidades inadequadas associam-se à negação de liberdades substantivas. Tanto processos quanto oportunidades têm sua importância na abordagem da pobreza como insuficiência de capacitações.

De modo a explicitar as ideias mais gerais acima apresentadas, Sen desenvolve a abordagem das capacitações, explicando-a por meio de conceitos como intitamentos e funcionamentos, os quais levariam a capacidade para funcionar, o que é apresentado na sequência.

4.1.1 Abordagem das capacitações: intitamentos, funcionamentos e a capacidade para funcionar

A abordagem de Sen é composta por duas partes constituintes. A primeira formada pelos intitamentos e os funcionamentos e a segunda que remete às capacitações. Esta é rodeada por alguns fundamentos ético-filosóficos tais como a liberdade, as diferentes motivações humanas, a multidimensionalidade do bem-estar, a incompletude no ordenamento dos funcionamentos e a discussão pública e formação dos valores sociais (MARIN, 2005).

Para Sen, os intitamentos se referem ao que as pessoas têm ou possuem para viver. Os funcionamentos podem ser entendidos como as coisas que a pessoa tem razão de ser ou fazer, e as capacitações podem ser referidas ao conjunto desses funcionamentos, dentre os quais a pessoa pode escolher. Ou seja, seria como uma espécie de conjunto orçamentário na teoria do consumidor abordada pela microeconomia, mas que representa os diferentes tipos de vida que a pessoa pode levar (MARIN, 2005).

Em seu livro sobre o Desenvolvimento como liberdade, Sen (2010), enfatiza que a expansão da liberdade é vista como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. Para o autor, o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. Ou seja, na abordagem de Sen a liberdade seria o principal fato motivador para se alcançar o desenvolvimento. Portanto, o desenvolvimento requer que se removam essas privações de liberdade, que na sua visão seriam: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2010).

Em termos teóricos, a proposta de Sen baseia-se em um deslocamento de percepções acerca do desenvolvimento da sociedade, pois a centralidade da ação humana e da intervenção sobre a natureza deixa de ser baseada nos recursos (naturais, físicos ou criados pela ação humana) e nos atributos e passa a se fixar nas pessoas e nos meios que estas possuem. Segundo esta perspectiva, mais importante do que ter máquinas, equipamentos, acesso a tecnologias e dinheiro é a liberdade das pessoas poderem optar por fazer as coisas do modo que quiserem para alcançar os bens e recursos que desejam (SCHNEIDER, 2010b).

De acordo com Sen (2010), o enfoque nas liberdades humanas se contrapõe a visões mais restritas de desenvolvimento, como as que consideram desenvolvimento apenas a partir do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Esses elementos, na visão de Sen, podem ser muito

importantes como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Entretanto, as liberdades e/ou o desenvolvimento dependem também de outros fatores, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões na sociedade).

Ainda na perspectiva e no pensamento de que a liberdade de transações econômicas tende a ser o grande motor do crescimento econômico, é importante não só o valor aos mercados, mas também evidenciar o papel de outras liberdades econômicas, sociais e políticas que melhoram e enriquecem a vida que as pessoas levam (SEN, 2010).

Neste sentido, Sen (2010) coloca em plano secundário a importância de atributos como renda, capital e posse de recursos físicos e destaca o papel das capacidades e das habilidades que os indivíduos precisam ter para poder fazer escolhas e alcançar uma vida plena de bem-estar. Para o autor, uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e de outras variáveis relacionadas à renda.

Com relação a esta concepção, Sen elabora sua crítica sobre a abordagem utilitarista ou monetária e propõe a abordagem das capacitações. Esta, segundo o autor, está baseada na forma de vida que a pessoa leva, efetivamente (SEN, 2012). Isto implica em considerar aspectos como heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variações no clima social, diferenças de perspectivas relativas, ou seja, visões de mundo, dentre outras (MATTOS, 2006).

Costa et al., (2005) com base em Sen, sugere uma abordagem que analise as situações sociais de uma forma multidimensional, ou seja, para que possamos compreender algumas realidades sociais, é necessário focar a análise incorporando variáveis quantitativas e indo além delas. É importante analisar aquilo que as pessoas têm acesso, como bens e mercadorias, porém, é preciso perceber em que tipo de mercado e de que forma essas pessoas são expostas a essas oportunidades de aquisição. Isto significa dizer que as pessoas podem ter índices de consumo parecidos ou iguais em diversas regiões, entretanto, o modo de acesso a esses bens e serviços podem ser bem distintos (COSTA et al., 2005).

A abordagem das capacitações de Sen, pode ser entendida como uma teoria que se refere à consideração das oportunidades reais e da igualdade de participação das pessoas na escolha dos princípios de justiça voltados para a organização da sociedade. Esta abordagem tende a ser vista como uma ampla estrutura normativa que pode ser usada para a avaliação do bem-estar individual e das organizações sociais, para o desenho de políticas e para propostas sobre mudanças na sociedade (MARIN, 2005).

De acordo com esta perspectiva, o bem-estar poderia ser avaliado de acordo com as capacitações que as diferentes pessoas possuem de promover os vários funcionamentos que lhes tenham valor. Por exemplo, a diminuição da pobreza ou o desenvolvimento ocorreria quando as pessoas fossem capazes de expandir suas capacitações, não apenas seus funcionamentos efetivamente alcançados (MARIN, 2005).

Segundo Sen (2010), o bem-estar de uma pessoa pode ser entendido em termos de sua qualidade de vida, e o viver pode ser visto como um conjunto de funcionamentos inter-relacionados. A realização de uma pessoa, nesse sentido pode ser vista como o vetor de seus funcionamentos. Tal noção de funcionamento está relacionada com a capacidade para funcionar, ou seja, a liberdade da pessoa em levar o tipo de vida que ela deseja. Os conceitos acima apresentados remetem ao que o autor denomina de meios e fins do desenvolvimento.

Distinguindo meios e fins, Sen (2010) operacionaliza sua proposta com base nos conceitos de *entitlements* (intitamentos) e *functionings* (funcionamentos). Os intitamentos representam o conjunto de combinações de bens ou mercadorias que cada pessoa pode ou está apta a possuir. Os alimentos, por exemplo, seriam os mais básicos. Os intitamentos representam, portanto, os meios para atingir determinados fins, as condições para a realização de escolhas, sendo estabelecidos por ordenamentos legais, políticos e econômicos (KAGEYAMA, 2008; WAQUIL, et.al., 2007 apud SCHNEIDER et al., 2012).

Os funcionamentos por sua vez, como já mencionados sucintamente na seção anterior, remetem às realizações dos indivíduos, às reais oportunidades de escolha acerca de possíveis estilos de vida. Apesar de serem aspectos importantes da existência humana, a opulência e a utilidade não representam adequadamente o bem-estar e as condições de vida. Ou seja, o indivíduo necessita ter a capacidade de realizar um funcionamento (*capability to function*) e esta capacidade representa a combinação destes funcionamentos que os indivíduos podem realizar, refletindo a liberdade da pessoa para levar determinado tipo de vida ou outro (SEN, 2001; KAGEYAMA, 2008 apud SCHNEIDER et al., 2012).

Desta forma, segundo Rambo et.al., (2013), entender o desenvolvimento requer mais que uma análise das condições de renda dos indivíduos. Requer uma abordagem integral, que observe os funcionamentos e as capacitações das pessoas e como estas conseguem melhorar suas condições de vida.

Partindo da distinção entre intitamentos e funcionamentos, temos agora um novo elemento para melhor compreendermos a abordagem Seniana sobre desenvolvimento como liberdade. Este remete à ideia de capacidades (*capability*). Para Sen (2010, p. 105) “a capacidade de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja

realização é factível para ela”. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade, chamada pelo autor de substantiva, de realizar combinações alternativas de funcionamentos, isto é, a liberdade para ter estilos de vida diversos (SEN, 2010).

A capacidade na teoria seniana envolve, segundo Costa (2005) as condições externas para a realização dos funcionamentos. “O conjunto de capacidades representa a liberdade pessoal de realizar várias combinações para a escolha [...] a capacidade está associada às possibilidades de escolha e à liberdade do agente social” (COSTA, 2005. p. 6).

De acordo com Costa (2005), a análise e a noção dos intitulamentos torna o pesquisador social capaz se estabelecer relações entre situações estruturais que podem incentivar a expansão das capacitações ou, a partir da falta de determinados acessos a bens e serviços, reter capacitações, ocasionando um impedimento das pessoas a determinadas oportunidades.

4.1.2 Argumentos e contra-argumentos às críticas feitas à abordagem de Amartya Sen

Até agora foram apresentadas as ideias e as críticas de Sen em relação à estreita economia do bem-estar tradicional no que tange a perspectiva de desenvolvimento nas sociedades. Como apresentado, as partes constituintes da perspectiva Seniana são os intitulamentos, os funcionamentos e as capacitações, bem como o papel da liberdade individual na promoção do desenvolvimento.

Entretanto, algumas críticas são estabelecidas à abordagem de Sen. De acordo com Marin (2005), as principais críticas referem-se: (a) à ênfase exagerada na liberdade como se fosse o único valor moral a ser considerado nos julgamentos morais e de valor na Economia, (b) à defesa do individualismo, (c) à não definição de uma lista de funcionamentos e (d) como selecionar os funcionamentos na prática.

Com relação à ênfase exagerada de Sen na liberdade como uma das únicas formas de explicar o desenvolvimento, Van Staveren (2001) mencionado por Marin (2005), argumenta que ser racional em economia envolve um balanço de três domínios de valores –liberdade, justiça e ter cuidado com os outros- e que isso produziria eficiência. A autora acredita que a abordagem de Sen não está suficientemente preparada para essa tarefa, uma vez ela está baseada no que pode ser chamado de uma perspectiva de denominador comum para a ética, ou seja, apenas os valores da liberdade estariam sendo utilizados na definição de capacidade de Sen, em termos das escolhas livres das pessoas para viver as vidas que elas desejam.

A essa crítica de Van Staveren, Marin (2005) contra argumenta dizendo que a perspectiva de Sen não é estreita no sentido de considerar a liberdade como sendo apenas as

escolhas das pessoas para viver a vida que elas desejam. O autor reforça que a liberdade tem uma relação mais ampla na medida em que está ligada com a racionalidade no sentido de capacidade de deliberação. Na interpretação do autor, se a construção analítica de Sen for interpretada como operando apenas um espaço avaliativo, como Van Staveren sugere, ela não poderia servir como um guia adequado para as propostas de políticas ou ações de desenvolvimento (MARIN, 2005). A preocupação de Sen e como defende Marin em seu trabalho, está em ver como seria possível remediar problemas das diferentes pessoas na sociedade – fome, miséria e injustiça econômica e social – levantando a necessidade de ampliar a racionalidade técnica estreita na economia. Isto implica que a racionalidade na economia deve abranger assuntos tais como fins, reflexão e discussão democrática, o que é algo independente do fato de o bem-estar ser ou não avaliado no espaço das capacitações ou liberdades (MARIN, 2005).

A respeito da segunda crítica a abordagem normativa de Sen, de que a mesma sai em defesa do individualismo, Severine Deneulin e Frances Stewart (2002) apontados por Marin (2005), enfatizam que a abordagem da capacitação é individualista porque apenas as liberdades individuais importam para avaliar o desenvolvimento, enquanto que as instituições são consideradas como instrumentos para as liberdades das pessoas. Marin ainda aponta a crítica de Benicourt (2002, 2004), que enfatiza que a abordagem de Sen, mesmo levantando um grande número de questões filosóficas, permanece no sistema teórico neoclássico, ou seja, ao invés de pensar em termos de um espaço de n dimensões composto de *commodities*, propõe um espaço de funcionamentos.

Na interpretação de Marin (2005), existem diferentes tipos de individualismo, e a perspectiva de Sen não pode ser considerada individualista exacerbada quanto a da economia tradicional. Sen apresenta uma pintura mais rica da pessoa do que aquela encontrada nas características do ser econômico racional.

Com relação à crítica da não definição de uma lista de funcionamentos na abordagem de Sen, Nussbaum (2003) citado por Marin (2005), critica Sen por ele não detalhar uma lista de funcionamentos que pudesse ser usada para avaliar o bem-estar das pessoas. Para o autor Sen assume coisas importantes, tais como saúde, educação, liberdades políticas e civis, mas não deixa claro como ele estaria preparado para recomendar essas coisas como objetivos importantes para todas as pessoas do mundo. Contra argumentando Nussbaum, Marin (2005), explica que as ideias de Sen são guiadas mais pela racionalidade ética do que pelo caráter multidimensional de uma abordagem para o bem-estar e o desenvolvimento, não se preocupando em fazer uma lista de funcionamentos e capacitações humanas básicas universais.

Quanto à última crítica à abordagem Seniana apontada por Marin (2005), a respeito de como selecionar os funcionamentos na prática, o próprio Sen defende-se ao argumentar que a pluralidade de funcionamentos presentes no estudo do bem-estar da pessoas, remete, na verdade ao fato de que elas devem selecionar aqueles funcionamentos valiosos ou que fazem uma diferença importante para suas vidas. E ainda que esse problema de seleção não é resolvido simplesmente pelo detalhamento de uma lista particular de funcionamentos (SEN, 2010).

Portanto a abordagem das capacitações não descreve uma lista pré-determinada pois cada situação avaliativa requer alguma seleção ou um ato do raciocínio próprio. Como descreve Marin (2005), Sen, não lista quais funcionamentos devem ser adotados, porque para ele as pessoas serem capazes de escolher o que é mais adequado para as próprias vidas de acordo com cada situação.

Reconhecendo as inovações e a importância da abordagem de Sen, tal como reforçado acima em Marin (2005) e inclusive as críticas apresentadas, propõe-se relacionar está à abordagem dos meios de vida de Frank Ellis (2000) de modo a operacionalizar as ideias apontadas por Sen. Considera-se que parte das críticas acima expostas podem ter seus limitantes minimizados ao se trabalhar conjuntamente com estas abordagens.

4.2 ABORDAGEM DA DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA DE FRANK ELLIS

A abordagem dos meios de vida (*livelihoods*) é uma ferramenta analítica que vem sendo utilizada com maior ênfase nos estudos sobre a pobreza rural no mundo, porque apresenta uma grande efetividade em explicar como as pessoas fazem para sobreviver em situações de riscos e/ou crises ambientais, sociais ou econômicas (PERONDI, 2007). Neste estudo, a situação de risco remete, entre outros, ao cenário que pode decorrer da implementação da Convenção Quadro para com os agricultores familiares produtores de tabaco.

Também vale a pena mencionar que o município de Laranjeiras do Sul, foco deste estudo, está situado em um território da Cidadania – o Território Cantuquiriguaçu – o que já indica uma situação de vulnerabilidade social e econômica¹⁵. Este território é considerado uma região pouco desenvolvida, como demonstra o Índice de Desenvolvimento Humano¹⁶(IDH-M),

¹⁵ O Programa Territórios da Cidadania (PTC) é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às *regiões do país que mais precisam*, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Dentre os territórios rurais, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) o primeiro critério a definir o território como participante do PTC foi o IDH (LEITE, WESZ JUNIOR, 2012).

¹⁶ O IDHM brasileiro inclui três componentes em seu cálculo: IDHM Longevidade, IDHM Educação e o IDHM Renda. O IDHM é um número que varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município (PNUD, 2013b).

que, em 2010, estava situado em 0,659. Sendo que o IDH-M do estado do Paraná e do Brasil no mesmo período era de 0,749 e 0,727 respectivamente (PNUD, 2013a). O número de pessoas em extrema pobreza, segundo o Sistema de Informações Territoriais (SIT) é de aproximadamente 26.887 pessoas, o que corresponde a 11,5% da população do território Cantuquiriguaçu. Deste total de pessoas pobres, 19.217 ou 71,4% residem no campo (SIT, 2013), o que demonstra o baixo nível de desenvolvimento rural da região.

A abordagem dos meios de vida surgiu a partir de uma publicação do IDS (*Institute of Development Studies*), em 1992, de Gordon Conway e Robert Chambers, sendo ainda considerada como uma das melhores abordagens explicativas das estratégias de sobrevivência das pessoas pobres, e um excelente foco de direção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2010b).

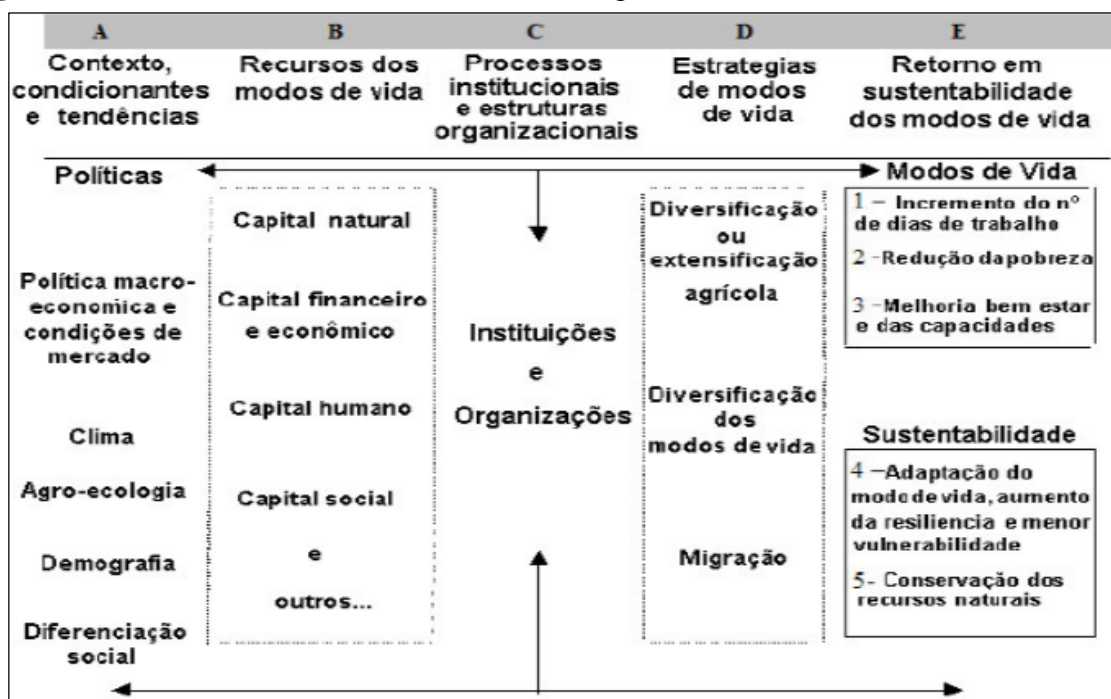
O trabalho de Gordon Conway e Robert Chambers intitulado como “*Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21 century*” abriu a discussão propondo que o tema “meios de vida” fosse tratado de forma conjunta com o de sustentabilidade. Inclusive foi sugerido que o termo fosse chamado de meios de vida sustentáveis, já que o ano de sua publicação era 1992, ano da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro (PERONDI, 2007).

Conway e Chambers (1992), explicam os meios de vida, como capacidades, ativos (estoques, recursos, direitos e acessos) e atividades requeridas para se obter um meio de vida. Os autores ainda propuseram que para um meio de vida ser sustentável deveria ser capaz de: a) suportar as crises mantendo elevadas as suas capacidades e ativos; b) prover um meio de vida sustentável para a próxima geração e c) contribuir em rede com benefícios para outros meios de vida em nível global, tanto no curto quanto no longo prazo (PERONDI, 2007).

Como ressalta Perondi (2007), para os mesmos autores, a sustentabilidade dos meios de vida poderia ser tanto numa perspectiva ambiental como social. Na perspectiva ambiental avaliando os impactos externos de um meio de vida sobre os outros meios de vida e na perspectiva social avaliando a capacidade interna de um meio de vida resistir à pressão externa como em uma crise, por exemplo.

Para o debate sobre os meios de vida sustentáveis, existem duas publicações que fundamentam tal discussão. Primeiramente o artigo escrito por Conway e Chambers (1992) que serviu para conceituar os meios de vida e estabelecer os vínculos com a sustentabilidade. E, por conseguinte, o trabalho de Scoones (1998) que formulou um diagrama de análise dos meios de vida sustentáveis (PERONDI, 2007) apresentados na figura 7, a seguir.

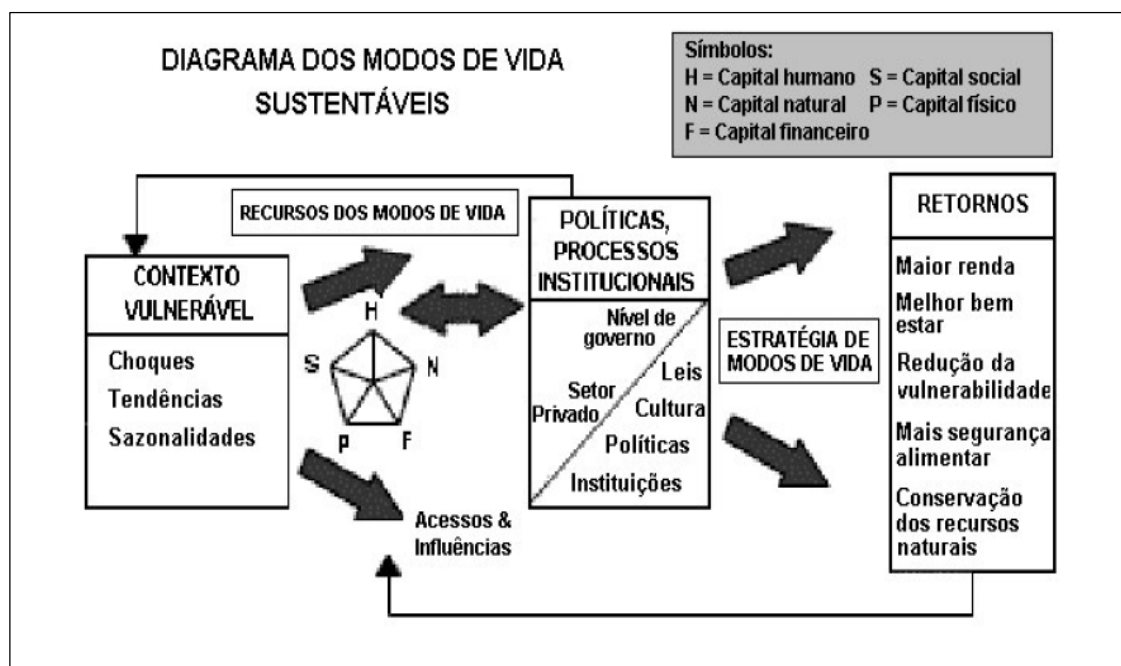
Figura 7 - Meios de vida rural sustentável: um diagrama de análise



Fonte: Scoones (1998) apud Perondi (2007, p.58).

O diagrama da figura 7, segundo Perondi (2007), é um esquema interpretativo dos meios de vida das pessoas pobres que demonstra as interações que ocorrem entre os diferentes elementos do sistema. Na coluna A, verifica-se o contexto de vulnerabilidade em que as pessoas estão imersas. Na coluna B, estão os recursos dos meios de vida que as pessoas podem acessar. Na coluna C, estão as instituições e organizações que regulam o acesso aos recursos dos meios de vida, formando possíveis conjuntos de acesso. Na coluna D, estão o cruzamento do contexto, dos diferentes recursos e das possibilidades de acesso que geram as estratégias de meios de vida das pessoas. Pode-se observar que no diagrama, as estratégias são agrupadas em três tipos alternativos e/ou concomitantes: intensificação/extensificação agrícola, diversificação e migração. E por último a coluna E, possibilita a observação dos resultados alcançados pelos meios de vida num retorno social: 1) maior empregabilidade, 2) redução da pobreza, 3) melhor bem-estar e retorno ambiental, 4) resiliência e 5) segurança dos recursos naturais (PERONDI, 2007).

Conforme Perondi (2007), esse diagrama passa a nortear toda a análise do programa de meios de vida sustentáveis do IDS, sendo citado e analisado por vários autores e adotado pelo próprio *British Department For International Development* (DFID), - órgão do governo britânico responsável pela promoção do desenvolvimento internacional - como o diagrama de orientação das suas políticas de anti-pobreza, como pode ser observado na figura 8:

Figura 8 - Diagrama dos meios de vida sustentáveis do DFID

Fonte: Carney (1998) apud Perondi (2007, p.60).

Perondi (2007), destaca que os resultados do diagrama da figura 8, expressam os objetivos das políticas de melhoria dos meios de vida sustentáveis: a) maior renda, b) aumento do bem-estar, c) menor vulnerabilidade, d) maior segurança alimentar e e) uso mais sustentável dos recursos naturais.

Outra síntese apresentada por Perondi (2007) com base no DFID é que neste novo diagrama é consolidada a definição de que os recursos dos meios de vida são compostos por cinco capitais (natural, físico, humano, financeiro e social) simbolizados na forma de um pentágono que mais tarde Frank Ellis (2000) passa a adotar como o conjunto central e que define os meios de vida.

Os cinco capitais abordados por Ellis (2000) referem-se ao capital natural que compreende a terra, a água e os recursos biológicos que são utilizados pelas pessoas para gerar seus meios de sobrevivência. O capital físico é aquilo que foi criado pelo processo econômico de produção, como benfeitorias e máquinas, sujeitas ao desgaste pelo seu uso. O capital humano é o trabalho doméstico disponível, influenciado pelas variáveis: educação, habilidades e saúde. O capital financeiro compreende a liquidez que a família tem disponível para realizar suas estratégias. E por último o capital social que captura os vínculos do indivíduo e da família com a comunidade, em seu sentido social mais amplo (PERONDI, 2007).

Os vértices que compõe a figura geométrica do pentágono podem ser utilizados para demonstrar graficamente a variação do acesso de determinados grupos ou pessoas aos recursos

dos capitais. O centro do pentágono, onde as linhas se encontram, representa acesso zero aos recursos, enquanto a parte externa representa o acesso máximo aos recursos. A partir desta análise, podem ser desenhadas formas diferentes de pentágonos para representar os meios de vida de diferentes comunidades ou grupos de indivíduos dentro de uma comunidade (PERONDI, 2007).

Apesar de diversos autores terem trabalhado com o conceito de meios de vida, foi Frank Ellis quem incorporou e enfatizou o tema da “capacidade de diversificação” no referido tema. Tal autor, define a capacidade de diversificação dos meios de vida como a “capacidade de criar a diversidade em processos sociais e econômicos, como também, o de pressionar e oportunizar às famílias para que diversifiquem o seu meio de vida, e seu entorno” (ELLIS, 2000 apud SCHNEIDER, 2010b).

Zotti (2010) aponta que Ellis (2000) enfatiza as chamadas estratégias de sobrevivência familiares e a diversificação dos modos de vida rurais, demonstrando que as iniciativas e ações que geram impactos significativos na melhoria das condições de vida das pessoas e que ampliam seus anseios de garantir a reprodução social e econômica estão, na maioria das vezes, nas próprias localidades e territórios onde vivem. Com base nesses argumentos, para Zotti (2010), uma real possibilidade de fomentar o desenvolvimento rural de um país, respeitando a diversidade e heterogeneidade existente nele é a estratégia do desenvolvimento local.

Dessa forma, a diversificação não implica apenas na ampliação das possibilidades de obtenção de ingressos, especialmente rendas (agrícolas, não-agrícolas e outras), mas representa, sobretudo, uma situação em que a reprodução social, econômica e cultural é garantida por meio de uma combinação ou de um repertório variado de ações, iniciativas, escolhas, enfim, estratégias (SCHNEIDER, 2004).

De forma geral o enfoque dessa teoria volta-se ao modo como os pobres rurais podem construir estratégias que lhes permitam enfrentar contextos de vulnerabilidade, entendidos como ambientes de sujeição à situação de risco e instabilidade social, econômica e ambiental (NIEDERLE; GRISA, 2008).

De acordo com Schneider (2010b), a abordagem dos meios de vida parte do pressuposto de que a diversificação dos recursos (ativos) disponíveis em uma propriedade rural resulta de um conjunto diversificado de atividades, que são tanto relacionados à agricultura como às atividades não agrícolas. O resultado deste processo gera igualmente uma diversidade de fontes de rendimentos, que podem vir tanto de atividades produtivas como resultar da venda da força de trabalho dos agricultores, podendo ainda ser combinadas com o acesso a recursos financeiros externos através de órgãos governamentais, como transferências sociais e/ou políticas públicas.

Nestes termos, a diversificação é um processo social e econômico, que implica em transformações de ordens e intensidades variadas, afetando diferentes dimensões e esferas.

Para Ploeg (2008) a análise da diversificação dos meios de vida implica na busca de fortalecimento da base de recursos disponíveis aos agricultores e da capacidade de luta constante por autonomia e liberdade frente a um contexto de hostilidade, privação e adversidade, consequência da modernização da agricultura.

Com relação à diversificação dos meios de vida Frank Ellis assim a define: é o processo pelo qual as famílias rurais constroem um diversificado portfólio de atividades e de capacidades de apoio social para sobreviverem e melhorarem o seu padrão de vida (ELLIS, 1998). A contribuição de Ellis é importante, pois vislumbra na capacidade das pessoas diversificarem os seus meios de vida, uma capacidade que cria a diversidade em processos sociais e econômicos e gera oportunidades às famílias para que diversifiquem suas rendas e a economia local (PERONDI; SCHNEIDER, 2012).

No que tange a diversificação produtiva, pode-se recorrer aos argumentos de Ellis (2000), apontados por Niederle e Grisa (2008), de que a mesma, para agricultura familiar, torna-se uma alternativa consistente por garantir maior estabilidade e autonomia econômica frente a contextos de crescentes incertezas do mundo globalizado. Desta forma, diversificar permite aos agricultores reduzir a instabilidade do processo de reprodução ocasionada por possíveis falhas em uma das rendas, (como perda de colheitas devido a fatores climáticos, por exemplo), ou pela variabilidade e sazonalidade das rendas durante o ano.

Para Ellis (2000) como aponta Rambo et al., (2013), a criação de mecanismos e/ou estratégias de diversificação pode contribuir de forma decisiva na operacionalização de ações para o desenvolvimento rural, com o objetivo de fortalecer os meios de vida dos indivíduos. Estas ações podem ser caracterizadas, por exemplo, pela melhor distribuição de renda (tanto entre as famílias, como entre os membros de cada família – homens e mulheres), pela diversificação das fontes de rendimentos, pelo aumento da produtividade com uso de rendas não agrícolas, pela conservação do meio ambiente frente à necessidade da não super exploração do solo e por maior segurança em relação aos efeitos das oscilações dos mercados.

Por sua vez, tal como ressalta Schneider (2004), Ellis é cuidadoso e resistente quanto à atribuição de um sentido teórico à noção de desenvolvimento rural, preferindo defini-lo como um conjunto de ações e práticas que visam reduzir a pobreza em áreas rurais, visando estimular um processo de participação que apodera os habitantes rurais, tornando-os capazes de definir e controlar suas prioridades para a mudança. É neste ponto que a abordagem de Ellis, agora, pode ser complementada pela de Amartya Sen.

4.3 A RELAÇÃO ENTRE A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E A ABORDAGEM DOS MEIOS DE VIDA

A correlação da diversificação dos meios de vida com a abordagem de Amartya Sen segundo Schneider (2010b), está em afirmar que a ampliação das capacitações pode ocorrer por meio da diversificação. Ou seja, a interface está na ideia de que a ampliação das capacitações, no caso analisado por esta pesquisa, das famílias rurais produtoras de tabaco, pode ser realizada pela diversificação das formas de organização econômica e produtiva, social e ambiental. Portanto, pode-se dizer que quanto mais diversificada for a unidade produtiva, maiores serão as possibilidades de escolha e mais amplas as estratégias que poderão ser estabelecidas para o combate da vulnerabilidade.

Sendo assim, torna-se importante fortalecer os meios que as famílias dispõem para lidar com as adversidades que se apresentam no espaço em que vivem. De acordo com Ellis (2000) fortalecer os meios de vida (*livelihoods*) permite criar mecanismos para diversificar as opções e estratégias de trabalho, renda, produção com o objetivo de amenizar ou diminuir a vulnerabilidade das famílias em relação às crises, choques, e instabilidades do mercado (SCHNEIDER, et al., 2012).

Com relação às famílias produtoras de tabaco e a ligação com a teoria de Sen da liberdade de escolha das pessoas em levar a vida que desejam, Rambo et al., (2013) exemplifica que, os meios e as capacidades de que dispõem estes produtores acabam compelindo-os e pressionando-os a se manterem fortemente dependentes e subordinados à cadeia produtiva de tabaco. Portanto, para este tipo de agricultores, o processo de diversificação da produção implica na construção de um portfólio que permita exercer o direito de escolha/opção. Estas escolhas/opções podem variar e implicar em um gradiente, variando entre aqueles que optam por permanecer dependentes e especializados na produção de tabaco, aqueles que apenas reduzem a produção sem abandonar o cultivo do tabaco e, por fim, aqueles que decidem deixar a produção e se dedicar a outros cultivos.

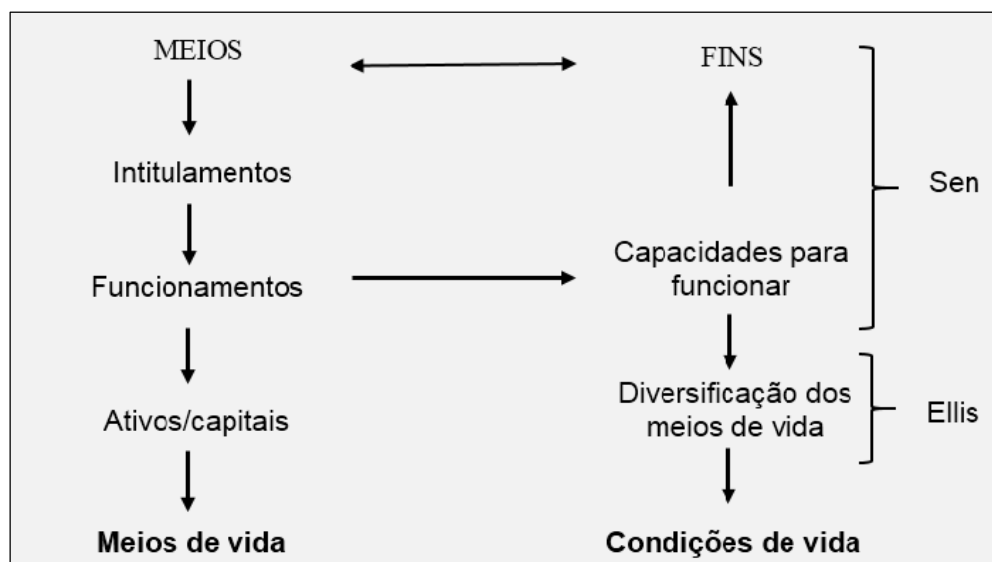
Frank Ellis ainda enfatiza sua preocupação em preservar e potencializar a capacidade de diversificação das pessoas ou de uma família rural, uma característica que proporciona a liberdade de escolher diferentes alternativas de renda num conjunto de possibilidades (PERONDI, SCHNEIDER, 2012).

Desta forma, Ellis aproxima-se das discussões de Sen (2010), quando este sustenta que o desenvolvimento humano só é alcançado em plenitude na medida em que as famílias passam a ter a liberdade de escolher: Posto isso, pode-se dizer que só há desenvolvimento quando os

benefícios do crescimento econômico conseguem ampliar as capacidades humanas – o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida (SCHNEIDER et al., 2012).

A seguir, apresenta-se a figura 9 que objetiva demonstrar esquematicamente a relação entre a abordagem das capacitações de Sen e a de diversificação dos meios de vida de Ellis.

Figura 9 - Relação entre a abordagem de Sen e Ellis



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na primeira coluna da figura 9 temos, os intitulentos (SEN, 2012) que correspondem aos ativos ou capitais (*assets*) de ELLIS, (2000). Estes intitulentos ou ativos caracterizariam os meios de vida junto aos funcionamentos, que dizem respeito ao conjunto de ativos, atividades, formas de acesso e uso que determinam o modo de viver de um indivíduo ou família (ELLIS, 2000). Os meios de vida serão apreendidos por um primeiro instrumento de pesquisa, o questionário que dará origem ao Índice de Meios de Vida (IMV). Na segunda coluna evidenciam-se as capacitações (SEN, 2012) que correspondem aos efeitos (ELLIS, 2000) ou às condições de vida. Relacionando intitulentos, funcionamentos e as capacitações será possível reconhecer quais meios de vida (instrumento 1) levam a quais condições de vida, as quais serão captadas pelo instrumento 2, que dará origem ao Índice de Condições de Vida (ICV).

Enquanto o segundo instrumento (ICV) é pautado na percepção das famílias sobre suas condições de vida, o primeiro instrumento busca levantar os ativos que as famílias dispõem e como os relacionam com estes recursos (SCHNEIDER, 2012, et al.).

Por sua vez, como menciona Schneider et al., (2012), com base em Sen (1999, 2001), considera-se importante relacionar o que as famílias possuem com a percepção das mesmas

acerca destes ativos. Portanto, o padrão, a qualidade ou as condições de vida não são medidas pela posse de um conjunto de bens, nem pela qualidade a eles inerente, mas sim pelas capacidades das famílias em utilizar tais bens para obter satisfação ou felicidade. Com base nisso, se por um lado não é suficiente apenas conhecer os bens ou ativos que as famílias possuem, por outro, também não é suficiente apenas conhecer as percepções destas famílias sobre suas condições de vida.

Enfim, esses são os elementos teóricos que balizam e caracterizam a problematização dos meios e das condições de vida dos agricultores familiares produtores de tabaco de Laranjeiras do Sul/PR.

Por meio desses, pretende-se verificar em que medida a produção de tabaco, contribui para ampliar o capital financeiro, e sobretudo, se permite que as famílias tenham uma melhoria na qualidade de vida. Ou seja, analisar se as famílias produtoras de tabaco têm a liberdade de escolher que tipo de vida desejam levar.

5 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Quanto aos procedimentos metodológicos esta pesquisa é considerada de natureza qualitativa, apesar de valer-se de métodos quantitativos. Baseou-se em estudos bibliográficos e documentais, bem como aplicação de dois instrumentos de coleta de dados a quarenta famílias produtoras de tabaco do município de Laranjeiras do Sul/PR. Para os estudos bibliográficos foram utilizados os referenciais teóricos sobre a abordagem das capacitações de Amartya Sen e sobre a abordagem de diversificação dos meios de vida de Frank Ellis. Quanto aos procedimentos de coleta de dados, foram aplicados dois instrumentos (questionários) às famílias: um questionário acerca dos meios de vida (apêndice A), que buscou levantar os capitais e outro questionário acerca das condições de vida (apêndice B), levantando os efeitos destes capitais sobre as condições de vida das famílias, pautados na percepção dos entrevistados. Ambos foram do tipo fechado e de múltipla escolha. Apresentaram as possibilidades de respostas estruturadas em escalas de avaliação, (escala *lickert*) que variavam de valores baixos a valores altos, acerca dos capitais e dos seus efeitos.

Os instrumentos deram origem a índices gerais – dos meios de vida (IMV) e das condições de vida (ICV) – e a índices por capital e por efeito. Os capitais e efeitos foram analisados pelas seguintes dimensões: natural, humano, social, financeiro e físico. Os índices variavam, de 0 (zero) a 1(um) sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor o índice.

Quadro 2 - Capitais, Efeitos e seus Componentes

Capitais/efeitos	Componentes
Natural	Água, solos, preservação da flora
Humano	Educação, saúde e nutrição
Social	Relações entre indivíduos, com a comunidade e atividades culturais
Financeiro	Receitas e atividades produtivas
Físico	Moradia e infraestrutura

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Ellis (2000).

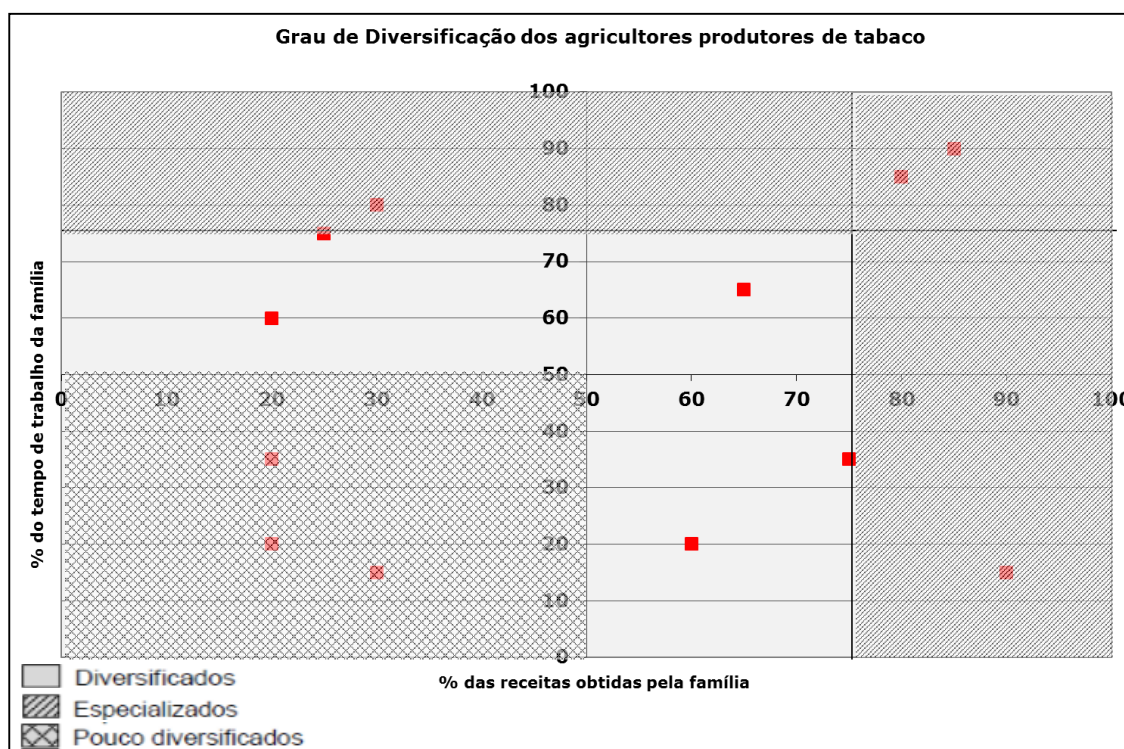
Vale ressaltar que para cada pergunta do instrumento 1 havia um pergunta correspondente no instrumento 2. O IMV resultou da média simples de seus capitais e o ICV é resultado da média simples dos efeitos. Ambos, capitais e efeitos, tiveram o mesmo peso na composição da média geral de seus índices. O índice correspondente a cada capital ou efeito também é resultado da média simples das respostas obtidas, tendo todas as perguntas o mesmo peso.

Ainda quanto ao processo de coleta de dados, um terceiro instrumento de pesquisa (apêndice C) foi utilizado, um roteiro com questões abertas relacionadas ao tema proposto, com

o objetivo de captar anseios e opiniões dos entrevistados, os quais não seriam possíveis captar apenas com o questionário composto por questões fechadas.

A compilação dos dados foi realizada a partir do software Excel, no qual foram digitadas as respostas dos questionários que deram origem a gráficos de radar, os chamados biogramas (SEPÚLVEDA, 2005). Para estabelecer a relação entre meios e condições de vida, foi definida uma tipologia acerca do grau de diversificação dos meios de vida. Para tal, foi considerado o montante que o tabaco representa nas receitas da família e o tempo de trabalho dispensado pela família na produção do tabaco, tal como consta a figura 10. Foram consideradas todas as receitas da família: agrícolas e não agrícolas, dentro e fora do estabelecimento. A partir destas duas variáveis os agricultores que produzem tabaco foram classificados em três categorias que variavam das famílias diversificadas (até 50% da receita e até 50% do tempo de trabalho dedicado ao tabaco) às especializadas (mais de 75% da receita ou do tempo de trabalho voltado ao tabaco), passando pelas pouco diversificadas (demais casos que não se enquadram nos anteriores).

Figura 10 - Grau de diversificação ou especialização das famílias produtoras de tabaco



Fonte: Schneider et al., (2012, p.18).

A partir desta tipologia foi possível observar as condições de vida das famílias diversificadas, pouco diversificadas e especializadas no município de Laranjeiras do Sul.

6 OS MEIOS E AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES PRODUTORES DE TABACO DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL/PR

Nesta seção serão abordados resultados da pesquisa no município de Laranjeiras do Sul/PR. Para isto, a seção está estruturada em três partes: a primeira aborda uma caracterização socioeconômica do município, a segunda apresenta os resultados do Índice dos Meios de Vida (IMV) e do Índice de Condições de Vida (ICV) e a terceira traz uma descrição e uma análise dos meios e condições de vida a partir de depoimentos das famílias entrevistadas, as quais expressam suas opiniões e seus anseios com relação ao tabaco.

6.1 O MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL E A PRODUÇÃO DE TABACO

O município de Laranjeiras do Sul situa-se no centro-sul paranaense, conforme figura abaixo. O município possui uma área territorial de aproximadamente 671,93 km², com uma população estimada em aproximadamente 30.777 habitantes no ano de 2010. Destes, 25.031 pessoas vivem na área urbana e 5.746, ou seja 18,66% vivem na área rural. A população Economicamente Ativa (PEA) do município em 2010 situava-se em 68,8% ou 21.175 pessoas (PNUD, 2013b).

Figura 11 - Localização do município de Laranjeiras do Sul no estado do Paraná



Fonte: IBGE (2014).

Quanto aos indicadores socioeconômicos de Laranjeiras do Sul temos o IDH-M do ano de 2010, situado em 0,706, abaixo do IDH do estado do Paraná e do Brasil no mesmo período. Estes eram de 0,749 e 0,727 respectivamente. Quanto ao Índice de Gini ¹⁷, o mesmo situava-se em 0,69 no ano de 1991, passando para 0,54 em 2010 (PNUD, 2013b). Com isso observa-se uma diminuição da desigualdade no município.

A renda per capita também vem aumentando nas últimas décadas passando de R\$ 447,07 em 1991 para R\$ 659,33 em 2010. Quanto a renda per capita, a taxa anual de crescimento foi 47,48% e a extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) diminuiu consideravelmente no período, passando de 24,29% em 1991 para 4,60% em 2010 (PNUD, 2013b).

Estes dados demonstram que Laranjeiras do Sul apresentou avanços quantitativos no que se refere à renda per capita e a diminuição da pobreza. A evolução da renda per capita e a diminuição da população em extrema pobreza variaram positivamente no período, possibilitando, inicialmente, melhorias nas condições de vida da população. Quanto ao índice de Gini que mede o grau de concentração de renda entre a população, Laranjeiras do Sul encontra-se em um situação não muito favorável (mesmo este índice tendo diminuído de 1991 para 2010). O mesmo ainda situa-se em um valor intermediário de 0,54 que significa dizer que existe uma considerável concentração de renda entre sua população.

Vale ressaltar que mesmo com a melhora dos indicadores socioeconômicos, o município compõe um Território da Cidadania, o que significa dizer que ainda encontra-se em uma situação de vulnerabilidade socioeconômica frente a outras regiões. Estes territórios resultam de uma política pública do Governo Federal, que pretende o desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltados às regiões do país mais vulneráveis. Tem como objetivos gerar desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania.

Com relação à população, ao realizar uma comparação dos dados de censo de 2000 com os de 2010, observa-se que Laranjeiras do Sul teve um aumento de sua população em 2,52% no período. Outro dado interessante é o fato da população rural ter diminuindo e a população urbana ter aumentado no mesmo período. O contingente de pessoas que viviam no campo

¹⁷ É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar (PNUD, 2013b).

passou de 6.463 em 2000 para 5.744 em 2010, o que demonstra um esvaziamento de 12,5% no espaço rural do município. Já a população urbana cresceu 6,2% no mesmo período (CONDETEC, 2011). Esse esvaziamento da agricultura no município pode ser analisado como um fenômeno que demanda por parte do poder público, políticas e/ou programas de desenvolvimento rural para incentivar as pessoas a continuarem no espaço rural e evitar dessa forma um enfraquecimento das atividades rurais no município.

Quanto aos estabelecimentos agropecuários, o município de Laranjeiras do Sul contava, em 2010, com um total de 1.641 estabelecimentos distribuídos em uma área total de 56.885 hectares. Desse total de estabelecimentos 1.226 são de caráter familiar e apenas 415 de caráter não familiar. Esses dados demonstram a importância que a agricultura familiar desempenha em Laranjeiras do Sul. O município conta ainda com três assentamentos de reforma agrária abrangendo uma área total de 2.267,44 hectares, no qual residem 115 famílias assentadas (CONDETEC, 2011).

A economia de Laranjeiras do Sul é baseada principalmente no setor de serviços, que apresenta, em 2011, um valor adicionado bruto a preços correntes de 218.188 mil reais. Em seguida, aparece a indústria, com um valor adicionado bruto de 48.760 mil reais e a agropecuária, com um valor adicionado bruto de 42.098 mil reais. O município apresentava em 2011 um PIB a preços correntes de 333.575 mil reais (IBGE, 2013b).

Com relação à agropecuária, destacam-se no município a produção de grãos, principalmente soja e milho, e outros cultivos e sistemas de criação como a produção de leite e o cultivo do tabaco que também se mostram representativos.

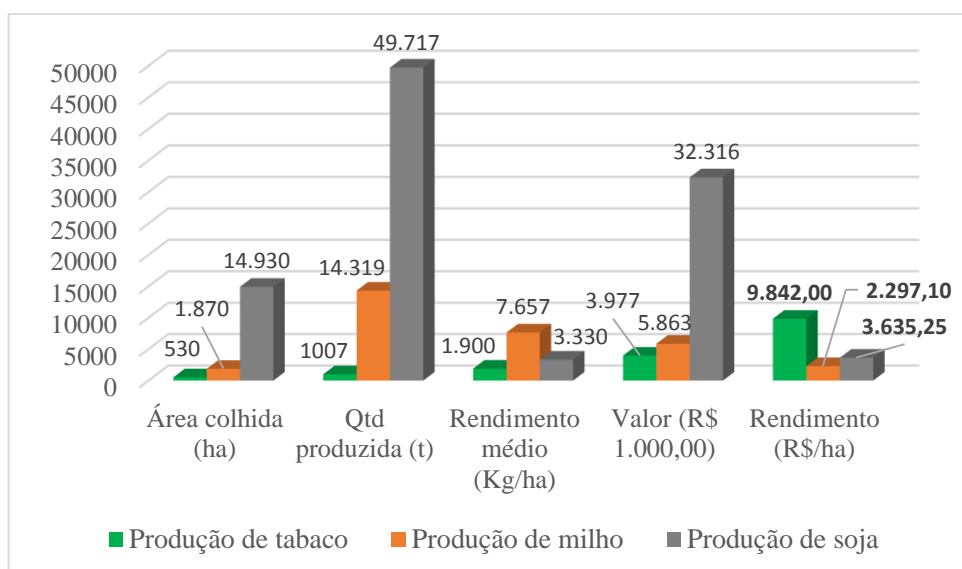
Quanto ao cultivo de tabaco, foco deste estudo, o mesmo se mostra representativo em relação à produção do território Cantuquiriguaçu. O município de Laranjeiras do Sul é o terceiro maior produtor no que se refere ao número de estabelecimento (229), ficando atrás apenas de Três Barras do Paraná (423) e Rio Bonito do Iguaçu (281). Já no que se refere à área de produção, está na segunda posição, com 530 hectares, atrás apenas de Três Barras do Paraná que possui 1.351 hectares. Foram produzidas no município 1.007 toneladas de tabaco na safra 2011, com rendimento médio de 1.900 kg/ha e um valor da produção de R\$ 3.977,00 por hectare (IPARDES, 2013).

Fazendo um breve comparativo¹⁸ com as culturas da soja e do milho, também expressivos no município, o tabaco se mostra mais viável economicamente dado o rendimento por área cultivada, como demonstra a comparação a seguir. A soja produziu em 2011, um total

¹⁸ Neste comparativo não foi levado em consideração custos de produção das culturas.

de 3.330 Kg/ha, ou 55,5 sacas de 60 Kg/ha (IPARDES, 2013). A preços atuais, a saca seria comercializada a R\$ 65,50 (DERAL, 2013), totalizando um rendimento de R\$ 3.635,25 por hectare. O cultivo do milho produziu um rendimento médio de 7.657 Kg/ha ou 127,61 sacas de 60 Kg/ha (IPARDES, 2013), a preços atuais seria comercializado a R\$ 18,00 (DERAL, 2013) e totalizaria um rendimento de R\$ 2.297,10 por hectare. Já o tabaco produziu, no mesmo período 1.900 Kg/ha (IPARDES, 2013). Comercializados ao preço médio de R\$ 5,18/Kg (média nacional safra 2012/2013, segundo a Afubra (2013), totaliza um rendimento de R\$ 9.842,00 por hectare.

Figura 12 - Comparação em valores de produção e rendimentos por hectare – milho/soja/tabaco



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base nessa comparação fica evidente a importância econômica do tabaco para os agricultores familiares que, por não possuírem grandes extensões de terras e ganhar por escala de produção, necessário no caso da soja e do milho, ficam dependentes da produção de tabaco.

Essa dependência é acentuada ainda mais devido ao sistema de integração que ocorre entre os produtores e as empresas de tabaco. Essa integração ocorre por meio de contratos de compromissos de venda, de financiamento e do transporte da produção da propriedade até a indústria de tabaco. Neste contrato fica acordado a garantia de compra da produção por parte da empresa junto aos agricultores, o fornecimento de insumos e a orientação técnica através de orientadores agrícolas disponibilizados pela empresa. Em contrapartida cabe aos produtores a tarefa de produzir a quantidade estabelecida em contrato, com o mínimo de qualidade exigida para que seja vendido a empresa. No entanto, os produtores ficam impossibilitados de qualquer

tipo de negociação das cláusulas contratuais, já que este contrato é pré-estabelecido pela empresa de tabaco e chega pronto para ser assinado por eles (RUDNICKI, 2012).

Apresentada uma breve caracterização socioeconômica do município de Laranjeiras do Sul, com algumas questões relacionadas a produção agrícola, principalmente a produção de tabaco, na próxima seção, apresenta-se os resultados e as análises da pesquisa realizada com os agricultores familiares produtores de tabaco no município. Primeiramente, serão apresentados os índices dos meios e das condições de vida e suas respectivas análises e em seguida algumas considerações relevantes que foram levantadas durante a pesquisa de campo com as famílias.

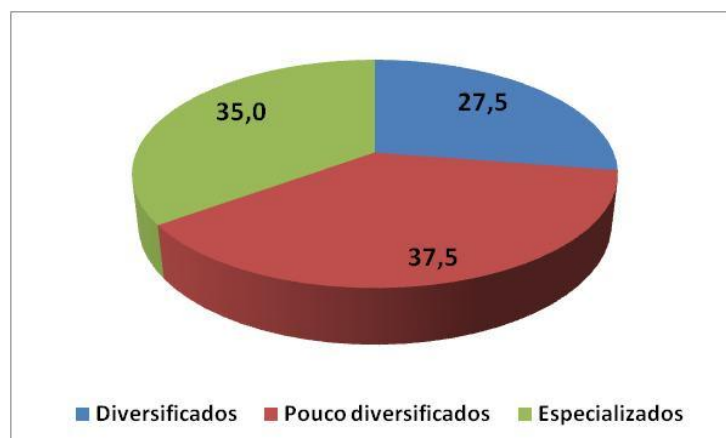
6.2 A PRODUÇÃO DE TABACO EM LARANJEIRAS DO SUL: ANALISANDO A DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE VIDA E AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Conforme já mencionado, no município de Laranjeiras do Sul/PR, realizou-se uma pesquisa de campo a qual objetivou caracterizar e relacionar a diversificação dos meios de vida com as condições de vida dos produtores de tabaco. Buscou-se neste sentido, apreender os meios e os fins do desenvolvimento entre as famílias produtoras de tabaco do referido município.

Para tal foram entrevistadas 40 famílias que produzem tabaco do tipo Burley, as quais foram classificadas em: 27,5% diversificadas, 35% especializadas e 37,5% pouco diversificadas, tal como apresenta a figura a seguir. Este resultado denota equilíbrio entre as famílias que produzem tabaco no município quanto ao seu grau de diversificação. Por outro lado, reunindo as famílias diversificadas e pouco diversificadas e comparando com as especializadas, verifica-se que o grau de diversificação é considerável, sendo que 65% das famílias apresentam algum grau de diversificação¹⁹.

¹⁹ No caso da pesquisa semelhante realizada no município de Arroio do Tigre (RS), apenas 13% das famílias entrevistadas apresentou meio de vida diversificado, 26% pouco diversificado e 61% especializado

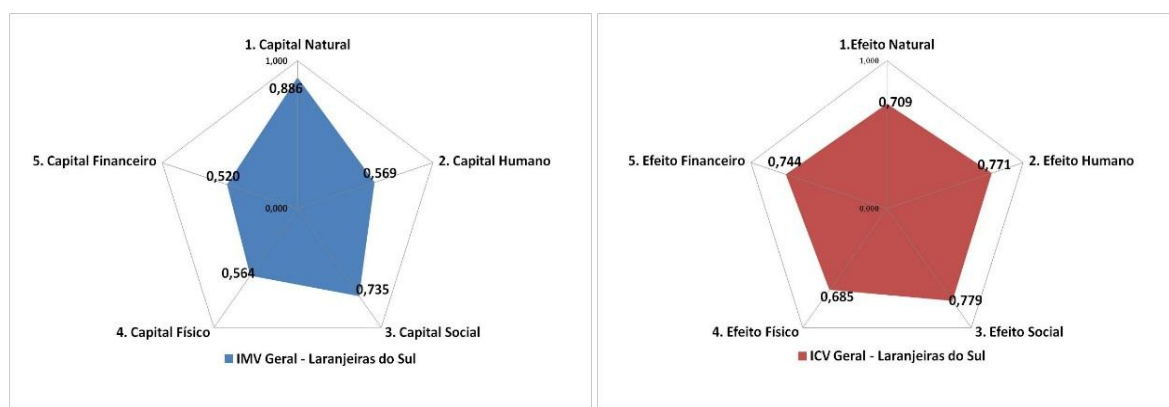
Figura 13 - Grau de diversificação das famílias entrevistadas em Laranjeiras do Sul



Fonte: Elaborado pelo autor.

O universo pesquisado apresentou um Índice de Meios de Vida de 0,655 e um Índice de Condições de Vida de 0,738, sendo que os respectivos biogramas podem ser observado abaixo:

Figura 14 - Biogramas representativos do IMV e do ICV em Laranjeiras do Sul



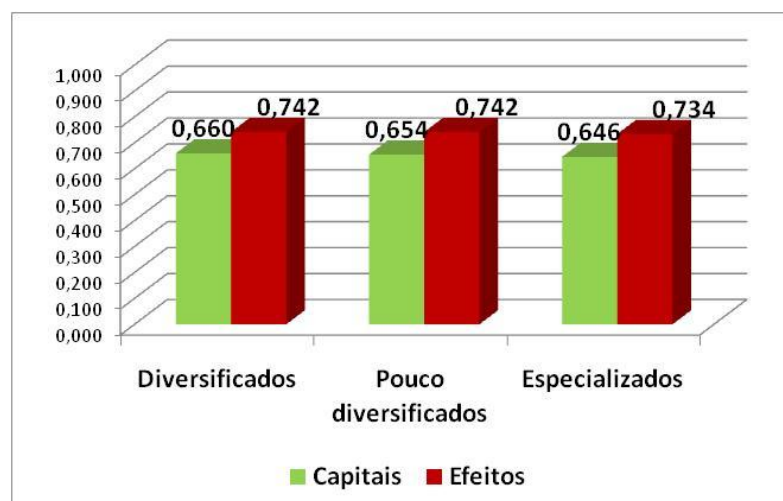
Fonte: Elaborado pelo autor.

Este resultado demonstra que as percepções dos entrevistados sobre suas condições de vida são melhores em relação a seus capitais. Fica evidente que a área do biograma representativo do ICV é maior e mais equilibrada em relação ao IMV. Esta situação, inicialmente, evidencia que os agricultores familiares possuem considerável capacidade de levar a vida que desejam, na medida em que conseguem transformar capitais escassos em efeitos positivos sobre suas condições de vida. Entretanto, ao se considerar questões específicas e relatos dos entrevistados, pode-se visualizar elementos que permitem observar situações de vulnerabilidade, como será destacado em seguida, com relação às dimensões financeira e física. Isso vai ao encontro da afirmação de Schneider et al., (2012) de que a não equivalência entre

meios de vida e condições de vida pode ser uma informação importante na identificação dos aspectos que afetam mais diretamente as condições de vida destas famílias.

Considerando o grau de diversificação, as famílias diversificadas apresentaram melhor IMV (0,660) seguida das poucos diversificadas (0,654) e das especializadas (0,646). Já quanto ao ICV, nota-se que os agricultores diversificados e os poucos diversificados apresentaram ICV iguais ficando em 0,742, mostrando maiores índices que os especializados, os quais possuem ICV de 0,734, como pode ser visualizado na figura 15. Com base no fato de os agricultores diversificados apresentarem melhor IMV e melhor ICV em relação às demais categorias comprova-se a hipótese inicialmente levantada, ou seja, *as condições de vida dos agricultores familiares produtores de tabaco são influenciadas pela diversificação de seus meios de vida, o que, por sua vez, amplia sua liberdade em optar por diferentes estilos de vida.*

Figura 15 - Comparação entre IMV e ICV dos produtores de tabaco de Laranjeiras do Sul/PR



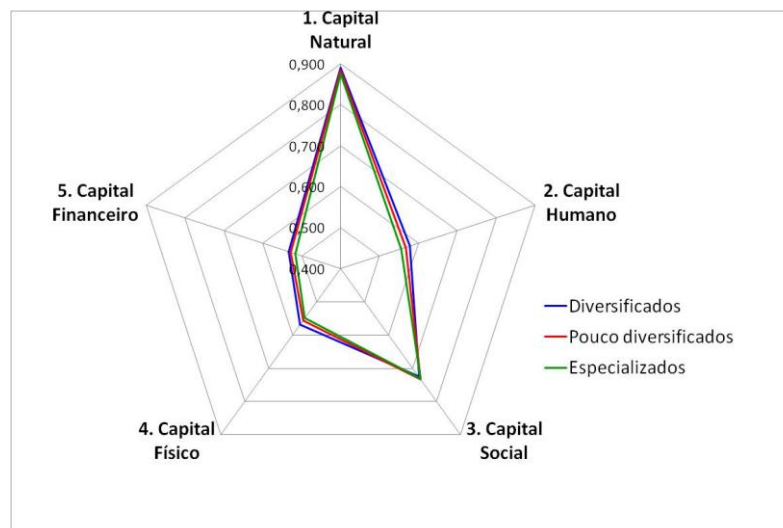
Fonte: Elaborado pelo autor.

No que se refere aos índices gerais, é possível observar que o capital mais vulnerável é o financeiro (0,520) e o mais elevado é representado pelo capital natural (0,886). Quanto aos efeitos, o índice mais baixo remete ao físico (0,685) e o mais elevado ao social (0,779). Importa destacar que, apesar do ICV mostrar-se maior em relação ao IMV, é nos capitais onde se encontra o índice mais elevado, qual seja, o capital natural, conforme pode ser visualizado na figura 14 anterior.

Já ao observar o biograma da figura 16 é possível verificar que o capital financeiro é a dimensão mais baixa entre as três categorias de agricultores familiares produtores de tabaco. Os especializados, com pior índice – 0,517 – são seguidos dos pouco diversificados (0,529) e

dos diversificados (0,534) com melhor índice, o que novamente corrobora a hipótese acima exposta.

Figura 16 - Comparação quanto ao grau de diversificação e capitais – Laranjeiras do Sul/PR



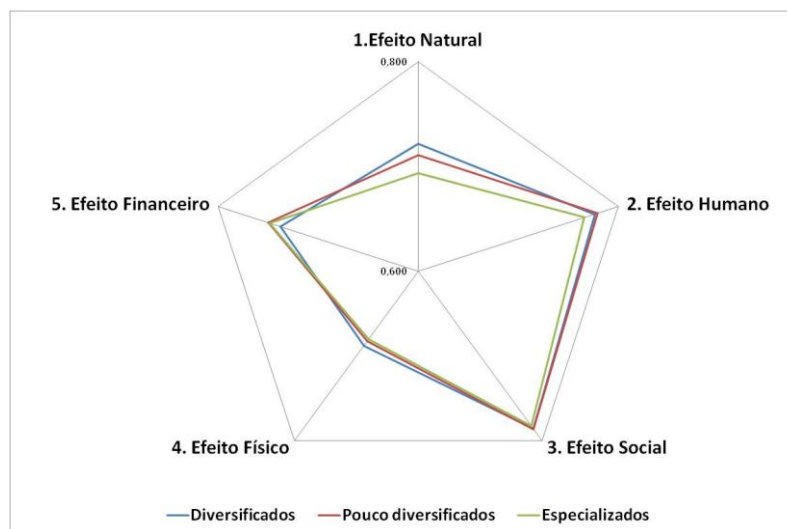
Fonte: Elaborado pelo autor.

Por sua vez, o mesmo resultado não se repete no caso do ICV. O efeito financeiro não é o menor desta dimensão. Inicialmente importa destacar que os agricultores pouco diversificados apresentam melhor índice (0,750) seguido dos especializados (0,749) e dos diversificados (0,739). Já quanto à dimensão de menor índice do ICV remete ao efeito físico, ou seja, a percepção dos entrevistados sobre as condições de moradia e infraestrutura na propriedade. Esta é uma das dimensões que possui uma relação mais direta com o capital financeiro. Neste caso, observa-se a seguinte configuração: os agricultores diversificados apresentam índice no efeito físico de 0,688; seguidos dos pouco diversificados (0,682) e especializados (0,680).

Desta forma, pode-se inferir que a hipótese que afirma que *a produção de tabaco contribui, sobretudo para ampliar o capital financeiro das famílias produtoras de tabaco, o que não necessariamente se reverte em melhores condições de vida* se confirma em parte. As entrevistas apontaram que a dimensão financeira mostra-se a mais baixa entre os capitais (IMV). Sendo assim, a renda do tabaco não se reflete propriamente no capital financeiro. Quanto aos efeitos financeiros, estes mostram índices mais elevados em relação ao respectivo capital, sendo a terceira pior dimensão do ICV, conforme aponta a figura a seguir. Contudo, ao se observar as perguntas que compõem o efeito financeiro, em especial, a que se refere ao grau de satisfação com a renda gerada pelo tabaco, esta alcança o índice mais elevado, qual seja, 0,858. Isso demonstra que existe uma percepção de que a renda gerada pelo tabaco é

significativa, porém, a mesma não se reflete nem no capital financeiro, nem no efeito físico, diretamente relacionado aos efeitos do capital financeiro, não se revertendo diretamente em melhores condições de vida.

Figura 17 - Comparação quanto ao grau de diversificação e efeitos – Laranjeiras do Sul/PR



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ficou evidenciado ainda que, apesar das famílias diversificadas, em geral, apresentarem melhores índices nas dimensões, não há alterações quanto ao ranking dos maiores capitais e efeitos. Em ordem decrescente, os capitais vão do natural, passando pelo social, humano, físico chegando ao financeiro. Quanto aos efeitos, está o social, passando pelo humano, financeiro, natural chegando ao físico, também do maior para o menor índice. Os maiores e menores índices podem ser observados no quadro 3. Evidencia-se também que as famílias especializadas mostram os índices mais baixos:

Quadro 3 - Grau de diversificação e suas dimensões de capital e efeito

Dimensões / Categorias	Menor capital	Índice	Menor efeito	Índice	Maior capital	Índice	Maior efeito	Índice
Diversificados	Financeiro	0,534	Físico	0,688	Natural	0,891	Social	0,786
Pouco diversificados	Financeiro	0,529	Físico	0,682	Natural	0,885	Social	0,786
Especializados	Financeiro	0,517	Físico	0,680	Natural	0,877	Social	0,782

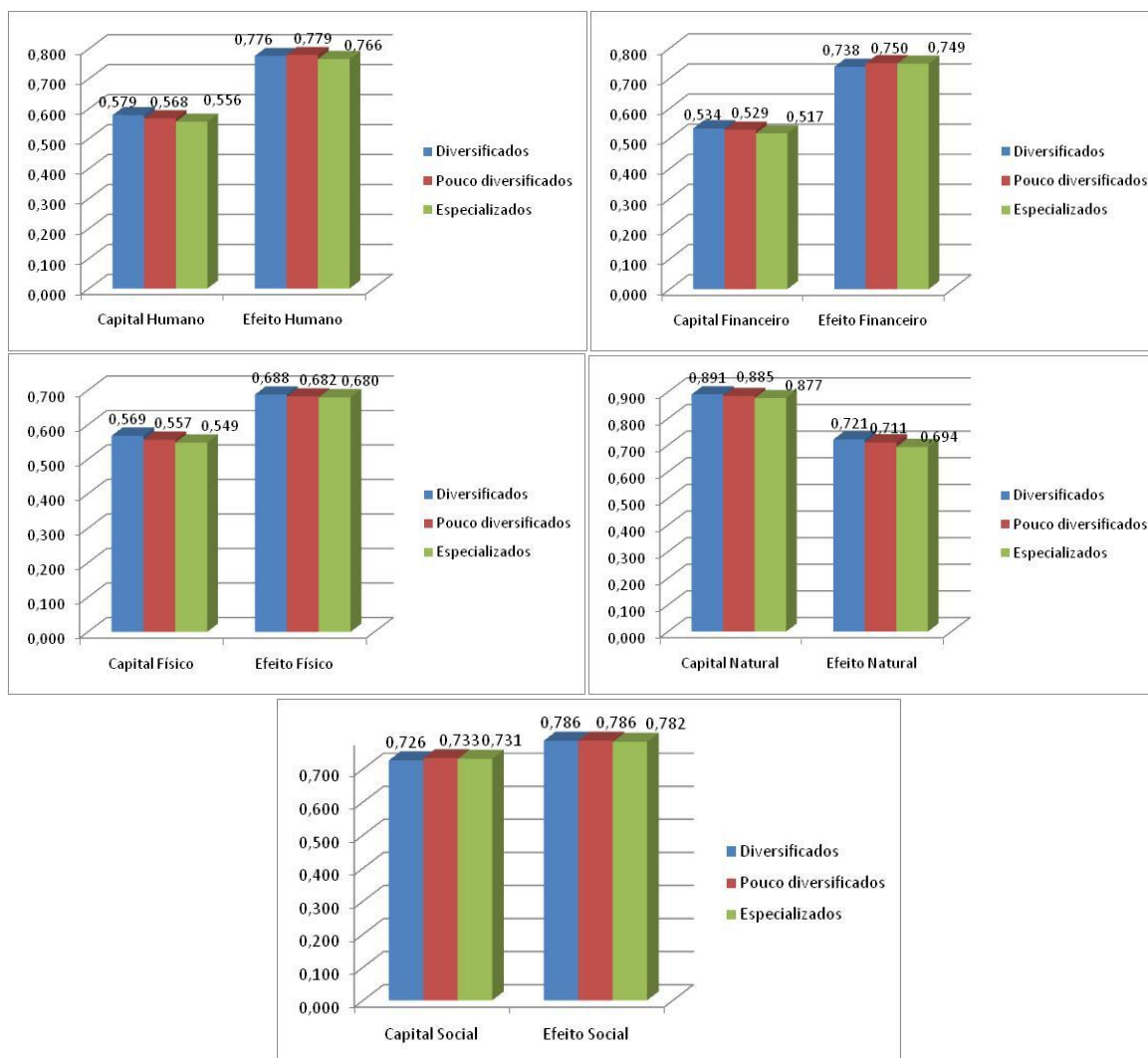
Fonte: Elaborado pelo autor.

Importa destacar que entre os capitais, as famílias diversificadas apresentam índices menores em relação as demais categorias apenas na dimensão social, sendo de 0,726; seguida das pouco diversificadas (0,733) e especializadas (0,731). Quanto aos efeitos, na dimensão

humana, os diversificados (0,776) perdem para os pouco diversificados (0,779) embora permaneçam com melhor índice que os especializados (0,766). No efeito financeiro tem-se os pouco diversificados (0,750), especializados (0,749) e diversificados (0,738) e no efeito social os diversificados e pouco diversificados demonstram mesmo índice (0,786) seguidos dos especializados (0,782).

Por outro lado, vale a pena destacar que o único efeito menor que o capital se refere à dimensão natural. Isso parece ter relação com o tipo de tabaco cultivado, uma vez que o predominante no município de Laranjeiras do Sul não depende de lenha para a secagem, uma variável considerada nesta dimensão. Pesou negativamente no efeito, a questão dos agrotóxicos, sendo apontado que ao longo dos anos seu uso ou se manteve ou aumentou. A relação entre capitais e efeitos e as categorias de famílias de agricultores produtores de tabaco expostas até aqui podem ser visualizadas na figura 18:

Figura 18 - Comparação entre capital e efeito quanto ao grau de diversificação do produtores - Laranjeiras do Sul/PR



Fonte: Elaborado pelo autor.

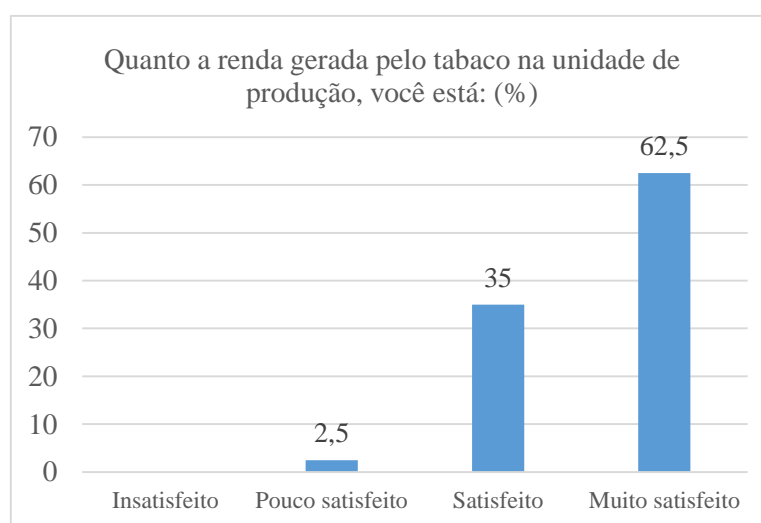
Observando que a percepção dos entrevistados é melhor em relação aos efeitos se comparada aos capitais (IMV de 0,655 e ICV de 0,738) pode-se deduzir, *a priori*, que há menor propensão a políticas de diversificação entre os agricultores familiares produtores de tabaco do município de Laranjeiras do Sul. Entretanto, as relações acima apontadas quanto às dimensões financeiras e físicas demonstram que o gargalo dos meios e condições de vida destes agricultores está nestas dimensões.

Ademais, as questões abaixo, além de reforçar que o tabaco mostra uma realidade paradoxal - por um lado, por ser uma atividade altamente rentável e por outro, por gerar uma situação de dependência e de vulnerabilidade, que fragilizam as famílias e geram situações de pobreza e risco -, evidenciam que os agricultores possuem liberdade limitada ao afirmarem que estão satisfeitos com a produção do tabaco, mas ao mesmo tempo desejam que seus filhos não

continuem com esta atividade, muito embora demonstrem interesse que permaneçam na agricultura.

Pela figura a seguir, observa-se que 62,5% dos entrevistados mostram-se muito satisfeitos com a renda gerada pelo tabaco, 35 % estão satisfeitos e 2,5% pouco satisfeitos. Nenhuma das famílias apontou estar insatisfeita.

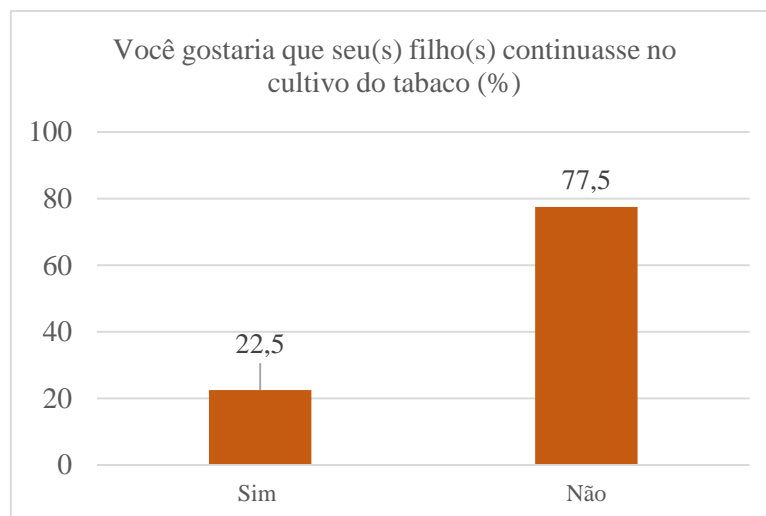
Figura 19 - Percepção dos entrevistados em relação a renda gerada pelo tabaco – Laranjeiras do Sul/PR



Fonte: Elaborado pelo autor.

Pela satisfação com a renda gerada pelo tabaco, poder-se-ia deduzir que a resposta à pergunta “gostariam que seus filhos continuassem na produção de tabaco” seria sim em sua ampla maioria. No entanto, 77,5% dos entrevistados respondem que não e apenas 22,5% desejam que os filhos continuem cultivando tabaco, conforme gráfico da figura 20.

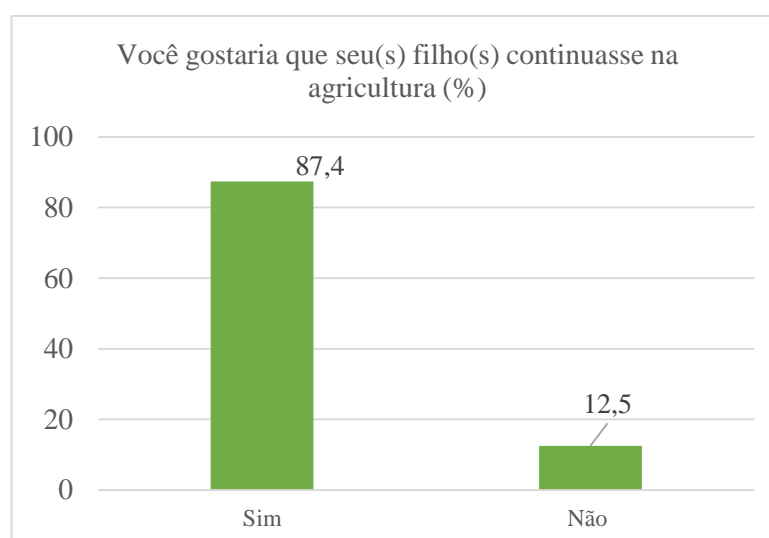
Figura 20 - Percepção dos entrevistados em relação ao futuro dos filhos na produção de tabaco – Laranjeiras do Sul/PR



Fonte: Elaborado pelo autor.

Frente a isso, poder-se-ia inferir que tal situação denota de um contexto mais amplo de esvaziamento, masculinização e envelhecimento da população rural (WANDERLEI, 2009). Entretanto, ao serem questionados sobre o desejo de que os filhos permanecessem no espaço rural, as respostas praticamente se invertem: 87,4% das famílias gostariam que seus filhos permanecessem na agricultura e apenas 12,5% afirmaram que não, conforme a figura 21.

Figura 21 - Percepção dos entrevistados em relação ao futuro dos filhos na agricultura – Laranjeiras do Sul/PR



Fonte: Elaborado pelo autor.

Estes resultados nos permitem inferir que existe, uma controvérsia no que tange a produção de tabaco na agricultura familiar e que a percepção da renda gerada por essa produção

é um fator determinante para que os agricultores continuem a produzi-lo. Se estes tivessem a liberdade e a capacidade de escolha, possivelmente escolheriam outra atividade para si e para sua família. Talvez a explicação mais plausível seja mesmo aquela que explicita que a falta de liberdade das pessoas condicionam as mesmas a realizar determinadas atividades e levaram este ou aquele meio de vida. Nesta perspectiva, Sen (2010) aponta que a liberdade seria o fato motivador para se alcançar o desenvolvimento em uma sociedade. Para o autor as pessoas necessitam ter o que chama de funcionamentos, que remetem às realizações dos indivíduos, às reais oportunidades de escolha acerca de possíveis estilos de vida. Ou seja, o indivíduo necessita ter a capacidade de realizar um funcionamento e esta capacidade representa a combinação destes funcionamentos que os indivíduos podem realizar, refletindo a liberdade da pessoa para levar determinado tipo de vida ou outro (SEN, 2001; KAGEYAMA, 2008 apud SCHNEIDER et al., 2012).

Neste contexto, expandir as liberdades que se tem razão para valorizar, não só torna a vida das pessoas mais rica e mais desimpedida, como permite que sejam seres sociais mais completos, ou seja, que interajam com o mundo em que vivem e influenciem esse mundo (SEN, 2010). No caso dos produtores de tabaco essa interação e influência ficam fragilizadas pelo fato da maioria das famílias trabalharem em regime de integração com as empresas de tabaco. Se por um lado, essa integração é um ponto positivo, pois é uma forma de garantia de comercialização da produção, por outro lado, a mesma integração condiciona os agricultores a aceitar as regras ditadas pelas empresas. Desta forma, perdem o poder de negociação tendo que aceitar tudo o que é regrado pelas empresas de tabaco a cada safra.

Para complementar as análises acima, a seguir, serão apresentados fragmentos de depoimentos que também expressam a liberdade (ou não) das famílias produtoras de tabaco no município da pesquisa.

6.3 ANALISANDO A LIBERDADE DAS FAMILIAS E SUAS CAPACITAÇÕES A PARTIR DOS DEPOIMENTOS DOS ENTREVISTADOS

De acordo com Sen (2010), o bem estar de uma pessoa ou de uma família pode ser entendido em termos de sua qualidade de vida, e o viver pode ser visto como um conjunto de funcionamentos inter-relacionados. A realização de uma pessoa, nesse sentido pode ser vista como o vetor de seus funcionamentos. Tal noção de funcionamento está relacionada com a capacidade para funcionar, ou seja, a liberdade da pessoa em levar o tipo de vida que ela deseja. Neste sentido, Costa et al., (2005) mencionando Sen sugere uma abordagem que analise as

situações sociais de uma forma multidimensional, ou seja, para que possamos compreender algumas realidades sociais, é necessário focar a análise incorporando variáveis quantitativas e ir além delas.

Desse modo, essa subseção refere-se às opiniões e anseios das famílias em torno da produção de tabaco. Busca-se aqui apreender as percepções e opiniões que poderiam não ser possíveis apenas com o questionário composto por questões fechadas. Essas questões giram em torno do que as famílias sentem em relação a produção de tabaco. Como pode ser observado nas entrevistas a seguir, algumas famílias mostram-se felizes em estar cultivando tabaco e outras por não encontrarem alternativas continuam a produzi-lo na esperança de que algum dia não necessitem mais trabalhar neste cultivo. Na perspectiva de Amartya Sen a expansão das liberdades e das capacidades seriam os principais elementos geradores do desenvolvimento para estas famílias no meio rural.

Tal como exposto na literatura, também em Laranjeiras do Sul, a produção de tabaco expõe os agricultores a situações contraditórias em relação as suas condições de vida. Isto pode ser observado nas fotografias abaixo que demonstram distintas condições de moradia e de infraestrutura das famílias produtoras no referido município:

Figura 22 - Imagens da diferença entre as condições de moradia e de infraestrutura dos agricultores produtores de tabaco em Laranjeiras do sul



Fonte: Arquivo do autor (abril, 2013).

Essa realidade contraditória também pode ser verificada nas falas dos próprios agricultores que produzem tabaco. Questionados com relação à opção por cultivar tabaco, alguns agricultores declaram gostar da atividade, evidenciando que por meio dela seria possível realizar os investimentos que desejam na propriedade e adquirir determinados bens, como máquinas, equipamentos e até mesmo automóvel, motocicleta, um bem que proporciona uma liberdade de locomoção considerada importante pelas famílias. Sobretudo permite a essas famílias continuar no meio rural com uma vida digna, tendo a chance de criar seus filhos e buscando novas conquistas para melhorar a qualidade de vida. Esse tipo de percepção com relação ao cultivo do tabaco, descrito acima, pode ser observado nos relatos das famílias 3, 15 e 24 a seguir:

Se não fosse o fumo a gente não conseguiria comprar nada praticamente, desde um carro novo, a moto para a piaçada, então o fumo contribui muito pra melhorar a qualidade de vida na roça. [...] de vez em quando vamos pra cidade tomar uns sorvetes e tal, se não tivesse dinheiro não conseguia fazer isso. O fumo ajuda e muito na qualidade de vida da família porque as outras coisas não sobram o dinheiro que o fumo dá (Entrevista FAMILIA 3, Laranjeiras do Sul, 2013).

Pelo relato da família 3, fica evidente que o tabaco é muito importante como fonte de geração de renda, pois permite a ela a aquisição de bens físicos e a simples ações como tomar sorvete, que na visão da família, com outros tipos de cultivos, não seria possível. Isso nos leva a pensar nos conceitos de intitamentos e funcionamentos de Sen, nos quais uma família possui um conjunto de elementos que permite a ela uma capacidade para funcionar. O automóvel e a motocicleta adquiridos pela família seriam, por exemplo, os funcionamentos ou os objetos que a família está apta a possuir e só consegue essa posse devido à renda gerada pela produção de tabaco.

Eu gosto de plantar fumo, por que é uma planta boa e a gente gosta da lida e é o que salva os agricultores né [...] quando a gente não plantava fumo a situação era bem caótica mesmo e o fumo deu bastante coisa mesmo ai, antes de plantar fumo a gente morava numa casinha caindo, depois conseguimos reformar a casa e está dando para morar mais ou menos bem né. Aumentamos a área de terra também, deu para comprar mais um pedaço né. Quando eu trabalhava empregado o que fazia era só pra comer, não sobrava nada. Daí com o fumo foi sobrando né, o que deu mais vida mesmo, foi o fumo pra nós (Entrevista FAMILIA 15, Laranjeiras do Sul, 2013).

A gente só está na agricultura agora porque tem o fumo, sem o fumo era certeza que nós estava trabalhando empregado, fazendo só pra comer. Quando eu casei, eu trabalhava com meu pai, ele também não tinha muita terra, dava só pra ele sobreviver, meio mal ainda. Por isso comecei a plantar fumo como arrendatário com um conhecido meu, trabalhava em regime de sociedade. E foi o fumo que nos permitiu juntar um pouco de dinheiro pra comprar esse pedaço de terra que nós temos hoje aqui. Pagamos metade do valor e fomos pagando o resto só com o dinheiro do fumo. Hoje eu posso dizer que eu sou feliz plantando fumo e quero continuar a plantar, pois posso ter uma vida boa, criar meu filho e ficar na roça (Entrevista FAMILIA 24, Laranjeiras do Sul, 2013).

A partir dos relatos das famílias 15 e 24, evidencia-se que as mesmas delegam ao tabaco várias conquistas que obtiveram ao longo dos anos que o cultivam. Desta forma, encontram no tabaco uma das únicas opções para melhorar a qualidade de vida no campo. Neste contexto, pode-se dizer que a família possui o que Sen trata como intitamentos e funcionamentos, entretanto, não possui a capacidade de escolha, ou seja, a liberdade de escolher levar este ou aquele estilo de vida. Todas suas ações estão condicionadas à produção de tabaco ficando as famílias reféns deste cultivo, o que gera considerável vulnerabilidade do grupo familiar, sobretudo pela característica deste mercado, qual seja, o sistema de integração do produtor à indústria. Ou seja, a família amplia em alguma medida seus acessos, desde que inserida na cadeia produtiva do tabaco.

Por outro lado, há famílias que quando questionadas sobre sua satisfação em plantar tabaco e em dar continuidade à atividade, declaram não estar felizes ou realizadas com o meio de vida que levam, seja por motivos particulares, ou por não gostarem mesmo de trabalhar com

o tabaco. Assim, se tivessem a liberdade de escolha - capacidade de escolha – optariam por realizar outra atividade, como pode ser verificado no relato da família 13 a seguir:

Não estou realizando em plantar fumo, precisaria ter mais terras pra plantar outra coisa [...] os governos querem que o povo pare de plantar fumo, mas onde que eles vão dar emprego pra tanta gente, se acaba com o fumo vai inchar mais ainda as cidades. Eu se conseguisse queria larga de planta fumo, mas não posso por que é a única planta que dá uma renda pra nós aqui na roça. Eu penso em planta mais uns anos até que meu filho se forme e eu me aposente, aí acho que não planto mais fumo, mas por enquanto tenho que continuar com o fumo (Entrevista FAMILIA 13, Laranjeiras do Sul, 2013).

Essa realidade vivenciada pela família 13 vai ao encontro do que Sen aborda ao tratar das privações de liberdades, ou a falta de opções e escolhas como um empecilho para o desenvolvimento. Fica claro pelo relato acima que a família não escolhe levar este tipo de vida. Este é condicionado pelas circunstâncias nas quais ela está inserida. Expandir as liberdades que se tem razão para valorizar, não só torna a vida das famílias mais rica e mais desimpedida, como permite que sejam seres sociais mais completos, ou seja, que interajam com o mundo em que vivem e influenciem esse mundo (SEN, 2010). No caso da família em questão, a mesma pouco interage e influencia o entorno, apenas busca suprir suas necessidades básicas, individuais.

Nesse contexto, dos condicionantes que levam as famílias a permanecerem na atividade do tabaco encontram-se ainda outros relatos de famílias que não estão satisfeitas com a produção de tabaco, mas continuam na atividade pela falta de recursos disponíveis para migrarem para outra atividade, como por exemplo, para a atividade leiteira que para muitos produtores é considerada atividade ideal para se manterem no campo com melhores condições de vida, como pode ser visto no relato da família 17.

O leite, eu acredito que sim daria uma qualidade de vida melhor para nós né. Apesar de ser um serviço todo dia, mas ele te dá uma condição de melhorar a atividade. Mesmo que para trabalhar com leite também precise muito investimento, mas é uma vez só esse investimento, e o fumo é todo ano que tem que tirar dinheiro do bolso para colocar na lavoura. Se for colocar na ponta do lápis todos os custos do fumo não sobra uma renda que seja alta, apenas dá pra se manter [...] a gente não aumenta o leite porque não tem condição de comprar mais vacas e melhorar os maquinários que precisa né. Mas pretendo no futuro parar e plantar fumo e lidar com leite que é muito melhor (Entrevista FAMILIA 17, Laranjeiras do Sul, 2013).

Figura 23 - Imagem da Produção de leite como alternativa de diversificação produtiva



Fonte: Arquivo do autor (abril, 2013).

Pelo relato anterior podemos nos remeter a perspectiva de Sen, a qual aponta para a necessidade de expansão das capacidades humanas para que as pessoas assim possam efetivar seus objetivos. Para o autor o desenvolvimento está relacionado ao alargamento das opções de escolhas, sendo que essas opções estão diretamente ligadas com as relações de poder existentes na sociedade. Neste sentido, destaca que primordial é fornecer meios e possibilidades para os indivíduos tornarem-se capazes de tomar suas próprias decisões e fazer suas escolhas, a fim de alcançar melhorias na qualidade de vida, ficando em segundo plano o acúmulo de capital e os recursos econômicos. Nesse sentido o desenvolvimento é que deveria proporcionar maior liberdade de escolha aos indivíduos e vice-versa (SEN, 2010 apud ZOTTI, 2010).

Observando estas realidades das famílias produtoras de tabaco no município de Laranjeiras do Sul, encontram-se situações que merecem ser analisadas com relação as consequências da produção de tabaco para as mesmas. Como já mencionado, este cultivo proporciona a algumas famílias a capacidade de sobrevivência na agricultura, proporcionando-as condições necessárias para manter a propriedade viável no meio rural. Entretanto, mesmo com as opiniões favoráveis ao tabaco, algumas considerações podem ser expostas. A grande maioria das famílias relataram estarem satisfeitas com a produção, no entanto esta satisfação observada é condicionada pelas próprias circunstâncias privativas nas quais as famílias estão inseridas. Neste sentido, as famílias produtoras de tabaco não possuem capacidade para funcionar, mesmo tendo uma percepção positiva sobre os efeitos gerados pelos capitais oriundos do tabaco. Isso realmente não reflete a liberdade das pessoas levarem a vida que desejam, ou estão acomodadas e acostumadas a uma situação de privação que se tornou naturalizada.

Além disso, de sua importância no plano dos princípios, a questão da privação continuada pode ter um impacto imediato na prática das políticas públicas. A acomodação

resignada à privação continuada e à vulnerabilidade é frequentemente apresentada como justificável com base na ausência de uma forte procura pública e de um anseio intensamente manifestado de modificar essa condição (SEN, 1993). No caso das famílias pesquisadas, o fato de, em geral, considerarem as condições de vida melhores do que os meios que as geram, podem estar representando uma acomodação a uma situação de privação continuada. A satisfação com pequenas melhorias nas condições de vida – como tomar sorvete na cidade, como expresso no depoimento acima – resigna as famílias a se habituarem com tais condições.

Ademais encontram-se famílias em situações de extrema vulnerabilidade e pobreza em relação à produção de tabaco. Famílias estas que por falta de opções ou alternativas viáveis continuam a produzi-lo. Esta vulnerabilidade condiciona as famílias a uma situação em que elas necessitam continuar neste tipo de atividade pela falta de liberdade de escolha ou por falta de condições para realiza-las, ou ainda como enfatiza Sen, pela falta de capacidade para funcionar em situações de riscos ou de insegurança socioeconômica.

Sobre as privações de liberdades das famílias produtoras de tabaco cabe resgatar as três fontes essenciais de privações: a pobreza econômica, a carência de serviços públicos e assistência social e a negação de liberdades políticas e civis. Existe forte correlação entre essas formas de privação de liberdade, a privação econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica (SEN, 2010).

Para as famílias produtoras de tabaco, as liberdades econômicas ficam comprometidas pelo fato destas estarem dependentes de um único cultivo, não possuindo e nem acessando desta forma outras opções viáveis na agricultura. E inclusive, por ficarem dependentes das empresas de tabaco que controlam o processo de produção e não oportunizam os produtores realizar uma negociação comum de compra e venda de seu produto. Já a privação das liberdades políticas e civis decorre do fato das famílias ficarem à margem de discussões importantes na sociedade, como por exemplo, da Convenção Quadro, que é discutida por autoridades e representantes políticos no âmbito nacional e mundial sem a voz ativa dos próprios produtores de tabaco. Questionados se conheciam a CQCT ou o PNDACT, os entrevistados foram unânimes em afirmar que não sabiam do que se tratava, “que nunca haviam ouvido falar”. Os agricultores também não tinham conhecimentos sobre o evento que ocorreu no Brasil em 2013, momento em que poderiam mais facilmente ter participado das discussões, muito embora várias de suas entidades representativas estivessem participando.

Neste contexto, Santos (2007), corrobora enfatizando que a identificação das diferentes privações de liberdades permite diferenciar que a liberdade é limitada as vezes por processos

inadequados, como violação de direitos políticos e civis, e as vezes por oportunidades inadequadas, como um sistema de educação precário ou a fome involuntária.

Diante destes resultados, o que seria mais interessante para as famílias produtoras de tabaco? Diversificar ou especializar-se em um único cultivo? A resposta para essa questão parece passar pela ordem contextual e empírica, e a *priori* não é possível ter uma resposta considerada certa ou errada (NIEDERLE; GRISA, 2008). Para alguns agricultores, a especialização se mostra mais atraente e mais lucrativa, pois permite que estes utilizem da mão de obra e dos equipamentos que dispõem, não precisando utilizar de vários métodos de cultivos ou de equipamentos diversos que a diversificação produtiva poderia exigir. Entretanto, a especialização gera maiores riscos para as famílias na medida em que estas ficam dependentes apenas de um ou de poucos produtos, podendo estes sofrerem com intemperes climáticas e oscilações de mercado.

Por estes motivos, Niederle e Grisa (2008), corroboram dizendo que a diversificação torna-se uma alternativa consistente por garantir maior estabilidade econômica frente a um contexto crescentemente incerto. Como já apontado neste trabalho, diversificar as opções e estratégias permite reduzir a instabilidade do processo de reprodução ocasionada por possíveis falhas em uma das rendas ou pela variabilidade e sazonalidade das rendas durante o ano (ELLIS, 2000 citado por NIEDERLE; GRISA, 2008).

No caso dos produtores de tabaco, a diversificação produtiva permite uma maior capacidade para funcionar no meio rural ampliando as possibilidades econômicas sociais e ambientais e as escolhas que as famílias podem realizar para melhorarem o espaço onde vivem e levarem a vida que desejam. Desta forma e como aponta Schneider (2010b), quanto mais diversificada for a unidade produtiva, maiores serão as possibilidades de escolha e mais amplas as estratégias que poderão ser estabelecidas para o combate da vulnerabilidade.

Por meio do trabalho de campo com os produtores de tabaco foi possível levantar alguns pontos relevantes com relação a produção em Laranjeiras do Sul: dentre os aspectos positivos do tabaco, destacou-se de forma unânime a renda em pequenas áreas de terra, conforme relatos, com somas não alcançadas por outros cultivos existente na região. Esse sem dúvida é o principal fator que leva muitas famílias a financiar as instalações e arriscar-se na atividade de produção de tabaco. E dentre os principais aspectos negativos da produção de tabaco destacam-se o trabalho penoso, a utilização de mão de obra (quase sempre manual), a utilização de agrotóxicos e a falta de poder de negociação com relação aos preços pagos pelo quilo do tabaco pelas empresas ao final de cada safra. Esse último argumento aumenta de forma acentuada a vulnerabilidade das famílias perante o mercado e as empresas, pois são condições impostas de

forma vertical e *top down*, cabendo aos produtores apenas aceita-las sem muito poder de influência ou de negociação, ou seja, com pouca capacidade para funcionar.

Durante as entrevistas ficou claro que a opção por cultivar ou não tabaco, está atrelada as capacidades que as pessoas possuem para manter-se no campo. A grande maioria das famílias entrevistadas permanece na atividade do tabaco porque entendem que é a melhor opção no momento para sobrevivência na agricultura. Outras porém, permanecem no cultivo do tabaco pela falta de oportunidades e condições de produzirem outro cultivo e pela ausência de capacidades para realizar outras atividades.

De acordo com o exposto ficam evidentes as distintas realidades encontradas entre as famílias produtoras de tabaco em Laranjeiras do Sul. Essa contradição fica clara quando se analisa as condições de vida destas famílias, como por exemplo, condições de moradia, infraestrutura de produção, bens adquiridos entre outros aspectos relacionados ao bem estar da família. A esse respeito, algumas famílias de fato conseguem ter uma capacidade para funcionar no meio rural e em decorrência disso conseguem manter melhores as suas condições de vida. Entretanto, por outro lado, existem aquelas famílias que por falta de oportunidades e capacidades de escolha tem suas condições de vida condicionadas ao cultivo do tabaco sem muitas perspectivas de mudanças para o futuro.

Demonstradas essas realidades, cabe questionar aspectos relacionados a continuidade dessas famílias no campo, principalmente na produção de tabaco. Além das realidades expostas vem sendo discutidas ações para a diminuição do consumo de tabaco ao nível mundial, o caso da CQCT.

Frente a esse cenário de incertezas e vulnerabilidades, como ficam os produtores rurais que dependem do tabaco para se manterem no campo? As ações até agora desenvolvidas, em especial pelo governo brasileiro, estão conseguindo encontrar alternativas de cultivo que permita aos agricultores manter-se no meio rural? Permite ampliar suas liberdades? Com relação a essas questões, muito ainda precisa ser discutido, para que as ações externas às realidades locais da agricultura familiar não venham a influenciar de forma negativa os meios de vida das famílias. Tais questionamentos, entre outros, devem perpassar a formulação de políticas públicas para amenizar os impactos de ações tomadas pela CQCT e oportunizar aos produtores encontrarem formas de produção que permitam a eles melhores condições de vida na agricultura, com base no que lhes é importante para viver, enfim, que lhes permita a possibilidade de escolha quanto ao meio de vida considerado mais adequado.

Schneider (2010b) corrobora enfatizando que para implementar alternativas bem sucedidas e economicamente sustentáveis para o cultivo do tabaco, é necessário abordar não

somente a renda do agricultor e a rentabilidade das culturas, mas entender também todos os aspectos relacionados aos seus meios de vida. A abordagem dos meios de vida, aliada à abordagem das capacitações, foi identificada como a mais apropriada para orientar a implementação dos artigos 17 e 18 da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco da OMS. Ambas trazem importantes contribuições, uma vez que não se restringem a questões unidimensionais como econômicas e de renda, não se restringem aos meios, mas buscam identificar a quais fins levam aos meios que os agricultores dispõem.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou caracterizar e problematizar os meios e as condições de vida dos agricultores familiares produtores de tabaco no município de Laranjeiras do Sul, considerando o cenário da Convenção Quadro para o Controle de Tabaco (CQCT). Como enfatizado ao longo deste estudo, a produção de tabaco envolve uma série de elementos complexos e contraditórios no meio rural. De um lado os agricultores praticam uma atividade rentável e lucrativa, que apesar de demandar uso intenso de mão de obra, pode ser realizada em pequenas áreas de terra, dado o volume total produzido por área plantada. Por outro lado, esta produção gera uma situação de dependência e de vulnerabilidade, que fragiliza estas famílias e gera situações de pobreza e risco.

Buscou-se, frente a isso aplicar e em alguma medida incrementar ferramentas que permitissem conhecer a realidade vivida pelas famílias que produzem tabaco no município. Estas famílias vivem em constantes situações de vulnerabilidade e de risco no meio rural. Esse cenário de vulnerabilidade se agrava ainda mais se considerarmos que as famílias ficam dependentes de um único cultivo, no caso o tabaco, e das empresas as quais estão ligadas, através do sistema integrado de produção e por meio dos contratos de compra e venda de tabaco. Ocorrem ainda, de forma paralela, as discussões da Convenção Quadro, a qual influência diretamente na produção de tabaco pela agricultura, ou seja, mais um agravante sobre as famílias que cultivam este produto, pois as medidas e ações tomadas para a redução do consumo, influenciarão de forma direta e afetarão a situação socioeconômica daquelas famílias que dependem do tabaco para geração de renda.

Como exposto nos resultados, o tabaco garante os intitamentos/meios para as famílias produtoras, porém não necessariamente garante a capacidade para funcionar no meio rural. Essa capacidade fica condicionada ao cultivo do tabaco, ou seja, as famílias só conseguem realizações se continuarem a produzi-lo.

Nesse sentido nos remetemos a abordagem de Sen, na qual o autor enfatiza que deve se ter um deslocamento de percepções acerca do desenvolvimento da sociedade, pois a centralidade da ação humana e da intervenção sobre a natureza deixa de ser baseada nos recursos e nos atributos e passa a se fixar nas pessoas e nos meios que estas possuem. Segundo esta perspectiva, mais importante do que ter máquinas, equipamentos, acesso a tecnologias e dinheiro – intitamentos estes presentes nas propriedades das famílias entrevistadas – mais importante é a liberdade das pessoas poderem fazer as coisas do modo que quiserem para alcançar os bens e recursos que desejam (SCHNEIDER, 2010b).

O que a pesquisa em Laranjeiras do Sul evidenciou, com relação à produção de tabaco foi que os produtores não possuem esta liberdade de alcançar bens e recursos tal como desejam, pois mesmo eles dispoendo de capitais, estes são decorrentes da produção de tabaco, ou seja, há uma falta de liberdade de escolha para as famílias, todas as suas ações são voltadas e dependentes do tabaco.

Todavia, vale enfatizar que evidenciam-se os melhores índices de meios e de condições de vida, nas famílias diversificadas, fato que comprovou a hipótese inicialmente levantada, qual seja, as condições de vida dos agricultores familiares produtores de tabaco são influenciadas pela diversificação de seus meios de vida, o que, por sua vez, amplia sua liberdade em optar por diferentes estilos de vida. A esse respeito, quanto mais diversificada for a propriedade, menores vulnerabilidades e riscos, e maiores as oportunidades da família de melhorar sua vida no meio rural e escolher que tipo de vida desejam levar.

Com relação a outra hipótese levantada, de que a produção de tabaco contribui, sobretudo para ampliar o capital financeiro das famílias produtoras de tabaco, o que não necessariamente se reverte em melhores condições de vida, essa se confirmou em parte, ou seja, há uma percepção de que a renda gerada pelo tabaco é significativa, porém, a mesma não se reflete nem no capital financeiro, nem no efeito físico, mais diretamente relacionado aos efeitos do capital financeiro e desta forma, não se reverte em melhores condições de vida.

Ademais, como enfatizado até o momento, a produção de tabaco é cercada de contradições e complexidades para as famílias produtoras. Isto pode ser observado nas entrevistas realizadas com os produtores. Ao mesmo tempo que afirmam estarem satisfeitos com a produção de tabaco, quando questionados sobre o futuro de seus filhos nessa atividade, a grande maioria afirma que não gostaria de vê-los produzindo tabaco, muito embora gostariam que permanecessem na agricultura.

Portanto, esta é uma situação que demonstra a necessidade de uma intervenção governamental através de políticas e/ou ações públicas para oportunizar aos jovens a liberdade de escolha em permanecer no campo, pois os mesmos se veem obrigados a migrar para as cidades pelas, ao menos aparentes, facilidades e modernidades que se apresentam no espaço urbano. Tais ações, que devem ser oriundas do Estado vão ao encontro do que já afirmava Santos (2007), que, quanto mais inseridas as disposições institucionais, maior o número de pessoas a exercendo, melhores as disponibilidades de promoção do bem estar social. O próprio secretariado geral da Convenção Quadro apresenta este entendimento, ao mencionar na IV Reunião do Grupo de Trabalho para os artigos 17 e 18 que “é dever do Estado fornecer alternativas aos produtores”. O representante apontou que os produtores são vulneráveis porque

fazem parte de um ciclo que não conseguem sair, e essa vulnerabilidade tem de ser vista pelo Estado (MDA, 2013).

Percebeu-se durante o trabalho de campo que ainda faltam ações que ofereçam as famílias as condições necessárias para que estas deixem de produzir tabaco e/ou diversifiquem suas propriedades passando a produzir outros cultivos, sobretudo aquelas que já se mostram propensas a isso. Esta situação ficou clara durante as entrevistas, a maioria dos entrevistados relatou que deixaria de produzir tabaco se fosse possível produzir outro cultivo tão rentável quanto o atual.

Por fim, recomenda-se o aprofundamento dessa pesquisa devido à importância da tarefa de trocar informações e construir alternativas junto aos agricultores familiares que produzem tabaco nas diferentes regiões do país. Dessa forma conhecer os meios e as condições de vida das famílias produtoras de tabaco pode se tornar importante inclusive para que as ações governamentais sejam mais eficazes no contexto de promover o desenvolvimento rural nos municípios.

Nesta pesquisa foram encontradas algumas limitações quanto aos recursos e ao tempo de realização, por isso o recorte apenas no município de Laranjeiras do Sul, entretanto para se ter um panorama geral da produção de tabaco na região, sugere a ampliação deste estudo para os outros municípios vizinhos a Laranjeiras do Sul, produzindo assim uma radiografia da produção de tabaco em todo o território Cantuquiriguaçu/PR. Isso possibilita também um comparativo entre municípios, o que torna as ferramentas do IMV e ICV mais robustas, uma vez que estas retratam a realidade em determinado recorte no tempo e no espaço.

Considera-se ainda que levantar os índices em outras realidades rurais também mostra-se importante, sobretudo pela importância de se captar os meios e fins do desenvolvimento no espaço rural, que deixa de ser um espaço produtor de matérias-primas e alimentos para as cidades, mas assume características multifuncionais, na perspectiva apresentada por Wanderley (2009, p. 297):

O meio rural representa [...] um espaço suporte de relações sociais específicas, que se constroem, se reproduzem ou se redefinem sobre este mesmo espaço e que, portanto, o conformam enquanto um singular espaço de vida. Para compreendê-lo, é preciso considerar sua dinâmica social interna, isto é, aquela que resulta da maior ou menor intensidade e complexidade da vida local e, por outro lado, as formas de sua inserção em um dinâmica social “externa”.

Com base nessa concepção, da qual compartilhamos, entendemos que nas abordagens de Amartya Sen e Frank Ellis ainda há muitas contribuições a serem exploradas. Outrossim,

estudos comparativos sobre a rentabilidade de cultivos, de propriedades com diferentes graus de diversificação também tornam-se importante e complementares à análise como aqui apresentada.

REFERÊNCIAS

ACT, Aliança de Combate do Tabagismo. São Paulo, SP. **A Aliança de Controle do Tabagismo**. Disponível em: <<http://actbr.org.br/>> Acesso em: 27 out. 2013.

AFUBRA, Associação dos Fumicultores do Brasil. Santa Cruz do Sul, RS. 2013. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/home>> Acesso em: 17 jan. 2013.

BRASIL, **Ações do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil**. Novembro/2010.

_____. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer. **Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco**. Rio de Janeiro: INCA, 2011. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/convencao_quadro_texto_oficial.PDF> Acesso em: 31 jul. 2013.

CAVALCANTE, Tânia Maria; PINHO, Mariana Coutinho Marques de; MENDES, Felipe Lacerda; PEREZ, Cristina de Abreu; VARGAS, Rosa Rulff; RANGEL, Érica Cavalcanti; CARVALHO, Alexandre Octávio Ribeiro de; MARTINS, Rita de Cassia (Org.) **A importância e urgência da diversificação de produção em áreas que produzem tabaco no Brasil**: Nota técnica. Secretaria-Executiva da CONICQ. INCA. Brasil, 2013.

CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philipp. MALUF, Renato S. (orgs). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CEPAGRO, Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo. **Em Pelotas, Brasil e outros 10 países discutiram os rumos da Diversificação produtiva na fumicultura**. Outubro de 2013. Disponível em: <<http://cepagroagroecologia.wordpress.com/tag/diversificacao-na-fumicultura/>> Acesso em: 24 out. 2013.

COSTA, Odorico de Moraes Eloy da. **Desenvolvimento na perspectiva Estruturalista e Neo-Schumpeteriana – A inovação como elemento de Convergência**. IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica de Ceará. Textos para discussão, nº 96 – Outubro/2011.

CONDETEC - Conselho de Desenvolvimento do Território da Cantuquiriguaçu. **Território Cantuquiriguaçu Paraná: Plano Safra territorial 2010/2013**. 2011.

CONICQ - Comissão Nacional para Implementação da Convenção Quadro para Controle do Tabaco. **A convenção quadro para controle do tabaco (cop5) e Produção de fumo: Análise de situação**. Setembro de 2012.

_____. **Observatório da política nacional de controle do tabaco: A comissão**, (2013). Disponível em:

<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/conicq/comissao>. Acesso em: 06 ago. 2013.

COSTA, Ana M. WAQUIL, Paulo D. KUHN, Daniela D. MATTOS, Ely José de. FRITZ, Karen B. B. GIANLUPPI, Luciana D. F. **Pensando o meio ambiente enquanto intitlamento: a abordagem das capacitações**. 2005.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **A preocupação com temas relacionados ao desenvolvimento nas abordagens teóricas clássicas.** In **Desenvolvimento Regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010, p.22-84.

DERAL. **Sistema de Informação do Mercado Agrícola (SIMA).** SEAB. Disponível em: <<http://celepar7.pr.gov.br/sima/cotdiat.asp>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

DESER, Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. **Tabaco: da produção ao consumo.** Uma cadeia da dependência. Curitiba: 2010.

_____. **Convenção-Quadro:** Brasil obtém importante conquista na primeira Conferência das Partes. Boletim do DESER Curitiba. Nº.150, mar. 2006.

ERIKSEN, Michael, MACKAY, Judith. ROSS, Hana. **El Atlas Del Tabaco.** Cuarta ed. Atlanta, GA: Sociedad Americana contra el Cáncer; Nueva York, NY: Fundación Mundial del Pulmón; 2012. Disponível em: <<http://www.tobaccoatlas.org/uploads/Images/PDFs/TA4Spanish.pdf>> Acesso em: 13 jan. 2014.

ELLIS, Frank. **Rural livelihoods and diversity in developing countries.** Oxford: Oxford University, 2000.

ELLIS, Frank. **Household Strategies and Rural Livelihood Diversification.** The journal of Development Studies, Vol. 35, nº 1. October 1998, p.1-38. Published by Frank Cass, London.

FEIJÓ, Ricardo. **História do pensamento econômico:** de Lao Zi a Robert Lucas/Ricardo Feijó. – 2. Ed.- São Paulo: Atlas, 2007.

FCTC- **Convenio Marco de la OMS para el Control del Tabaco,** 2003. Idioma espanhol. Disponível em: <<http://whqlibdoc.who.int/publications/2003/9243591010.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2013.

IBGE. Sistema IBGE de recuperação Automática – SIDRA. **Banco de dados agregados.** 2013a. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=1612>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades:** Laranjeiras do Sul, 2013b. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/1RZ1G>>. Acesso em: 28 nov.2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapeamento das Unidades Territoriais.** 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_int.shtm?c=3> Acesso em: 12 jan. 2014.

INCA – Instituto Nacional de Câncer/ Ministério da Saúde. **A interferência da Indústria do Tabaco:** Apresentações e orientações técnicas. Revisão: Rita Rangel de S. Machado. (2012). Disponível em: <http://www.progepe.uff.br/sites/default/files/servicos/documentos/2011_04_27_manual_31_mai_rev_final.pdf> Acesso em: 17 maio 2013.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Base de dados do Estado** (2013). Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>> Acesso em: 17 jan. 2013.

LEITE, Sergio Pereira e WESZ JUNIOR, Valdemar João. **Um estudo sobre o financiamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro**. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2012. Vol.50, n.4, pp. 645-666. ISSN 0103-2003.

MARIN, Solange Regina. **Karl Popper e Amartya Sen: Temas para pensar em Intervenção Social e Desenvolvimento humano**. Tese de doutorado, Curitiba/2005.

MATTOS, Ely José de. **Pobreza rural no Brasil: um enfoque comparativo entre a abordagem monetária e a abordagem das capacitações** / Ely José de Mattos. – Porto Alegre, 2006.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretária da Agricultura Familiar/SAF. **MDA apresenta experiência brasileira de diversificação da produção de tabaco**. 2013. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=14571213> Acesso em: 15 dez. 2013.

_____, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretária da Agricultura Familiar/SAF. **Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco**, 2014. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/projetosespeciais/2308129>> Acesso em: 16 jan. 2014.

NIEDERLE Paulo André. GRISA Catia **Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar**. *Cuadernos Des. Rural, Bogotá (Colombia)*, 5 (61): 41-69, julio-diciembre de 2008.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Observatório Mundial da Saúde (GHO). Controle do tabagismo**. Disponível em: <<http://www.who.int/gho/tobacco/en/index.html>> Acesso em: 28 maio 2013.

PERONDI, Miguel Ângelo. **Diversificação dos Meios de Vida e Mercantilização da Agricultura Familiar**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS. Porto Alegre, 2007.

PERONDI, Miguel Angelo. SCHNEIDER, Sérgio. **Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida**. REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 117 - 135, maio/ago. 2012.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas Brasil 2013a: Rankings e recortes principais para avaliação do IDHM**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3749>> Acesso em: 31 jul. 2013.

_____, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013b**. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/home/>> Acesso em: 17 out. 2013.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia na era da globalização** / Jan Douwe van der Ploeg; tradução Rita Pereira. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RAMBO, Anelise Graciele, FREITAS, Tanise Dias, RUDNICK, Carlise Schneider, SCHNEIDER, Sérgio. **Analisando a diversificação dos meios de vida de agricultores familiares produtores de tabaco: um estudo de caso no município de Arroio do Tigre/RS**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, Belém – PA, 2013.

RUDNICKI, Carlise Schneider. **As relações de confiança no sistema integrado de produção do Tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul/Brasil**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SANTOS, Larissa Martins Neiva. **Pobreza como privação de liberdade: Um estudo de caso na favela do Vidigal no rio de Janeiro**. Universidade Federal Fluminense - Niterói, Abril de 2007.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na Agricultura Familiar**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. **Referências para a Elaboração de uma Matriz (template) de Análise da Diversificação da Produção em Áreas Cultivadas com Tabaco no Brasil**. Porto Alegre, 2010a. (Relatório).

_____. **Diversificação como estratégia de desenvolvimento rural: referências teóricas para construção de alternativas economicamente sustentáveis de diversificação da produção e renda em áreas de cultivo de tabaco no Brasil – subsídios à implementação dos Artigos 17 e 18 da Convenção Quadro para Controle do Tabaco**. Porto Alegre, 2010b. (Relatório).

_____. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº11. p. 88-125. Jan./jun. 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. WAQUIL Paulo. XAVIER, Leonardo. CONTERATO, Marcelo. PERONDI, Miguel. RAMBO, Anelise G. RUDNICK, Carlise Schneider. FREITAS, Tanise Dias. ÁVILA, Kayton Fernandes de. **Diretrizes metodológicas para análise da diversificação dos meios de vida dos produtores de tabaco: referências para identificar estratégias alternativas a partir de resultados preliminares baseados em um estudo de caso no Brasil**. Porto Alegre, janeiro/2012.

SEPÚLVEDA, Sergio. **Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local** / Sergio Sepúlveda. Tradução de Dalton Guimarães. - Brasília: IICA, 2005.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**/Amartya Sen; tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Dominelli Mendes. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Desigualdade reexaminada** /Amartya Sen; tradução e apresentação de Ricardo Doninelli Mendes. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2012.

_____. **O desenvolvimento como expansão de capacidades.** Lua Nova, São Paulo, n. 28-29, abr. 1993. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 dez. 2013.

SIT, Sistema de Informações Territoriais. **Territórios Cidadanias: Território Cantuquiriguaçu – PR, 2013.** Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php?opcaomapa=TC&modo=0>> Acesso em: 02 jul. 2013.

SOUZA, Raquel Pereira. **Convenção - Quadro para Controle do Tabaco:** Reflexões sobre o futuro da fumicultura brasileira. 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

WANDERLEI, Maria. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexos sobre a propriedade da terra, agricultura famílias e ruralidade. Porto Alegre, UFRGS, 2009.

ZOTTI, Cleimary Fatima. **Meios de vida alternativos a cultura do tabaco nos municípios de Capanema e Planalto - PR** / Cleimary Fatima Zotti. – Porto Alegre, 2010. 128 f.: il. Orientador: Ivaldo Gehlen.

APÊNDICE A: Instrumento de apreensão dos meios de vida

MEIOS DE VIDA (IMV)

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Entrevista N° _____ Data ____ / ____ / ____ Horário Início _____

1. Nome do Entrevistado: _____
2. Endereço: a) País: Brasil b) Estado: Paraná c) Município: Laranjeiras do Sul
 d) Localidade _____

3. Condição da unidade de produção:
 Proprietário
 Assentado da reforma agrária. Assentamento _____
 Arrendatário
 Meeiro
 Outro _____

4. Área da propriedade: a) Área total _____ ha
 b) Área de tabaco _____ ha

5. Tipo de tabaco produzido pela família:
 De galpão De estufa Outro _____

6. Quantos mil pés por safra são produzidos? _____

7. Há quanto tempo produz tabaco? _____

8. A família é integrada a empresa(s) de tabaco?

0. Não	1. Sim, a uma empresa	2. Sim, a mais de uma empresa	
--------	-----------------------	-------------------------------	--

Qual? _____

9. Composição do grupo familiar que reside na unidade de produção

Nº	Parentesco ^(*)	Sexo	Idade	Local de trabalho principal ^(**)	Anos completos de estudo com aprovação	Está estudando ^(***)
1.	<i>Entrevistado</i>					
2.						
3.						
4.						
5.						
6.						

Nome do entrevistado _____ (*Observação: caso o entrevistado queria ou tenha se identificado*)

(*) Em relação ao entrevistado, por exemplo, pai, mãe, avós, irmãos, filho, cônjuge
 (***) 1. Na unidade de produção 2. Fora da unidade de produção
 3. Só estuda ou não trabalha por ser criança, idoso ou impossibilitado por algum motivo
 (***) 1. Sim 2. Não 3 Não, mas está em idade escolar 4 Não, porque não chegou à idade escolar

10. Descendência étnica do grupo familiar*:

[Observação: Apontar todas as descendências que o entrevistado considerar importante.]

(*) Descendente de alemães, italianos, ingleses, portugueses, holandeses...

GRAU DE DIVERSIFICAÇÃO

Nos ganhos totais em dinheiro* da família o tabaco representa:	1. Até 25% ()	2. De 26% a 50% ()	3. De 51% a 75% ()	4. Mais de 75% ()
No tempo total de trabalho da família o tabaco representa:	1. Até 25% ()	2. De 26% a 50% ()	3. De 51% a 75% ()	4. Mais de 75% ()

(*) Considerar as receitas (ganhos em dinheiro da família) das atividades produtivas: agrícolas e não agrícolas dentro e fora da propriedade. Exclui-se aqui aposentadorias, pensões, programas de transferência de renda.

1. CAPITAL NATURAL

1.1.1 Existe vegetação nativa em torno das nascentes ou cursos d'água (vertentes, arroios, sangas, lajeados, rios...) na sua unidade de produção? [Observação: Não dê a opção NSA ao entrevistado. Assinale-a no caso de não haver nascentes ou cursos d'água na área de produção.]

0. Não	1. Sim	99.NSA	
--------	--------	--------	--

1.1.2 Na sua unidade de produção é utilizada alguma prática de conservação do solo (plantio direto, cobertura verde, terraceamento...)?

0.Não	1.Sim	
-------	-------	--

1.1.3. A lenha usada na secagem do tabaco é:

0.Adquirida	1. Parte adquirida/parte comprada	2.Própria	3. Não usa lenha*	
-------------	-----------------------------------	-----------	-------------------	--

[Observação: (*) seja por produzir tabaco de galpão, seja por usar estufa elétrica.]

1.1.4 Quanto aos agrotóxicos:

a) Na maior parte das vezes, como são usados na unidade de produção (nos cultivos em geral)?

0.Conforme sua experiência	1. Conforme o receituário	2. Não usa agrotóxicos	
----------------------------	---------------------------	------------------------	--

b) Como são armazenadas as embalagens vazias?

0. Em algum lugar na unidade de produção	1. Em algum lugar na unidade de produção até recolhimento (pela empresa de tabaco, por exemplo)	2. De acordo com as normas do governo	99.NSA*	
--	---	---------------------------------------	---------	--

*NSA: caso não se utilize agrotóxicos

2. CAPITAL HUMANO

1.2.1 Quanto à saúde, ao longo do último ano:

Alguém da família teve problemas de pele?	0.Não	1.Sim	
---	-------	-------	--

Alguém da família teve vômitos após colher tabaco?	0.Não	1.Sim	
Alguém da família teve desmaios após colher tabaco?	0.Não	1.Sim	
Alguém da família teve depressão?	0.Não	1.Sim	
Alguém da família usa remédios de receita controlada?	0.Não	1.Sim	
Alguém da família teve dor nas costas que o impediu de realizar os trabalhos normalmente?	0.Não	1.Sim	
A família recebe visitas de profissionais de saúde?	0.Não	1.Sim	
A família consegue acessar hospital ou pronto atendimento?	0.Não	1.Sim	
O EPI para aplicação de agrotóxicos é usado?*	0.Não	1.Sim	
O EPI para colheita é usado?*	0.Não	1.Sim	
Alguém da família fuma?	0.Não	1.Sim	

[**Observação:** (*) se o entrevistado responder que usa parte dos equipamentos ou às vezes, assinale Não.

1.2.2 A família teve gastos em remédios, consultas ou exames ao longo do último ano?

0. Não teve gastos	1. Não teve gastos porque recebe ou acessa serviço do governo	2.Sim, teve gastos	
--------------------	---	--------------------	--

1.2.3 De tudo que a família consome em alimentos, a produção própria representa:

0. Nada	1. Até 25%	2. Até 50%	3. Até 75%	4. Mais de 75%	
---------	------------	------------	------------	----------------	--

1.2.4 Quanto à educação, a família:

a) Tem ou teve possibilidade de acesso à escola técnico agrícola?

0.Não	1.Sim	
-------	-------	--

b) Tem ou teve possibilidade de frequentar a escola na comunidade onde mora?

0.Não	1.Sim	
-------	-------	--

c) As crianças e adolescentes em idade escolar estão frequentando a escola?

0.Não	1.Sim	99.NSA*	
-------	-------	---------	--

[**Observação:** (*)NSA: no caso de não haver crianças em idade escolar.]

d) Média de anos estudados pela família (dos que não estudam mais):

0. Ninguém estudou	1. Até 5 anos	2. Até 10 anos	3. Até 15 anos	4. Mais de 15 anos	
--------------------	---------------	----------------	----------------	--------------------	--

3. CAPITAL SOCIAL

1.3.1 Os membros da família participam de atividades comunitárias como:

Festas	0.Não	1.Sim	
Atividades esportivas	0.Não	1.Sim	
Atividades religiosas	0.Não	1.Sim	

1.3.2 De que forma a família obtém informações (em geral):

Extensão ou assistência técnica () pública () privada/da empresa	0.Não	1.Sim	
Televisão	0.Não	1.Sim	
Rádio	0.Não	1.Sim	

Jornal	0.Não	1.Sim	
Vizinhos/parentes/amigos	0.Não	1.Sim	
Internet	0.Não	1.Sim	

1.3.3 Sua família troca serviços com os vizinhos/amigos?

0.Não	1.Sim	
-------	-------	--

1.3.4 A família é associada a:

Cooperativas	0.Não	1.Sim	
Sindicatos de Trabalhadores Rurais	0.Não	1.Sim	
Associações	0.Não	1.Sim	

4. CAPITAL FINANCEIRO

1.4.1 a) A família tem ganhos em dinheiro além do tabaco?

() Sim [Se Sim, aplicar a 1.4.1]

() Não [Se Não, marcar 0 na 1.4.1 e passar para a 1.4.2]

1.4.1 Além do tabaco, os ganhos em dinheiro da família provêm de:

Outras atividades agropecuárias (<i>cultivo de soja, feijão..., pecuária leiteira, de corte...</i>)	0.Não	1.Sim	
Trabalho agrícola para terceiros (<i>safrista, temporário...</i>)	0.Não	1.Sim	
Trabalho não-agrícola (<i>serviço, comércio, indústria</i>)	0.Não	1.Sim	
Turismo (<i>rural, ambiental...</i>)	0.Não	1.Sim	
Processamento de produtos (<i>agroindústria</i>)	0.Não	1.Sim	
Arrendamento de terras (<i>para terceiros</i>)	0.Não	1.Sim	
Aposentadorias ou pensões	0.Não	1.Sim	
Ajuda do governo (<i>Ex. Bolsa Família</i>)	0.Não	1.Sim	
Outra atividade: qual _____	0.Não	1.Sim	

1.4.2 No último ano, a família vendeu algum tipo de produto para:

Terceiros (*intermediários, atravessadores, picaretas...*)

0.Não	1.Sim	
-------	-------	--

Cooperativas

0.Não	1.Sim	
-------	-------	--

Venda direta ao consumidor

0.Não	1.Sim	
-------	-------	--

Venda à empresa

0.Não	1.Sim	
-------	-------	--

Mercados criados pelo governo (*Ex. PAA, Pnae*)

0.Não	1.Sim	
-------	-------	--

1.4.3 A família assumiu financiamentos ou empréstimos no último ano:

0.Não	1.Sim	
-------	-------	--

1.4.4 Quanto dos ganhos da família são gastos no pagamento de financiamentos/ empréstimos?

0. Nada	1. Até 25%	2. Até 50%	3. Até 75%	4. Mais de 75%	
---------	------------	------------	------------	----------------	--

5. CAPITAL FÍSICO

1.5.1 A família possui:

Casa de alvenaria	0.Não	1.Sim	
Energia elétrica	0.Não	1.Sim	
Água dentro de casa	0.Não	1.Sim	
Banheiros dentro de casa	0.Não	1.Sim	
Geladeira	0.Não	1.Sim	
Telefone (residencial ou celular)	0.Não	1.Sim	
Computador	0.Não	1.Sim	
Internet	0.Não	1.Sim	
Televisão	0.Não	1.Sim	
Automóvel e/ou motocicleta	0.Não	1.Sim	

1.5.2 Quanto às máquinas (*para a produção em geral*), a família tem:

Trator	0.Não	1.Sim	
Máquinas plantadeiras	0.Não	1.Sim	
Máquinas colheitadeiras	0.Não	1.Sim	
Pulverizador (para trator ou sobre rodas)	0.Não	1.Sim	
Roçadeira	0.Não	1.Sim	
Sistema de irrigação	0.Não	1.Sim	
Estufa elétrica [<i>perguntar apenas para aqueles que produzem tabaco de estufa</i>]	0.Não	1.Sim	

1.5.3 Quanto ao acesso:

a) A unidade de produção fica a qual distância da cidade ou dos mercados?

0. Até 10Km	1. Até 30Km	2. Mais de 30Km	
-------------	-------------	-----------------	--

b) as estradas que dão acesso à propriedade são:

0. De terra sem manutenção do governo	1. De terra com manutenção do governo	2. Asfaltadas (pavimentadas)	
---------------------------------------	---------------------------------------	------------------------------	--

c) Há transporte público até a unidade de produção?

0.Não	1.Sim	
-------	-------	--

1.5.4 A área produtiva representa quanto do total da propriedade?

0. Nada	1. Até 25%	2. Até 50%	3. Até 75%	4. Mais de 75%	
---------	------------	------------	------------	----------------	--

Horário término _____

APÊNDICE B: Instrumento de apreensão das Condições de Vida

CONDIÇÕES DE VIDA (ICV)

Entrevista N° _____	Data ____ / ____ / ____	Horário Início _____
Nome do entrevistado _____		

2.1 EFEITO NATURAL

2.1.1 Quanto à preservação das nascentes e/ou cursos d'água (*vertentes, arroios, sangas, lajeados, rios...*) na unidade de produção você está: [*Observação: se a resposta da 1.1.1 for NSA, esta resposta se repete aqui*]

0. Insatisfeito	1. Pouco satisfeito	2. Satisfeito	3. Muito satisfeito	
-----------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.1.2 Quanto à conservação do solo na unidade de produção você está:

0. Insatisfeito	1. Pouco satisfeito	2. Satisfeito	3. Muito satisfeito	
-----------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.1.3 Desde que você iniciou o plantio do tabaco a vegetação nativa na unidade de produção:

0. Não existe mais	1. Diminuiu	2. Aumentou	3. Aumentou muito	
--------------------	-------------	-------------	-------------------	--

2.1.4 Quanto aos agrotóxicos:

a) Desde que você planta tabaco a quantidade de agrotóxicos utilizados:

0. Não utiliza mais	1. Diminuiu	2. Aumentou	3. Aumentou muito	
---------------------	-------------	-------------	-------------------	--

b) O destino das embalagens de agrotóxicos usadas na produção está:

0. Nada adequado	1. Pouco Adequado	2. Adequado	3. Muito adequado	Não usa*	
------------------	-------------------	-------------	-------------------	----------	--

*NSA: Caso não sejam utilizados agrotóxicos

2.2 EFEITO HUMANO

2.2.1 Quanto à saúde de sua família você está:

0. Insatisfeito	1. Pouco satisfeito	2. Satisfeito	3. Muito satisfeito	
-----------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.2.2 Quanto ao acesso a serviços de saúde (*hospitais, pronto atendimento, exames...*) você está:

0. Insatisfeito	1. Pouco satisfeito	2. Satisfeito	3. Muito satisfeito	
-----------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.2.3 O tabaco [*Observação: não dê a opção não sabe ao entrevistado. Assinale apenas no caso do mesmo não conseguir expressar opinião*]:

0. Dificulta a produção de alimentos	1. Estimula a produção de alimentos	9. Não sabe	
--------------------------------------	-------------------------------------	-------------	--

2.2.4 Quanto à educação da família você está:

0. Insatisfeito	1. Pouco satisfeito	2. Satisfeito	3. Muito satisfeito	
-----------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.3 EFEITO SOCIAL

2.3.1 Quanto à participação da família em atividades comunitárias (*festas, atividades esportivas e religiosas*) você está:

0. Insatisfeito	1. Pouco satisfeito	2. Satisfeito	3. Muito satisfeito	
-----------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.3.2 Quanto às fontes de informação da família você está:

0. Insatisfeito	1. Pouco satisfeito	2. Satisfeito	3. Muito satisfeito	
-----------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.3.3 Quando sua família precisa de ajuda, os vizinhos estão dispostos a ajudar?

0. Nunca	1. Quase nunca	2. Quase sempre	3. Sempre	
----------	----------------	-----------------	-----------	--

2.3.4 Quanto à participação de família em organizações comunitárias (*associações, cooperativas, igreja*) você está:

0. Insatisfeito	1. Pouco satisfeito	2. Satisfeito	3. Muito satisfeito	
-----------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.4 EFEITO FINANCEIRO

2.4.1 O cultivo do tabaco na unidade de produção [*Observação: Não dê a opção não sabe ao entrevistado. Assinale apenas no caso do mesmo não conseguir expressar opinião*]:

0. Dificulta a realização de outras atividades que geram ganhos em dinheiro	1. Favorece a realização de outras atividades que geram ganhos em dinheiro	9. Não sabe	
---	--	-------------	--

2.4.2 Vender a produção por meio de... [*Observação: verificar a opinião do entrevistado mesmo que ele não comercialize sua produção por algum destes canais. Não dê a opção Não Sabe para o entrevistado. Assinale apenas se o entrevistado realmente não conseguir expressar sua opinião*].

... Terceiros (*intermediários, atravessadores, picaretas...*) é:

0. Muito ruim	1. Ruim	2. Bom	3. Muito bom	9. Não sabe	
---------------	---------	--------	--------------	-------------	--

... Cooperativas é:

0. Muito ruim	1. Ruim	2. Bom	3. Muito bom	9. Não sabe	
---------------	---------	--------	--------------	-------------	--

... Venda direta ao consumidor é:

0. Muito ruim	1. Ruim	2. Bom	3. Muito bom	9. Não sabe	
---------------	---------	--------	--------------	-------------	--

... Venda a empresas é:

0. Muito ruim	1. Ruim	2. Bom	3. Muito bom	9. Não sabe	
---------------	---------	--------	--------------	-------------	--

... Mercados institucionais (*Ex. PAA, Pnae*)

0. Muito ruim	1. Ruim	2. Bom	3. Muito bom	9. Não sabe	
---------------	---------	--------	--------------	-------------	--

2.4.3 Quanto às ações do governo para a agricultura familiar você está?

0. Insatisfeito	1. Pouco satisfeito	2. Satisfeito	3. Muito satisfeito	
-----------------	---------------------	---------------	---------------------	--

[**Observação 2.4.4:** se a resposta da 1.4.4 for Nada, não faça esta pergunta; assinale NSA e passe para a questão seguinte.]

2.4.4 Os financiamentos/empréstimos da família representam a possibilidade de:

0. Manutenção da unidade de produção	1. Melhoramentos ou novos investimentos na unidade de produção	NSA*	
--------------------------------------	--	------	--

2.5 EFEITO FÍSICO

2.5.1 Quanto às condições de moradia da família você está:

0. Insatisfeito	1. Pouco satisfeito	2. Satisfeito	3. Muito satisfeito	
-----------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.5.2 Quanto às máquinas que a família possui na unidade de produção, você está:

0. Insatisfeito	1. Pouco satisfeito	2. Satisfeito	3. Muito satisfeito	
-----------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.5.3 Quanto ao acesso à unidade de produção (*condições das estradas*) você está:

0. Insatisfeito	1. Pouco satisfeito	2. Satisfeito	3. Muito satisfeito	
-----------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.5.4 Considerando o tamanho da propriedade para a manutenção da sua família, você está:

0. Insatisfeito	1. Pouco satisfeito	2. Satisfeito	3. Muito satisfeito	
-----------------	---------------------	---------------	---------------------	--

2.6 Outras questões importantes

2.6.1 Sua família se sente satisfeita (*feliz ou realizada*) com a produção de tabaco?

0. Não	1. Sim	
--------	--------	--

2.6.2 Quem iniciou o plantio do tabaco na família:

0. Você	1. Seus pais	3. Seus avós ou gerações anteriores	
---------	--------------	-------------------------------------	--

[*Observação:* se o entrevistado responder a opção 2 ou 3 siga com a pergunta abaixo]

2.6.3 O que levou sua família a produzir tabaco (1=pouca influência a 5=muita influência):

Tradição de produção na família	1	2	3	4	5
Renda	1	2	3	4	5
Influência de vizinhos/amigos	1	2	3	4	5
Influência do orientador técnico ou empresa de tabaco	1	2	3	4	5
Garantia de compra da produção (contratos)	1	2	3	4	5
Família trabalha reunida	1	2	3	4	5

2.6.4 O que faria a família diminuir ou parar de produzir tabaco?

Outra atividade que gere mais receitas	0. Sim	1. Não	
Outra atividade que gere menos trabalho	0. Sim	1. Não	
Surgimento de doenças graves na família	0. Sim	1. Não	
Incentivos do governo	0. Sim	1. Não	
Nada fará a família parar de produzir tabaco	0. Sim	1. Não	

2.6.5 De 1 (não confia) a 5 (confia totalmente), quanto você confia:

Nas empresas do tabaco	1	2	3	4	5
No orientador técnico	1	2	3	4	5
Nas cooperativas	1	2	3	4	5
Nos intermediários (<i>atravessadores/picaretas</i>)	1	2	3	4	5
Nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais	1	2	3	4	5
Na Igreja	1	2	3	4	5
No governo	1	2	3	4	5
Nos profissionais de saúde	1	2	3	4	5

2.6.6 Sobre os contratos de venda do tabaco, a família costuma assinar:

0. Sem leitura prévia	1. Após a leitura rápida	2. Após leitura detalhada	
-----------------------	--------------------------	---------------------------	--

2.6.7 Você gostaria que seu (s) filho (s) continuasse no cultivo do tabaco?

0.Não	1.Sim	
-------	-------	--

2.6.8 Você gostaria que seu (s) filho (s) continuasse na agricultura?

0.Não	1.Sim	
-------	-------	--

Horário término _____

APÊNDICE C: Roteiro de questões relacionadas ao cultivo do tabaco (percepções qualitativas)

Entrevista Nº _____ Data ____/____/____ Horário Início _____
Nome do entrevistado _____

1 Para o Sr. (a) o que é ter qualidade de vida?

2. Em sua opinião a sua família tem qualidade de vida?

3. Em sua opinião o tabaco contribui para consolidar essa qualidade de vida?

4. Na sua análise quais são os pontos positivos de produzir o tabaco?

5. E quais são os pontos negativos de produzir o tabaco?

6. O Sr.(a) já ouviu falar em convenção quadro para o controle do Tabaco?

Sim (); Não ()

7. O Sr.(a) conhece o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco do Governo Federal?

8. Quais são os projetos/perspectivas com relação ao futuro da família no estabelecimento?

Horário término _____

APÊNDICE D: Lista das famílias entrevistadas em Laranjeiras do Sul/PR

Famílias entrevistadas	Localidade no município de Laranjeiras do Sul/PR
Entrevista família 1	Colônia Barro Preto
Entrevista família 2	Alto São João
Entrevista família 3	Alto São João
Entrevista família 4	Alto São João
Entrevista família 5	Alto São João
Entrevista família 6	Alto São João
Entrevista família 7	Alto São João
Entrevista família 8	Faxinal Grande
Entrevista família 9	Faxinal Grande
Entrevista família 10	Faxinal Grande
Entrevista família 11	Faxinal Grande
Entrevista família 12	Colônia Sano Antônio
Entrevista família 13	Colônia Sano Antônio
Entrevista família 14	Linha Pechinski (Passo Liso)
Entrevista família 15	Passo Liso
Entrevista família 16	Km 8
Entrevista família 17	Km 8
Entrevista família 18	São Pedro
Entrevista família 19	Capela São Pedro interior
Entrevista família 20	Linha São Pedro
Entrevista família 21	Ervál Grande
Entrevista família 22	Ervál Grande
Entrevista família 23	Ervál Grande
Entrevista família 24	Ervál Grande
Entrevista família 25	Rio do Tigre
Entrevista família 26	Alto Rio do Tigre
Entrevista família 27	Alto Alegre do Tigre
Entrevista família 28	Rio do Tigre
Entrevista família 29	Rio do Tigre
Entrevista família 30	Assentamento Passo Liso
Entrevista família 31	Barro Preto
Entrevista família 32	Barro Preto
Entrevista família 33	Vera Cruz
Entrevista família 34	Vera Cruz
Entrevista família 35	Linha São José
Entrevista família 36	Linha São José
Entrevista família 37	Linha São José
Entrevista família 38	Alto São João
Entrevista família 39	Alto São João
Entrevista família 40	Alto São João